

V. 3 N. 1.

Janeiro a Junho de 2015

ISSN (eISSN 2359-0742)



REVISTA
CIENTÍFICA
SMG

REVISTA CIENTÍFICA SMG

EXPEDIENTE

A **Revista Científica SMG** é um periódico de acesso livre e gratuito, publicado quadrimestralmente pela Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá, estado do Paraná (Brasil), apenas na versão eletrônica disponível no sítio da internet <http://www.alvoradamaringa.com.br/revista/> . Tem como missão disseminar o conhecimento científico revisto por pares, desenvolvido por pesquisadores e profissionais das diversas áreas do ensino e atuação profissional, com ênfase na fronteira do conhecimento e do saber no nível nacional e internacional. Os manuscritos escritos em português, com resumos em português e também em inglês ou espanhol, devem ser submetidos para análise, devem ser originais, ou seja, não foram previamente publicados ou submetidos a outros periódicos.

Revista Científica SMG - Eletrônica

Diretor Geral: Prof. José Campos de Andrade Filho

Diretor Acadêmico: Prof. Edvaldo dos Santos Soares

Diretora Administrativa: Tania de Oliveira Farinazzo

Editor: Prof. Edvaldo dos Santos Soares

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Edvaldo dos Santos Soares

Conselho Editorial:

Adriana Palmieri, *Ms.*

Altair Bonini, *Ms.*

Eduardo Borba Neves, *Dr.*

Gleudson Brandão Oselame, *MSc*

Marco Aurélio Garcia Rosa, *Ms.*

Talita da Fonseca Arruda, *Ms.*

SUMÁRIO

Academia da terceira idade como espaço de sociabilidade em Maringá/Pr.....	04
Levantamento primário de fontes históricas sobre o município de Cianorte/Pr.....	17
Na narrativa juvenil Pós Moderna: Um passeio por Pântano de sangue, de Pedro Bandeira.....	37
Sobre o direito Natural: uma análise da obra Antígona de Sófocles.....	58
O desequilíbrio emocional como fator desencadeador da Psoríase.....	72
Entrevista com crianças.....	93

ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE EM MARINGÁ

SENIOR ACADEMY AS A SPACE OF SOCIAL ARRANGEMENT IN MARINGÁ

Selson Garutti 1.
Rita de Cássia da Silva Oliveira 2

Resumo: Pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, objetiva discutir as sociabilidades exercidas no espaço público urbano de Maringá, tomando as Academias da Terceira Idade (ATIs) como espaço dessa interação sociocultural no ano de 2015. Tem como referencial teórico Leite (2002) e Novaes (2000). Conclui-se que há transformações significativas na sociabilidade dos espaços públicos das ATIs e que as atividades realizadas com idosos exigem limpeza, segurança, avaliação e acompanhamento de profissionais técnicos qualificados.

Palavras chaves: Sociabilidade. Espaço, ATI, Terceira Idade.

Summary: exploratory research of bibliographical nature, aims to discuss of social arrangements carried out in urban public space, taking the senior Academy (ATIs) as this cultural interaction in the year 2015. Has as theoretical framework (2002) and Nana (2000). It is concluded that there are significant social transformations of public spaces of ATIs and the activities carried out with the elderly require cleaning, safety, evaluation and follow-up of qualified technical professionals

Keywords: Sociability. Space, ATI, Third age.

¹ Licenciado em Filosofia pela USC e História pela UEM, Especialista em Pesquisa Educacional pela UEM e Mestre em Ciências da Religião pela PUCSP. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: selsongarutti@hotmail.com

² Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora da Pós Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado e do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade. E-mail: soliveira13@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa exploratória de cunho bibliográfico tem como objetivo discutir as sociabilidades exercidas no espaço público urbano de Maringá, tomando as Academias da Terceira Idade (ATIs) como espaço dessa interação sociocultural no ano de 2015. Espaço público fundamental para proporcionar melhores condições de sociabilidade para cidadãos da terceira idade na cidade de Maringá. Isso se dá em decorrência do impacto da sua saúde, mediante o desenvolvimento de estratégias de promoção, prevenção e adaptação ativas às diferentes covalências sociais crônicas, bem como de seus agravamentos. Nessa conjuntura, um aspecto interessante consiste no fator econômico de potencialmente possibilitar a (re) inserção ao mercado de trabalho desses sujeitos, bem como, uma maior (re) adequação dos recursos financeiros do Estado. Na mesma proporção de que os impactos políticos constituem um significativo exercício da plena cidadania tanto individual quanto coletiva.

Por isso, desde a década de 1980 a Educação Física vem ocupando gradativamente espaço nas ações desenvolvidas com os sujeitos da terceira idade. Sendo nesse contexto que em Maringá, norte do Paraná, foram instaladas as Academias da Terceira Idade (ATIs), espaço privilegiado de acesso da população da terceira idade, a qual até então tinham espaços restritos para a prática de exercícios físicos fora das academias, compartilhados com a população maringaense.

A oportunidade de participação dos sujeitos da terceira idade nessas ATIs propicia um maior nível de atividade corporal, a diminuição de remédios e uma maior interação social. Ficando evidentes os ganhos socioculturais dessas sociabilidades (NOVAES, 2000). As práticas aí desenvolvidas servem como mecanismo de sociabilização para os sujeitos, independente da sua idade cronológica, manterem equilíbrio entre o físico e o psicológico, assumindo seu protagonismo social.

2. SOCIABILIDADES EXERCIDAS NO ESPAÇO PÚBLICO

Discutir as sociabilidades exercidas no espaço público urbano de Maringá, tomando as Academias da Terceira Idade (ATIs) como espaço de interação sociocultural urbana constituído em um dos mais importantes espaços públicos para cidadãos da terceira idade na cidade de Maringá. A proposição dessa discussão se pauta no uso cotidiano do espaço público urbano da ATI como local característico da diversidade sociocultural onde se manifesta a nova sociabilidade cidadina.

O espaço público urbano sofre várias transformações tanto conceituais quanto efetivas, ações que vão da privatização de ruas para condomínios fechados a becos em favelas dominadas pelo tráfico, da retração do espaço público em detrimento de privilegiar espaços semi-públicos como shopping centers e/ou espaços privados como condomínios fechados (FERNANDES, 2012).

Essa nova apropriação (ou desapropriação) do espaço público tem por característica o sucumbimento do (espaço) público pelo privado, delineado pelo individualismo exacerbado onde, por meio da vigilância, privilegia-se o privatizado, ou seja, “seriam espaços entre o público e o privado; locais vigiados e privatizados onde se prioriza a vida entre iguais; espaços, na verdade, privados, mas cujo uso e apropriação remetem ao público” (FANTINEL *et al*, 2012, p.60).

Entretanto, apesar das intervenções sofridas no espaço público, em grande parte, oriundo de interesses econômicos do segmento do capital imobiliário, em detrimento daqueles referentes aos setores menos privilegiados, no que se referem à constituição do espaço urbano, poucos espaços ainda se mantêm acessíveis. Desta forma, Abreu (1987, p.15) afirma que:

(...) o objetivo principal do modelo em vigor é alcançar eficiência econômica em todos os setores de atuação, mesmo que a altos custos políticos e sociais. Em consonância com esta filosofia, a atuação do Estado tem tomado um cunho altamente empresarial, evidenciando uma preocupação máxima com o retorno de seus investimentos. Mesmo setores sociais básicos, relacionados à reprodução da força de trabalho (transporte e habitação, põe exemplo), não apresentam importância em si mesmos, sendo usados apenas como estratégia para a resolução de objetivos mais amplos, sempre referentes à eficiência do modelo de crescimento econômico adotado. Como reflexo dessa postura, as políticas e investimentos públicos, associados ou não ao capital privado, têm privilegiado apenas os locais que asseguram retorno financeiro ao capital investido, ou seja, as áreas mais ricas da cidade. Resulta daí a acentuação das disparidades intrametropolitanas e, por conseguinte, do modelo espacial dicotômico, no qual um núcleo hipertrofiado e rico (em termos de renda e de oferta de meios de consumo coletivo) é cercado por periferias cada vez mais pobres e carentes desses serviços, à medida que se distanciam dele.

As apropriações desses espaços confluem em movimentos dispares entre grupos sociais distintos, enquanto “um investimento acentuado do Estado em políticas urbanas que

privilegiam os segmentos mais abastados” (MAIA, 1998, p. 42), pressionando assim, o Estado em suas variadas instâncias de poder, a tomarem medidas políticas destinadas a valorização imobiliária desses espaços, bem como, manter os pobres bem longe dali. Os estratos menos desprovidos economicamente continuam frequentando os espaços públicos convencionais mais próximos de suas residências, geralmente espaços abandonados pelo poder público. Mas, mesmo abandonados, expressam sociabilidades individualizantes, ainda que carreguem algumas características de sociabilidades mais populares (MAIA, 1998).

Faz-se necessário distinguir o espaço público da esfera pública. A proposição deste artigo está circunscrita no entendimento de espaço público enquanto espaço urbano. Sendo que somente “[...] os usos e contra usos que neles se estruturam concorrem, inversamente, para sua reativação como espaços públicos” (LEITE, 2002, 116). Assim, somente a prática social do uso público do espaço urbano pode (ou não) constituir um espaço dialógico conflituoso de interação política, logo, uma esfera pública.

Paiva (1995), baseando-se em Arendt (1987) e Habermas (1996; 2003), afirma que o espaço urbano só se torna espaço público quando passa a ser apropriado por significados que constituem sentido de pertencimento. Podendo-se então definir espaço público como sendo um:

[...] lugar onde as relações comunitárias se passam e se abrigam; um espaço onde as demandas e reivindicações se exteriorizam; acolhedor de diversas instituições — estatais e não estatais; espaço do agir publicamente, das reuniões; espaço por excelência do agir livre e coletivo. [...] O espaço público, ainda nos ensina a grande filósofa da política, transcende o ciclo vital das gerações, perpetuando os feitos dos grandes homens, constituindo-se na memória e no capital de um povo (PAIVA, 1995, p. 83.85).

Nessa mesma perspectiva, Leite delinea que:

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (LEITE, 2002, p. 116).

Destarte, a esfera pública se constitui como categoria a partir das confluências entre o espaço público (como referência de politização) e do espaço urbano (como referência de identidade). Assim, o espaço urbano deixa de ser apenas espaço geográfico, concatenando em si uma dimensão sócio-espacial da vida urbana, caracterizada pelo sentido do espaço da cidade como espaço politizado, influenciado e sendo influenciado. No entanto, não necessariamente

um espaço urbano seja concomitantemente um espaço público. A revitalização do espaço urbano por si só não caracteriza nem legitima tal espaço como sendo espaço público. O que faz com que o espaço urbano seja também um espaço público se dá pelo uso político constituído nesse espaço, significando espaço como lugar, como construção de identidade (MARANHO, 2013).

Assim, não se quer refletir a esfera pública como espaço como sendo expressão latente da vida democrática de uma determinada sociedade, como assembleias, conselhos e associações. Não se trata apenas de ficar circunscritos nesses lugares democráticos por excelência, mas, trata-se de ir para além dessa esfera e investigar outros espaços públicos cidadãos, onde também se desenvolvem outras formas de sociabilidades por meio do cotidiano da vida de seus cidadãos.

Mitchell (2002) define a cidade como um espaço híbrido formado pela sobreposição de espaços públicos em relação aos espaços urbanos, apontando a conectividade como sendo a principal característica das sociabilidades urbanas configuradas por meio das redes sociais constituídas. Na mesma direção, De Souza e Silva (2006) afirmam que esse espaço híbrido se configura como espaço social em confluência pela fusão do urbano (físico) com o público (político). Espaços constituídos pela materialização das relações sociais desenvolvidas simultaneamente em espaços tanto físicos e/ou virtuais quanto políticos. Com isso, tanto o público quanto o privado, não podem ser pensados em disparidade estática um do outro, haja vista serem concomitantes e sofrerem mudanças consoantes no mesmo contexto.

Tanto o espaço público quanto o espaço urbano não devem ser vistos necessariamente como espaços contraditórios, mas sim como espaços complementares. Logo, não devem ter políticas definidas em contraposições, mas sim em convergência como exigência a serem equacionadas, construindo objetivos e instrumentos que visem o atendimento dessas novas demandas sociais. Acima de tudo, relativizar as diferenças temporais e apropriar-se desse espaço como lugar que respeita o direito do outro ao uso desse mesmo espaço, porque têm o mesmo direito de apropriação do espaço-lugar.

A (re) configuração do espaço público, como sendo lugar de convivência, acaba por preencher o espaço da ausência do Estado, preenchida pela mobilidade dos agentes sociais constituídos em todas as camadas sociais (GIDDENS, 1997). Movimento que expressa uma emergente democracia dialógica, oriunda do fortalecimento de uma sociedade civil ativa, em detrimento, ao sucumbimento das instituições democráticas tradicionais, expressando a mudança de paradigma do “Estado do Bem-Estar Social” para o “Estado Mínimo”. Fazendo-

se cada vez mais, necessário o protagonismo de uma sociedade civil participativa reconfigurando os espaços públicos como lugar de participação social da política na atualidade. Segundo Giddens (1996), essa (re) configuração não se dá por abandono das noções de lutas coletivas, mas sim, por (re) configuração de solidariedade e democracia.

Essas diferentes apropriações, constituem uma identidade segmentada de significados históricos vividos, delineados por tensões e contradições que não se restringem apenas à secção entre público e privado, haja vista, o espaço contemporâneo ser ao mesmo tempo delineado por espaços privados, dos condomínios fechados, espaços semi-públicos, dos shoppings centers e por espaços públicos, das ruas, praças e parques. Por tanto, são apropriações mediadas por relações de poder (HANSEN, 2002) e de segregação (KAZTMAN, 2001) nos espaços sociais.

Nesta perspectiva, Simmel (2006, p.33), destaca que “[...] há sempre um conteúdo objetivo (de tipo sensorial, espiritual, técnico ou psicológico) socialmente corporificado, produzido e propagado, gerando assim a totalidade da vida social”. Produzindo sociabilidades e de apropriações dos espaços públicos a partir das interações entre conteúdos objetivos e subjetivos. Essa produção e apropriação exprimem contradições tanto objetivas, quanto subjetivas, produzindo processos sociais mais gerais em uma sociedade determinada (SIMMEL, 1997).

3. O ESPAÇO DA ACADEMIA DE TERCEIRA IDADE EM MARINGÁ

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo nº 217, sessão III, Do Desporto, estabelece como sendo dever do Estado proporcionar práticas desportivas a todos os cidadãos. Também, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), converge para oportunizar ao idoso o pleno desenvolvimento de seu potencial por intermédio de atividades educacionais e culturais, bem como, esportivas e de lazer.

Entre os diversos fatores essenciais ao trabalho de assistência ao idoso, há que considerar a prática regular de atividade física como sendo fator essencial para a autonomia das pessoas idosas, mantendo-as cada vez mais sua qualidade de vida. Para tanto, faz-se necessário uma estrutura que atente aos diferentes fatores, tanto endógenos quanto exógenos, que possam obstruir a constituição dessa autonomia. É nessa perspectiva que as Academias

da Terceira Idade (ATIs) passam a se constituir como sendo uma mudança de paradigma na qualidade de vida por meio de atividade física e, assim, promovendo a saúde da pessoa idosa (DREHER e GODOY, 2003).

A administração municipal de Maringá-PR, gestão 2005/2008, através da Secretaria de Saúde, desenvolve ações na área de promoção da saúde, buscando romper com o paradigma curativo, privilegiando o paradigma preventivo. No que concerne à noção de saúde, a partir 1948, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), passou a considerar saúde como “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Portanto, a conceito de saúde leva em consideração fatores biopsicossocial e não apenas a noção de ausência de doenças. Nesta mesma linha, o Conselho Nacional de Saúde, no Art. 3º da Lei 8.080/90 Sustenta que a “saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País” (BRASIL, 1990).

Com a intenção de formulação de políticas públicas para a área da saúde, em maio de 2005 a Prefeitura de Maringá-PR ingressou na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, ligados ao Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto por representantes das secretarias municipais e da UNICAMP, IPES e OPAS/OMS. O grupo tinha como proposição o planejamento e o desenvolvimento de ações articuladas entre as secretarias envolvidas. Neste contexto foi estabelecido o Projeto Piloto “Programa Maringá Saudável” (PMS), o qual deveria promover um conjunto de ações para a promoção da saúde, desenvolvendo ações nas áreas de alimentação saudável, combate ao tabagismo e, principalmente, atividade física. Com destaque para a criação do programa itinerante “Espaço Saúde”, para levar aos bairros do município uma equipe de profissionais da rede municipal de saúde, que com apoio tanto de acadêmicos quanto de voluntários, buscam conscientizar os maringaenses sobre a importância de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde (VERÍSSIMO, 2011).

Segundo Palácios e Nardi (2009), entre os exames disponíveis à população havia a coleta de material para exame de prevenção do câncer do colo do útero, aferição da pressão arterial e verificação de medidas corporais e antropométricas, coleta de sangue para detecção de HIV/AIDS entre outros. Outra frente do trabalho intersetorial, consiste na atividade física, enquanto promoção da saúde na gestão municipal. Isso porque a inatividade física é um dos

maiores fatores de morbimortalidade observada em Maringá. Ainda segundo os autores, porque a cidade possui cerca de 10% da população constituída por idosos, cadastrados pelas Equipes de Saúde da Família (ESF).

Nesse contexto que foram implantadas em Maringá-PR as Academias da Terceira Idade com o objetivo de incentivar tanto a prática regular de atividade física, quanto à prática regular de atividade social propiciando saúde e sociabilidade aos sujeitos da terceira idade de Maringá.

A ideia de criação das ATIs foi copiada da China, da cidade Pequim, onde a população realiza atividades físicas ao ar livre nas praças públicas. O nome foi proposto pelo então prefeito Silvio Magalhaes Barros II, identificando essa ação como sendo uma das ações administrativas de sua gestão dentro do programa Maringá Saudável. Conforme atesta Veríssimo (2011, p. 88) “as ATIs são uma versão maringaense de um modelo chinês de academias, composta por dez equipamentos de metal para a prática de exercícios físicos ao ar livre, que servem para alongar, fortalecer, flexibilizar, estimular a musculatura em geral e trabalhar a capacidade aeróbica”.

A primeira ATI foi implantada em 12 de abril de 2006, ao lado da Unidade Básica de Saúde (UBS) Parigot de Souza. Até 2015 foram implantadas cinquenta e oito ATIs. São implantadas pela Prefeitura por meio de parceria entre as Secretárias da Saúde, Secretária de Esportes e Lazer e empresas privadas, assim distribuídas:

2006: 1ª ATI Parigot de Souza (12/04/2006); 2ª ATI Quebec (09/05/2006); 3ª ATI Iguaçu (27/07/2006); 4ª ATI Jardim Internorte (31/08/2006); 5ª ATI Floriano (24/09/2006); 6ª ATI Parque do Ingá (27/09/2006); 7ª ATI Parque Alfredo Nyeffeller (25/10/2006); 8ª ATI Zona Sul (19/11/2006);

2007: 9ª ATI Parque Avenida – Unidade Dupla (04/02/2007); 10ª ATI Bosque dos Pioneiros (13/04/2007); 11ª ATI NISS III (27/04/2007); 12ª ATI Distrito de Iguatemi (10/05/2007); 13ª ATI Centro Social Urbano (CSU) (14/06/2007); 14ª ATI Vila Santo Antônio (27/07/2007); 15ª ATI Bosque das Grevíleas (05/08//2007); 16ª ATI Vila Esperança (05/09/2007); 17ª ATI Cidade Alta - Unidade Dupla (08/10/2007); 18ª ATI Residencial Tuiuti (28/10/2007);

ATI Móvel: ATI Móvel na Expoingá Inauguração (10/05/2007);

2008: 19ª ATI Tiro de Guerra (12/03/2008); 20ª ATI Paço Municipal; 21ª ATI Requião / Guaiapó (16/03/2008); 22ª ATI Barracão (20/05/2008); 23ª ATI Vila Olímpica

(01/06/2008); 24ª ATI Ney Braga (01/07/2008); 25ª ATI Jardim Pro-Lar (2/08/2008); 26ª ATI Centro Esportivo do Jardim Alvorada (19/08/2008); 27ª ATI Hospital Municipal (21/08/2008); 28ª ATI Jardim Pinheiros (02/09/2008); 29ª ATI Jardim Alvorada III (03/09/2008); 30ª ATI Jardim Olímpico (16/09/2008); 31ª ATI Conjunto Paulino (26/09/2008); 32ª ATI Praça Sagrado Coração (28/09/2008); 33ª ATI São Silvestre (30/09/2008); 34ª ATI Porto Seguro (01/10/2008); 35ª ATI Praça dos Sertões (13/11/2008); 36ª ATI Jardim Universo (26/11/2008); 37ª ATI Brinco da Vila (07/12/2008); 38ª ATI Jardim Oásis (09/12/2008); 39ª ATI Praça das Américas (10/12/2008); 40ª ATI Jardim Brasil – Unidade Dupla (12/12/2008); 41ª ATI Residencial Aeroporto (12/12/2008);

2009: 42ª ATI Praça do Cemitério (06/04/2009); 43ª ATI Distrito de São Domingo – Unidade dupla (19/05/2009); 44ª ATI Bosque II APE – Unidade dupla;

2010: 45ª ATI Condomínio do idoso (27/09/2010); 46ª ATI Praça São José (07/12/2010);

2012: 47ª ATI Parque Industrial (18/05/2012); 48ª ATI Cidade Canção (18/09/2012); 49ª ATI Conjunto Grevíleas (24/09/2012); 50ª ATI Conjunto Tais (03/10/2012); 51ª ATI Parque Laranjeiras (12/12/2012); 52ª ATI Praça Napoleão Moreira da Silva (28/12/2012); 53ª ATI Parque Alfredo Neffyller (19/09/2013); 54ª ATI Jardim Copacabana (21/02/2014); 55ª ATI Parque Itaipu (16/04/2014); 56ª ATI Império do Sol (19/09/2014); 57ª ATI Jardim Oriental (26/09/2014); 58ª ATI Jardim Ouro Cola (27/11/2014).

As ATIs geralmente ficam localizadas em diferentes bairros, próximas de Unidades Básicas de Saúde e locais de caminhada, objetivando o gradativo envolvimento dos cidadãos na promoção da saúde pela prática de atividade física. A implementação das ATIs são de responsabilidade da Prefeitura, a qual fica responsável em viabilizar a aquisição do terreno, a mão-de-obra de instalação e manutenção tanto dos equipamentos metálicos, quanto dos profissionais que orientam as atividades físicas. Bem como, a manutenção e pagamento das despesas geradas com água, iluminação, limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos metálicos das ATIs.

O Conselho Municipal de Saúde em parceria com as Associações de Bairros fica responsável pelo gerenciamento do Programa das ATIs, participando das capacitações, das reuniões para divulgação e avaliação e monitoramento do programa, enquanto a Secretaria Municipal de Saúde fica responsável de contratar e manter profissionais das Unidades Básicas da Saúde, a Secretária de Esportes fica responsável em fornecer profissionais de Educação Física para realizarem contínuo acompanhamento aos frequentadores das ATIs, promovendo

avaliações físicas, testes de glicemia e atividades físicas, além da elaboração e confecção de todo material técnico para o desenvolvimento das atividades físicas com os sujeitos que frequentam das ATIs.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociabilidades praticadas nas ATIs de Maringá atualmente se dão pela expectativa da melhoria da saúde advinda da qualidade de vida. Essa nova sociabilidade ou envelhecimento ativo gradativamente propicia uma melhora substancial no bem estar físico, psicológico e social. Concomitantemente cuidados adequados aos sujeitos em suas necessidades objetivas e subjetivas.

Nesse sentido, a manutenção das ATIs se justifica enquanto estratégia de melhoria da qualidade de vida da população residente no entorno. Entretanto, também são elencados resultados não tão favoráveis como a constatação de aparelhos quebrados e do abandono da Prefeitura de Maringá, colocando os usuários em situação de risco, além da ausência de todos os tipos de profissionais capacitados para atender aos usuários das ATIs, em especial, o profissional de educação física, levando o usuário (não só da terceira idade) a ter problemas de qualquer ordem quanto a praticar algum exercício nos aparelhos, havendo então a necessidade da contratação e manutenção destes especialistas.

A solução desses problemas só será possível quando os órgãos públicos competentes assumirem de fato a sua responsabilidade ao que tange a manutenção e conservação das ATIs. Não basta apenas usarem as ATIs como propaganda política, faz-se necessário também assumirem o ônus daí gerado, a contratação de profissionais especializados para orientar os usuários, entre os quais, podem-se listar servidores de assistência nutricional, saúde, segurança, monitor de educação física entre outros, além da limpeza dos espaços, manutenção das peças, aparelhos e tudo mais que for necessário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**; IPLAN/RIO, Jorge Zahar, 1987.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261>>. Acesso em 112 fev. 20165.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da saúde. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em 12 fev. 2 mar. 20165.

DE SOUZA E SILVA, A. From cyber to hybrid: mobile technologies as interfaces of hybrid spaces. **Space & Culture**, 09 (3), p. 261-278, 2006. Disponível em: <<http://repository.lib.ncsu.edu/publications/handle/1840.2/80>>. Acesso em 09 mar. 20165.

DREHER, Daniela Zeni; GODOY Leoni Pentiado. A qualidade de vida e a prática de atividades físicas: estudo de caso analisando o perfil do frequentador de academias. **XXIII Encontro Nacional de Engenheiros de Produção**. Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003, p.1-8. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0208_0612.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FANTINEL, Leticia Dias; CAVEDON, Neusa Rolita; FISCHER, Tânia Maria Diederichs. Produção de Significações do Espaço e Sociabilidade em um Café Artesanal de Salvador. **Revista interdisciplinar de gestão social**. Vol.1 nº 3, set. / dez. 2012, p.51-74. Disponível em: <http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v1_n3_art3.pdf>. Acesso em 11 mar. 2016.

FERNANDES, Inês Maria Ferreira. **Quarteirões abertos**. 2012, 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto Técnico de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144992257/Quarteir%C3%B5es%20Abertos.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Entre fatos e normas**. Rio de Janeiro, São Paulo: Tempo Brasileiro, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANSEN, Rodrigo Salcedo. El espacio público en el debate actual: Una relexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **EURE** (Santiago), vol. 28, nº 84, Santiago, Sep. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008400001>>. Acesso em 115 mar. 20165.

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La CEPAL**, nº 75, p.171-189, diciembre 2001. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/19326/katzman.pdf>>. Acesso em 10 mar. 20165.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 17, nº 49, p. 115-134, fev. 2002. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Proen%C3%A7a_Contra-usos-e-espa%C3%A7o-p%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 08 mar. 20165.

MAIA, Rosemere Santos. A produção do espaço em áreas de auto segregação: o caso da Barra da Tijuca. **Anuário do Instituto Geociências**. UFRJ, 1998, vol.21, p. 39-75. Disponível em: <<http://ppegeo.igc.usp.br/pdf/anigeo/v21/v21a04.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2016.

MARANHO, Mariana Ciminelli. A qualidade de vida nos ambientes urbanos: parques e academias ao ar livre no município de Curitiba. Tuiuti: **Ciência e Cultura**, n. 46, p. 45-61, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art3_a_qualidade.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MITCHELL, W. E-Topia: **a vida urbana – mas não como a conhecemos**. São Paulo, SENAC, 2002.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da Terceira Idade: conquistas possíveis e necessárias**. 2ª ed. Aumentada. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

PAIVA, Maria Arair Pinto. Espaço público e representação política. **Revista Direito, Estado e Sociedade**. PUC-RJ. Rio de Janeiro, nº 7, p. 73-92, jan./jun. 1995.

PALÁCIOS, Ana Rosa Oliveira Poletto; NARDI Antônio Carlos Figueiredo. Academia da Terceira Idade: Promoção da Saúde e Atividade Física em Maringá. **Prefeitura Municipal de Maringá**. Maringá, p.1-6, Jul./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/bc22009ce8cd.pdf>>. Acesso em 10 mar. 20165.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia: individuo e sociedade.** **Nova biblioteca de Ciências Sociais.** [Trad. Pedro Caldas]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Sociología: estudios sobre las formas de socialización. **Revista española de la opinión pública**, Madrid, nº 49, p.2001-208, Jul. /Sep., 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40182602>>. Acesso em 05 mar. 20165.

VERÍSSIMO, Larissa Cássia Gruchovski. **O processo de construção em rede de políticas públicas na perspectiva da promoção da saúde: a experiência do município de Maringá-PR.** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas-SP, Faculdade de Ciências Médicas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000793391&fd=y>>. Acesso em 11 mar. 2016.

LEVANTAMENTO PRIMÁRIO DE FONTES HISTÓRICAS SOBRE O MUNICÍPIO DE CIANORTE, NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ.³

³ Artigo final da pesquisa realizada durante o PIC - Projeto de Iniciação Científica, 2014/2015.

Lucas Ferreira⁴Marcia Regina de Oliveira Lupion⁵

Resumo: Artigo relativo a pesquisa realizada sobre o município de Cianorte do estado do Paraná. No qual é apresentado um levantamento de fontes históricas sobre a cidade e uma breve discussão a respeito da importância da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região Norte Paranaense.

Palavras-chave: Cianorte. História Regional. Patrimônio Histórico e Cultural. Fontes Históricas.

1. Introdução

Neste artigo apresentaremos o resultado da pesquisa cujo objetivo era o levantamento primário de fontes, materiais e imateriais, com vistas a criação de um acervo sobre a memória histórica do município de Cianorte, que fica na região noroeste do Estado do Paraná. Com isso pretendíamos abordar a questão da valorização do Patrimônio Histórico proveniente de estudos regionais voltados para colaborar tanto com trabalhos voltados para esse modelo historiográfico quanto para contribuir com mais uma obra sobre o município. A escolha por essa cidade se deu por diversos fatores sendo um deles o fato de o pesquisador em questão ser natural de Cianorte, em segundo lugar, que o mesmo percebeu o baixo número de trabalhos acadêmicos que tratavam sobre a história da cidade. Além desses argumentos citados, podemos somar também o fato de que a pesquisa é parte essencial do trabalho do historiador e assim o levantamento realizado em Cianorte tornou-se um meio para exercitar aquela que é a mais importante atividade dos historiadores, ou seja, o ato de pesquisar e apresentar os resultados de seus trabalhos como forma de contribuir para a construção da história quer seja de pequenos ou grandes grupos sociais.

Diante desse quadro, verificou-se então a possibilidade de realizar um levantamento histórico objetivando contribuir para minimizar a já detectada ausência de obras acadêmicas de ordem histórica sobre Cianorte. Ressalta-se contudo, que existem obras sobre Cianorte, mas, que estas não estão inscritas nos critérios comuns a pesquisas históricas pautadas por metodologias e teorias históricas como as que norteiam esse trabalho. No que diz respeito a

⁴ Acadêmico do curso de História da Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá Pr.

⁵ Professora do departamento de História da Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá Pr.

essas metodologias e teorias, estabeleceu-se como critério que num primeiro momento seriam feitos levantamentos das fontes e memórias já existentes em formato material incluindo nessa categoria tanto imagens quanto vídeos. Concomitantemente a esse levantamento, foram sendo feitas investigações acerca de possíveis depoentes cuja história de vida coincidissem com o estabelecimento do município. Assim, abriu-se também a opção do uso de fontes orais como um documento de valor histórico inestimável para construção de história de municípios. Ressalta-se porém, que nesse momento o uso da documentação oral ainda não foi utilizado tendo em vista os rigorosos critérios sob os quais esse tipo de documentação está estabelecida a partir de 2012 com a Resolução 466 que dispõe sobre as diretrizes e normas para pesquisas com seres humanos.

Diante desse quadro pautado na busca pela maior diversidade de fontes que possam colaborar para a escrita da história de Cianorte, podemos estabelecer que a pesquisa se insere no grupo de trabalhos cujo interesse está em investigar as ações humanas independentemente do grupo social a que pertencem, valorizando as ações e as experiências humanas como primordiais dentro dos processos históricos a que pertencem.

Demonstraremos ainda como a metodologia proposta e a abordagem voltadas para o levantamento de fontes diversas nos permitiram contribuir, ainda que de forma inicial, para a elaboração de um acervo no qual futuras pesquisas possam se pautar para escrever uma nova memória histórica sobre o município de Cianorte. E, no passo a passo da pesquisa nos deparamos com imprevistos cuja relevância demonstra, infelizmente, o desapego com que muitas vezes o patrimônio histórico em todas as suas versões é tratado pelas autoridades consideradas “competentes”. Fato exemplar foi o ocorrido em nossa primeira visita realizada em trinta de janeiro do presente ano a Prefeitura Municipal de Cianorte quando fomos informados de que praticamente toda a documentação, incluindo imagens, foram descartadas no processo de mudança do prédio antigo para o novo entre os anos 2005 e 2008. E, nessa perspectiva, os contatos humanos foram essenciais pois foi através de pessoas ligadas à Prefeitura que se iniciou a busca por possíveis famílias que pudessem ter preservado de forma particular, quer seja na forma de fotografias ou documentos escritos, aquilo que para nós é visto como uma fonte histórica.

Foi através dessa busca que pudemos dar sequência à pesquisa cujos resultados foram descritos neste Artigo.

2. A importância da diversidade de fontes para os estudos históricos.

Ao se realizar uma pesquisa sobre a história de municípios o historiador precisa compreender primeiramente dois conceitos chave que nortearão o seu trabalho. O primeiro conceito é o de *tempo*, ou seja, saber delimitar o espaço temporal a ser estudado (1550-1555, 1658-1700); e o segundo conceito diz respeito ao *espaço*, o conceito geográfico que delimita a área habitada e transformada pelos seres humanos. A partir disto e aliado à interdisciplinaridade sugerida por Peter Burke em *Como se escreve a história*, o historiador passa a ter um leque de opções de pesquisa cujas informações levantadas vão da política e da economia ao cultural, ou seja, do qualitativo ao quantitativo tornando mais ricas e menos lacunares os trabalhos históricos.

A partir dos anos 1970 uma mudança no se fazer história, novas fontes começaram a ser utilizadas e novos meios começaram a ser explorados, dando uma visão mais panorâmica e menos centrada da história. Mulheres, imagens, filmes, livros assim como a oralidade agora são considerados fontes oficiais (BURKE,1992, p.10)

Numa pesquisa anterior a proposta por Burke, o historiador que seguia a linha de pensamento de Auguste Comte produzia uma historiografia que buscava sempre a mesma concepção – fato, tempo, personagens geralmente da política institucional. O fato sempre o mesmo, único e singular. O tempo sempre linear, contínuo, sem volta. Por fim o personagem sempre individual, heroico, protagonista único de um grande evento.

Peter Burke em livro já citado, faz a seguinte crítica ao paradigma positivista ou tradicional representado por Auguste Comte:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. [...] A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes homens, estadistas, generais. [...] segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos. (BURKE,1992, p.10)

Para fugir desse esquema engessado de pesquisas baseadas somente em documentos oficiais e escritos, historiadores franceses de fins dos anos 1920 lançaram mão de um novo horizonte para a pesquisa histórica. Iniciado em 1929, o movimento francês da Escola dos Annales trouxe um novo olhar sobre o fazer histórico e uma nova forma de conceber a história

enquanto uma ciência e na qual a economia e as questões sociais tornam-se também aspectos a serem analisados além da política tão valorizada pelo paradigma tradicional.

No início do século XXI as possibilidades de pesquisa e fontes históricas levantadas por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929 se ampliaram exponencialmente uma vez que a história passou a ser vista também como um espaço no qual a memória histórica encontra-se inscrita em todo ser humano e naquilo que foi por ele criado e que passou a ser visto, em muitos casos, como Patrimônio Histórico⁶. Vistos como sujeitos de suas ações, todo e qualquer ser humano passa ser o “sujeito histórico” por excelência sem distinção de grupo social.

Imbuídos dessas prerrogativas, nosso primeiro passo na pesquisa foi visitar o site da prefeitura do município em busca do histórico que geralmente existe nessas páginas. Basicamente encontramos no espaço reservado ao histórico apenas dados, números, nomes de empresas heroicas que deram apoio a nova povoação que representava apenas um breve resumo com menos de uma página no qual constam informações aleatórias sobre como se deu a formação da cidade.

Como forma de contribuir para ampliar esse histórico retomamos a busca por informações diversas e com isso iniciamos um novo levantamento de fontes que mostrassem detalhes sobre como se deu essa formação municipal, quem foram os primeiros moradores, quem cortou a primeira árvore, quem fincou a primeira cerca. O uso da história oral em pesquisas dessa natureza mostra-se de importância inegável no entanto, nesse primeiro momento foram feitas apenas investigações acerca de possíveis depoentes como forma de valorizar as memórias daquelas pessoas que muitas vezes são esquecidas ou pouco lembradas pela sua cidade e cuja relevância como patrimônio imaterial são inegáveis. Pessoas, que por motivos diversos vieram para Cianorte e que viram de perto a dificuldade de chegar a um novo lugar e ali estabelecer moradia e família. Como bem demonstrou Gilmar Arruda em sua obra *Cidades e sertões: entre a história e a memória* escrita no ano 2000, a relevância do uso da oralidade consiste no fato de que ao utilizar a memória oral de um povo o historiador tem acesso a um conteúdo muito mais amplo e qualitativo, em comparação ao uso de um documento escrito pois a oralidade permite ao historiador “analisar as representações

⁶ Ghirardello e Spisso (2008, p.13) identificaram Patrimônio Histórico como “[...] todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular”.

produzidas como resultado de uma experiência concreta e de desejos existentes sobre um determinado espaço geográfico” (ARRUDA, 2000, p.21).

Dispondo-se da memória social o historiador entra numa realidade nova, muito diferente daquelas encontradas nos documentos escritos, afinal:

Utilizar o conceito de memória social parece ser uma estratégia adequada para estudar um período em que a esmagadora maioria da população brasileira era analfabeta, ou utilizava-se da escrita de forma muito limitada, uma sociedade que tinha na oralidade um importante instrumento de transmissão de suas lembranças ou de suas tradições. (ARRUDA, 2000, p. 22)

Além do levantamento de possíveis depoentes, a busca por acervos fotográficos muitas vezes deixados de lado e expostos apenas em ocasiões importantes, de livros que são esquecidos nas prateleiras de bibliotecas ou como o único vídeo histórico feito, também foram subsídios básicos que mostraram ao historiador um novo lado da história que na maioria das vezes fica esquecida e empoeirada mas que tornaram-se primordiais para a criação de nosso acervo.

Entrar em contato com essas fontes são de fundamental importância para a delimitação dos pontos citados acima (tempo e espaço), pois estas fontes mostram a história vista de baixo, a história do povo, a história sem heróis, ou cujo heroísmo se apresenta sob uma roupagem diferente daquilo que se conhece como herói.

Em todos os sentidos esse trabalho também se encontra inscrito nas abordagens históricas de cunho regional, pois como diz Janaína Amado:

A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. Por isso, quando emerge das regiões economicamente mais pobres, muitas vezes ela consegue também retratar a História dos marginalizados, identificando-se com a chamada “História popular” ou “História dos vencidos” (AMADO, 1990, p. 13).

Por tudo isso, a história regional permite que se faça um entrelaçamento entre realidades particulares de uma região sem perder de vista o espaço em que a mesma está inserida, ou seja, o Estado ou o país a que pertence. Cianorte já está inserida na história do Paraná mas certamente é possível colaborar para tornar os detalhes dessa inserção ainda mais visíveis por meio de um trabalho voltado, num primeiro momento para o levantamento de

fontes históricas e, num segundo momento, para a escrita de uma história sobre o município baseada em fontes, objetos, sujeitos ainda não explorados pelos trabalhos existentes.

3. Breve histórico sobre o Município de Cianorte como encontrado na maioria das fontes arroladas

A cidade de Cianorte foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 26 de julho de 1953. O município faz parte, segundo o mapa de colonização da CMNP, do norte novíssimo que engloba as cidades de Cianorte, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Xambrê, Terra Boa dentre outras. O município foi concebido inicialmente para ser um dos quatro grandes centros do norte paranaense juntamente com Londrina, Maringá, e Umuarama.

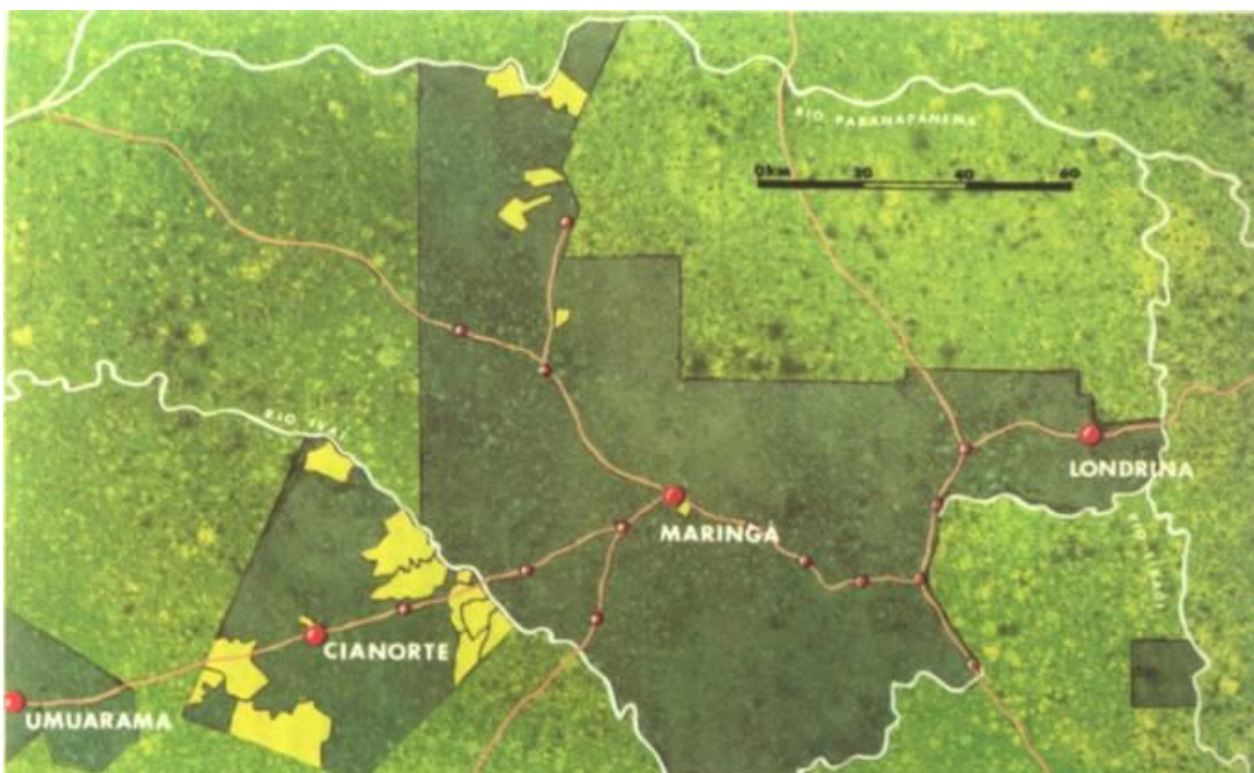


Figura 1: Terras colonizadas pela CMNP, vendo-se em amarelo as áreas de suas fazendas, hortas e reservas florestais.

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 123).

O livro histórico da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, doravante CMNP, lançado para comemorar os vinte e dois anos de sua fundação em 1975 assim se pronuncia sobre a fundação da cidade:

Era um dia de festa, à luz da natureza. Nas mediações do próprio escritório da companhia, numa picada existente onde hoje fica a Av.

Santa Catarina, foi aberta uma grande valeta para o brasileiro de preparação dos churrascos, ao lado da qual, a sombra do arvoredado, havia profusão de cerveja e guaraná. (CMNP, 1975, p.10).

Na maior parte do material analisado e em conversas informais foi recorrente a memória de que os primeiros moradores do então fundado município vieram basicamente de São Paulo e Minas Gerais, os primeiros a comprarem terras e estabelecer moradia foram os membros da família Cossich. Os estabelecimentos comerciais foram sendo formados pouco a pouco e merecem destaque os pioneiros Ângelo Planas, Benedito Vilella, Nicolau Império, Anézio Quesada entre tantos outros que tiveram coragem de se tornar empreendedores em um lugar de pouca ocupação humana branca.

Como na maior parte dos municípios fundados no período, a economia da cidade provinha sobretudo do café e permaneceu assim sobretudo até meados de 1970 quando a forte geadada queimou até as raízes dos cafezais e a política econômica do Brasil militar fizeram com que a economia da cidade buscasse outros rumos (CIOFFI, 1995, p....). A imagem a seguir mostra a capa da Folha de Londrina na época em que a ‘geada negra’ fez mudar os rumos da economia local; o título da matéria “Não sobrou um único pé de café” mostra o drama que a região passaria nos dias vindouros.



Figura 2: Foto da folha de Londrina com enfoque na geadada de 1975 que matou todo o café do estado.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, a.

Ao longo de seus sessenta e dois anos, a contar da fundação do município em 1953, aos poucos pequenas indústrias vão tomando formato e a indústria têxtil vai mostrando um novo rumo para a economia da cidade, as primeiras fábricas de vestuário masculino e feminino vão sendo montadas, e vão ganhando forte expressão dentro do comércio fazendo com que a cidade posteriormente se torne conhecida como a Capital do Vestuário, tal *slogam* foi criado no governo do prefeito Edno Guimarães (gestão 1989-1992).

Atualmente Cianorte abriga um vasto grupo de comerciantes, lojistas, empreendedores, fábricas de confecção, entre outras grandes empresas que possuem reconhecimento nacional, duas grandes universidades. O grande centro idealizado pela CMNP não conseguiu um grande desenvolvimento como Maringá e Londrina mas para seus antigos moradores (pioneiros), que são as fontes primárias dessa pesquisa, o município é um ótimo lugar para se estabelecer moradia e criar os filhos.

4. Descrição das fontes arroladas

A seguir temos a descrição das fontes que foram e são comumente usadas para discorrer sobre a história do município de Cianorte assim como também a listagem de novas fontes e documentos cujas informações foram tidas como relevantes para a composição da pesquisa.

4.1 Fontes escritas

Não foi muito difícil encontrar alguns livros acerca da história do município de Cianorte ao todo foram cinco livros analisados, treze fotos cedidas pela secretária de cultura do município de Cianorte, um documentário cedido por Arlete Vieira sobre os agricultores de Cianorte.

Iniciamos a apresentação das fontes com o livro “*Cianorte sua história contada pelos pioneiros*” escrito pelas professoras (historiadoras) Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes e Wilma Cobayashi Mesquita e pela professora (geógrafa) Izaura Aparecida Tomaroli Varela no ano de 1995.

O primeiro contato com o livro foi durante a realização de uma pesquisa sobre a história do Paraná em uma das biblioteca públicas da cidade de Maringá quando ainda não

havia a intensão da pesquisa sobre Cianorte em 2014. Primeiramente é mostrado no livro os aspectos físicos e humanos, ou seja, qual o tipo de clima, de relevo, fauna, flora, vegetação, dinâmica populacional do município de Cianorte além de aspectos geográficos da cidade.



Figura 3: Imagem da capa do livro “Cianorte Sua história contada pelos pioneiros”.

Fonte: Tribuna de Cianorte, 2015.

Em seguida as professoras dedicaram um capítulo inteiro sobre a colonização e a economia do município e contam a história desde a fundação pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) até a formação dos primeiros distritos de Vidigal e São Lourenço. Os outros capítulos que se seguem dizem respeito aos aspectos administrativos e culturais fazendo uma análise das gestões dos primeiros prefeitos, até o último governo antes do lançamento do livro. De acordo com essa informação “até 1965, quando foi instalada a energia elétrica no município, as indústrias dependiam do motor estacionário. O desestímulo ao plantio de café e a lavoura, abriram caminho para a industrialização” (CIOFFI, 1995, p. 125).

O livro, como o próprio título diz, conta a história de Cianorte partindo do ponto de vista dos seus pioneiros. Ao longo de toda a narrativa e desde o primeiro tópico até os últimos assuntos são trazidos comentários dos primeiros moradores da cidade. Ao todo foram cento e dois entrevistados considerados pioneiros que ajudaram as professoras a contar a história do município. Nesse sentido, esse livro tornou-se fonte de referência sobre a história do

município uma vez que possui um número substancial de depoimentos e memórias cujo registro de fato necessita ser preservado.

Outro dado importante, é que “*Cianorte sua história contada pelos pioneiros*” foi escrito de forma a atender a um público mais leigo uma vez que o material faz parte de um projeto do prefeito Jorge Moreira da Silva, chamado Resgate Cultural⁷ e do qual somente a própria obra guarda lembrança. De valor inestimável enquanto patrimônio histórico municipal e regional, no entanto, a obra não apresenta um referencial teórico, uma conclusão, uma metodologia científica de análise documental se comparado a outros trabalhos de História Regional como por exemplo, o livro sobre o município de Lobato, escrito em 2008 pelos historiadores Marcia Regina de Oliveira Lupion e Andreas Leonardus Deoswijk intitulado *Nas águas de Lobato*. Como fonte para nossa pesquisa no entanto, é um material essencial que servirá como auxílio para alguém que queira saber mais a respeito do município fundado em 1953, sua fundação, seus precursores e as dificuldades de estabelecimento.

Outra referência para o estudo da fundação de Cianorte podem ser encontradas no livro Histórico da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná escrito em 1975 em comemoração aos vinte e dois anos da CMNP. Em breve nota da redação exibida na terceira página do livro Cianorte aparece como referência do processo positivo da “expansão civilizadora” empreendida pela CMNP:

As páginas que se seguem foram escritas, em 1975, quando Cianorte completava seus 22 anos de sua autonomia político-administrativa, por nosso amigo e colaborador Gentil C. Pereira. Reproduzimo-las num preito de homenagem aquele amigo e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável pela extraordinária expansão civilizadora do Norte Paranaense (PEREIRA, 1975, p.3).

O livro possui apenas sessenta e duas páginas nas quais estão dispostas fotos de famílias pioneiras, primeiros estabelecimentos, primeiras festas, primeiras escolas, hospitais e, nesse sentido, sua relevância como fonte é inegável pois tanto o texto quando cita nomes e datas quanto as imagens trazem informações e dados que podem colaborar para uma escrita da história sobre Cianorte.

Não se encontra no entanto, referências a grupos sociais considerados menos favorecidos que vieram para a então recém fundada cidade para trabalhar como furadores de

⁷ O projeto Resgate Cultural foi criado no mandato do prefeito Jorge Moreira da Silva. O Mandato do prefeito ocorreu durante os anos de 1993-1996. O único material encontrada do Projeto é o próprio livro.

poços por exemplo. Em contrapartida a referência feita a família Manfrinato, uma das bem sucedidas hoje, ocupa cerca de uma página inteira do livro, vale lembrar que tal família teve membros ligados a cargos políticos como prefeitos e vereadores. O documento apresenta ainda estatísticas de crescimento da cidade e feitos esportivos do time de futsal CAFÉ, tal time possui uma importância para cidade, visto que seus integrantes são todos moradores, ou filhos desses, assistir aos jogos no ginásio de esportes Tancredão era uma das rotinas familiares aos domingos com jogos. Apresenta também a importância da religião tanto católica quanto protestante para a formação da cidade.

O Histórico da Companhia portanto é apenas um dos vários livros que apresenta uma grande empresa colonizadora, grandes nomes de pessoas consideradas heróis para uma cidade e se esquece de olhar a história do poceiro, do pedreiro, daqueles que ajudaram a erguer a cidade. Contudo é um importante documento sobre a história do município de Cianorte, e deve ser preservado e analisado em futuras pesquisas.

3.1.1 Fontes escritas que não são restritas apenas a Cianorte

Alguns livros utilizados para a pesquisa não falam estritamente da história de Cianorte, a Cidade é apenas citada ou inserida em um contexto histórico mais amplo.

O livro “O Trem de Ferro”, escrito por João Antônio Corrêa Junior, no ano de 1988, coloca o município de Cianorte em evidência ao abordar o trecho inacabado da ferrovia Cincinato Braga, que iria da cidade de Cianorte à cidade de Guaíra e depois seguiria para o porto.

Outro livro utilizado para pesquisa e também de fundamental importância para a realização do trabalho é o livro da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná lançado em 1975 e que o livro aborda de forma positivista a colonização do norte do estado do Paraná feita pela empresa. No livro é abordado qual foi o sistema utilizado pela CMNP para ocupar seus territórios, demarcar limites municipais, estradas e também quais as ideias tinham para os municípios fundados. O livro apresenta fotos antigas de Cianorte, além de mapas que mostram a sua localidade.



Figura 4: Cianorte logo após sua fundação.

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte o Paraná, 1975, p. 161.

Um último livro deve ser citado, *O Paraná e seus Municípios* (1999), que apresenta um pequeno histórico sobre o Município de Cianorte, assim como algumas curiosidades interessantes como a origem do nome do município, dados populacionais, entre outros.

4.2 Fontes imagéticas

As fontes imagéticas arroladas a seguir foram fornecidas pela Sra Silvana Camargo Silva, chefe da Divisão de Cultura do município de Cianorte num total de treze imagens. As imagens disponibilizadas pela Sra. Silvana fazem parte de uma tentativa da mesma em tentar preservar parte da memória do município e por isso digitalizou todo o acervo aqui apresentado.

A título de informação, vale registrar que a Prefeitura de Cianorte dispôs de todo material considerado “antigo” como citado acima e dessa forma a visita à instituição em termos de busca de fontes mostrou-se praticamente inútil no entanto, no que concerne à crítica que constantemente se faz ao desprezo que algumas instituições tem para com o patrimônio histórico, a atitude da Prefeitura mostrou-se exemplar.

Outros contatos foram feitos no município para o acesso a álbuns de família ou documentos do período inicial da cidade contudo os pedidos de uso do material, ainda que dentro de normas acadêmicas, nos foi negado.

Segue a descrição das fontes imagéticas levantadas.

A primeira imagem mostra a fachada do prédio da estação de Rádio AM da cidade. A rádio Porta Voz foi a primeira estação de rádio e ainda hoje segue como uma das mais importantes para Cianorte, possui uma programação dedicada em sua maior parte a conteúdos religiosos e a transmissão de missas radiadas.



Figura 5: Fachada da primeira Rádio de Cianorte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, b.

A imagem a seguir mostra o que talvez pode ter sido o primeiro churrasco da cidade.



Figura 6: Primeiro Churrasco de Cianorte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, c.

O trem de ferro, muito importante para a região, a linha férrea que corta a cidade é parte integrante da ferrovia Cincinato Braga, projetada pela empresa colonizadora, a linha férrea servia para transportar produtos obtidos nas cidades e leva-os ao porto.



Figura 7: Trem que passava por Cianorte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, d.

Outra Imagem muito interessante que foi encontrada, é a imagem do desfile cívico do ano de 1960.

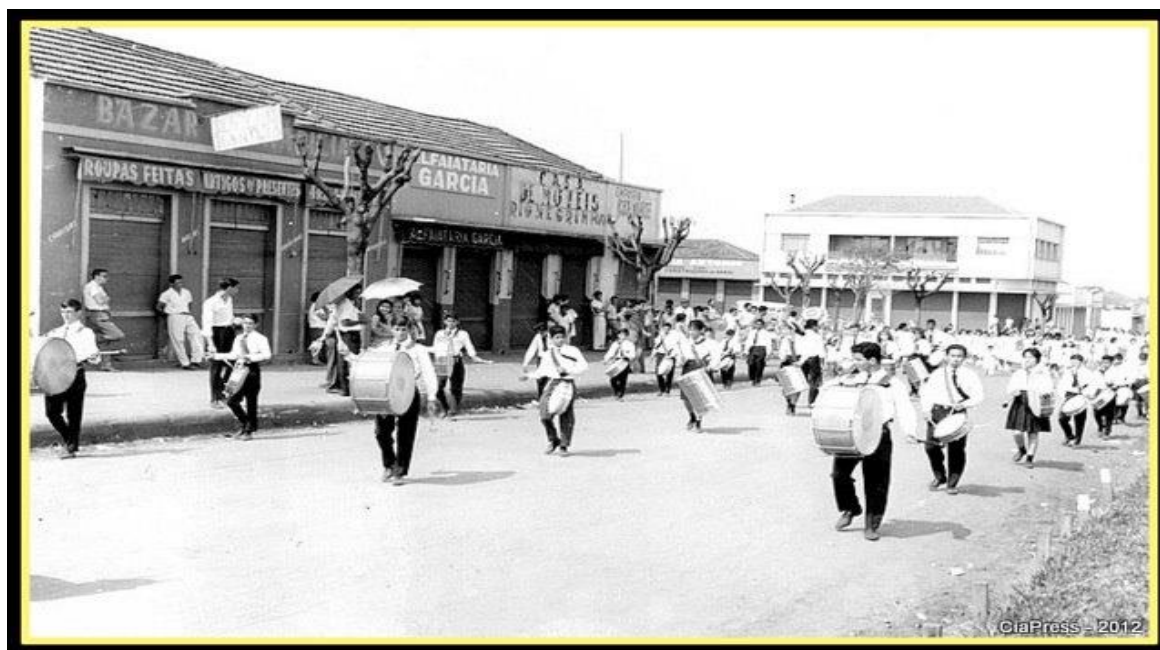


Figura 8: Desfile cívico do município de Cianorte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, e.

O desfile é uma tradição na cidade, todos os anos, no dia 26 de julho e no dia 07 de setembro, as escolas, o corpo de bombeiros, e os policiais militares; fazem uma marcha para comemorar o aniversário da cidade e a independência do país.

A seguir temos uma foto da avenida Souza Naves, a primeira avenida da cidade. Ao fundo fica a igreja Nossa Senhora de Fatima, primeira igreja católica construída pela CMNP.



Figura 9: Principal avenida de Cianorte, ainda em terra.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, f.

A próxima foto, mostra os primeiros ônibus da Cidade, as pessoas na foto podem ser moradores, trabalhadores, ou simples viajantes.



Figura 10: Foto da primeira Rodoviária de Cianorte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO, g.

4.3 Fontes audiovisuais

Não foram encontradas muitas fontes audiovisuais sobre o município de Cianorte. Um documentário intitulado *Desbravadores Cianortenses – Seus Contos e Fatos*, produzido por Arlete Ferreira Vieira, sem data específica, uma moradora da zona rural de Cianorte, mostra de um jeito simples e completo como se deu a formação agropecuária do município.

O vídeo possui uma bela introdução contando como o café foi importante para a cidade enquanto é narrado algumas fotos históricas do município ilustram a tela. Em seguida é mostrado algumas entrevistas feitas com alguns dos pioneiros rurais da cidade que contam sobretudo sobre a dificuldade que passaram quando chegaram na cidade então fundada para montar suas roças juntamente com familiares próximos.

Em resumo o filme pode claramente ser utilizado por professores de história e geografia, para mostrar aos alunos como a história dos produtores rurais de Cianorte é de extrema importante para a formação do município.

4.4 Fontes orais

A busca por depoimentos orais também é parte de uma continuação desse pesquisa noutro âmbito acadêmico. Nesse primeiro momento foram feitas apenas sondagens, investigações primárias acerca de possíveis memorialistas que certamente serão convidados a partilharem suas experiências para esse trabalho futuro. O estudo da Resolução 466 de 2012 ditará os critérios da coleta desses depoimentos juntamente com a metodologia proposta pela História Oral.

5. Resultado Final

Após realizada a pesquisa confirmou-se a necessidade de um maior levantamento em termos de fontes históricas sobre o município de Cianorte.

Como citado acima, em uma visita a prefeitura de Cianorte foi constatado que não existe uma medida do governo para preservar a memória do município, visto que parte dos documentos que datam do início da cidade foram jogados no lixo, como se fossem apenas papéis velhos sem importância.

Não se pode afirmar que existe uma falta de fontes de teor historiográfico sobre o município visto que o historiador que utiliza-se do paradigma adotado pela Escola dos Annales sabe que até uma simples carta escrita serve de fonte assim sendo, cabe ao historiador dar o tom de fonte a um respectivo documento.

A pesquisa mostra ainda que o município de Cianorte abrange um leque de diversas possibilidades de pesquisa, sendo no campo historiográfico, geográfico ou geológico. Afinal como mostrado acima são poucos os livros, teses ou artigos que atribuem ao município de Cianorte uma devida relevância.

As fontes aqui citadas podem contribuir para a escrita de novos estudos historiográficos ainda que necessite e possa ser ampliada pois o número apresentado de documentos certamente não cobre todos os campos que formam uma sociedade. Novos levantamentos em instituições como escolas, igrejas, cartórios, dentre outras, certamente poderão fornecer uma vasta e diversificada documentação.

O levantamento de locais de memória como praças ou parques, ou ainda ruas ou monumentos também necessitam ser investigados e arrolados uma vez que o patrimônio histórico e cultural se caracteriza tanto por ser material quanto imaterial. Conforme diz Sandra Pelegrini no livro *Patrimônio Cultural: História, Cultura e Sustentabilidade*:

O Patrimônio Cultural é definido mediante uma gama expressiva de conceitos, entre os quais, destacamos elementos do meio natural e as paisagens produzidas pela ação humana; os conhecimentos científicos e os saberes populares tradicionais desenvolvidos pelo homem ao longo da história. Nessa direção, os bens culturais podem ser compreendidos como edificações, objetos ou artefatos produzidos artesanal ou industrialmente, ou como obras que, de alguma maneira, representam balizas de determinadas épocas ou marcos das transformações da vida em sociedade. (Pelegrini, 2014, p.13)

E para tentar atender a busca *por marcos das transformações da vida em sociedade*, citados pela professora Sandra Pelegrini pretendemos em nova pesquisa dar continuidade ao projeto iniciado no município de Cianorte.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

PEREIRA, Gentil C. **Histórico da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná**. [Cianorte]: [s.n.], 1975. (Arquivo Pessoal)

CIOFFI, Helena. et al. **Cianorte sua história contava pelos seus pioneiros**. Cianorte, 1995.

CORRÊA, João Antônio Junior. **O Trem de Ferro**. 1. ed. Maringá: 5 de Abril, 1991. 259p.

Tribuna de Cianorte. Disponível em <<http://www.tribunadecianorte.com.br/cidades/2013/06/apos-infarto-helena-cioffi-planeja-novo-livro/864370/>> acesso em jul. 2015.

Fontes Secundárias:

AMADO, J. **História e Região: reconhecendo e construindo espaços**. In: SILVA, M. A. da. República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq. 1990. p. 7-49.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. São Paulo: EDUSC, 2000. 264 p.

BURKE, P. **Apresentação: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: _____. A escrita da história. 2. ed., São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CURTY, M. G. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2002.

DOESWIJK, A. L.; LUPION, M. R. O. **Nas Águas de Lobato: uma micro história construída a partir da fala de seus moradores**. Maringá: Eduem, 2008.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1999. p. 324-325.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959. p. 304-306.

PRINS, G. História Oral. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992. p. 163-198.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (orgs.) **Patrimônio Histórico: Como e Porque Preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (a). **Foto da folha de Londrina com enfoque na geada de 1975 que matou todo o café do estado**. 1975. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (b). **Fachada da primeira Radio de Cianorte**. [s.d.]. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (c). **Primeiro churrasco de Cianorte**. [s.d.]. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (d). **Trem que passava por Cianorte**. [s.d.]. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (e). **Desfile cívico do município de Cianorte**. [s.d.]. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (f). **Principal avenida de Cianorte, ainda em terra**. [s.d.]. 1 fot.: p & b.

ACERVO PARTICULAR DA SENHORA SILVANA CAMARGO (g). **Primeira rodoviária de Cianorte** [s.d.]. 1 fot.: p & b.

NA NARRATIVA JUVENIL PÓS-MODERNA: UM PASSEIO POR *PÂNTANO DE SANGUE*, DE PEDRO BANDEIRA

TEEN NOVEL POSTMODERN: WALKIND IN THE *PÂNTANO DE SANGUE*, BY PEDRO BANDEIRA

Eliane Simeoni⁸

Sidinei Eduardo Batista⁹

RESUMO: O presente trabalho objetiva focar o leitor literário como produtor de sentido no texto, destacando que este o faz a partir dos seus horizontes de expectativas e da capacidade de construção de sentido para a obra. Para tanto, a pesquisa a ser empreendida, respalda-se nos postulados de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, que refletem o método da Estética da Recepção e a Teoria do Efeito. A partir deste postulado, o leitor e a leitura surgem como elementos privilegiados nos Estudos Literários. Neste sentido, om intuito de tornar o ato da leitura um momento prazeroso e significativo, propomos como objeto de análise deste texto, a narrativa juvenil *Pântano de Sangue*, de Pedro Bandeira. Esta narrativa propõe uma temática que aborda o suspense como linha condutora do seu enredo, o que acreditamos ser provocador de interesse para os jovens. Isso, pois, devido ao seu elo instigador entre: amizade, mistério e aventura. Na perspectiva de análise, a qual submeteremos a obra de Bandeira, sugere que o texto literário não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, predispõe seu público para recebê-la de uma maneira bastante definida. Ela desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a “meio e fim”, conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão vinculado, ao qual se pode, então – e não antes disso –, colocar a questão acerca da subjetividade da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camadas de leitores.

Palavras-chave: Estética da Recepção. Literatura. Formação de leitores.

⁸ Eliane Simeoni – graduada do curso de Pedagogia (UEM/ UEPG), graduanda do curso de Letras: Português/Espanhol da Faculdade Alvorada de Maringá. Especialização em Fundamentos e Metodologia da Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

⁹ Sidinei Eduardo Batista - Mestre em Letras (Estudos Literários) – UEM. Doutorando em Letras (Estudos Literários) – UEL. Pesquisador do Grupo: Representações do Poder na Literatura Brasileira: das vozes referidas às representadas.

ABSTRACT: This paper aims to focus on the literary reader as producer of meaning in the text, noting that this is from their horizons of expectations and the sense of building capacity for the work. Therefore, the research to be undertaken, backs up the postulates of Hans Robert Jauss and Wolfgang Iser, which reflect the method of *Aesthetics of Reception* and *Effect Theory*. From this premise, the reader and reading emerge as key elements in Literary Studies. In this sense, in order to make the act of reading a pleasant and significant moment, as we propose this text reviewed, teen novel, *Pântano de Sangue*, by Pedro Bandeira. This narrative suggests a theme that addresses the suspense as driver of its plot line, which we believe is provocative of interest to young people. This therefore because of its link instigator of friendship, mystery and adventure. In analytical perspective, which will submit the work of Flaubert, suggests that the literary text is not presented as absolute novelty in an empty space, but, through notices, visible and invisible signs, family traits or implicit indications, predisposes its audience to receive it in a very definite way. It awakens the memory of ever read, gives rise early on expectations of "middle and end," leads the reader to a particular emotional stance, and with all this, anticipates a general horizon of linked understanding, which can then - and not before - put the question about the subjectivity of interpretation and taste the various layers of readers or readers.

Keywords: Aesthetics of Reception. Literature. Formation of readers.

1. O texto literário sob as Teorias do Leitor: A Estética da Recepção

A relação leitura e literatura, embora evidente, só passou a ser considerado, dentro do campo dos estudos literários, a partir das primeiras décadas do século XX com o surgimento das teorias destinadas à recepção que destacavam a obra sob a recepção do leitor. Isso ocorreu de forma mais sistemática, porém, somente a partir dos anos 1960 com a ascensão dos estudos pós-estruturalistas. São duas as principais tendências teóricas orientadas para o leitor: as teorias de resposta americanas e a estética da recepção alemã. Contudo, também a crítica fenomenológica, a desconstrução, a crítica psicanalítica, a semiótica estruturalista, e até a New Criticism americana contribuíram para o avanço e a conquista da autoridade do leitor enquanto sujeito, por excelência, da concretização da literatura. ZAPPONE (2005) acredita que esse interesse é tributário, em grande parte, do redimensionamento das noções de autor, de texto e de leitor ocorrido na teoria literária na metade do século passado.

Neste sentido, a concepção de que o texto e conseqüentemente, o significado do texto, pertenciam ao autor deteriora-se como podemos ler em ZAPPONE (2005), que relata que o autor, nas últimas décadas, teve a sua morte declarada. Desse modo, embora seja o produtor do texto, ou seja, aquele que articula linguisticamente as ideias, sentimentos, posições, entende-se hoje que ele não controla o(s) sentindo(s) que a sua produção pode suscitar. Dessa forma, o autor não mais é considerado detentor do sentido do texto nem pelos leitores, nem pelos responsáveis por editar o objeto a ser lido.

O texto, por sua vez, desvencilhou-se das amarras estruturalistas/funcionalistas que atribuíam exclusivamente as chaves para a interpretação de uma obra. A partir de novas abordagens da linguagem (pragmática, teoria da enunciação,

análise do discurso), que passaram a considerar mais enfaticamente a relação linguagem-sociedade, o texto deixou de ser mera organização linguística que “carrega” ou que “transmite” pensamentos, informações ou idéias de seu produtor. (ZAPPONE, 2005, p.153)

Seguindo esse percurso até agora descrito, e se consideramos “a morte” do autor, o leitor passa a ser determinante no processo de leitura, pois cabe a ele a significação do texto literário. A constituição material do texto, o preto da tinta e o branco do papel só se transformam em sentido quando alguém resolve ler.

E, assim, os textos são lidos sempre de acordo com uma dada experiência de vida, de leituras anteriores e num certo momento histórico, transformando o leitor em instância fundamental na construção do processo de significação desencadeado pela leitura de textos (sejam eles literários ou não). (ZAPPONE, 2005, p.154)

Como percebemos, até o momento, houve uma mudança na tradição, o modo de perceber a constituição da literatura. Neste projeto, nos interessam as teorias que abordam o leitor e sua importância na literatura, sobretudo o trabalho de Wolfgang Iser *O Ato da Leitura, Uma Teoria do Efeito Estético*. Contudo, nos utilizaremos dos demais autores que abordam o leitor e sua importância para a concretização do texto literário. Partindo desta perspectiva, pretendemos observar como o leitor pode ou não ser motivado a um horizonte de expectativa, diante de uma obra literária, pelos meios de mediação da leitura que a circundam e por seu próprio repertório. Por exemplo, as noções de período literário, os meios de circulação da obra, o estilo, o gênero e mesmo o título. No caso deste projeto, a obra literária que constitui o *corpus* de análise é o livro juvenil de Pedro Bandeira, *Pântano de Sangue*. Partimos do pressuposto de que, por exemplo, o título da obra de Bandeira já sugere um horizonte de expectativas para o seu receptor, portanto, certamente, sugere para o leitor uma narrativa que esteja envolta a fatores ligados à violência e a degradação física humana ou animal.

2. A Literatura Infantil: breve relato histórico e seu papel na construção de identidade do sujeito

O sociólogo brasileiro, Antonio Candido, em seu artigo *A literatura e a formação do homem* (1972), concebe a literatura como uma força humanizadora, atuando em sua formação, valorizando o lúdico. Imaginar e criar situações, pela necessidade de consumir fantasias, antecipa o pragmático e racional. Formadora, a literatura é capaz de transfigurar o real, sendo uma arte que carrega como a vida, tanto para o bem quanto para o mal.

Deste ângulo, faz sentido a importância com o contato literário, entendendo como foi a trajetória destinada as crianças e aos jovens em meio a uma sociedade feudal, que pela ascensão da burguesia teve seus valores modificados, na estrutura familiar, na visão de educação, na adaptação da escola, e o atendimento ao capitalismo dominante. Dentro deste contexto, a literatura infantojuvenil, inicialmente inexistente, passa a existir com uma função pedagógica e moralista, usada como instrumento da ideologia dominante e objeto de apreço comercial, seguindo a evolução histórica.

O conceito de literatura infantil surge no momento em que as preocupações sociais se voltam para a criança. Ela “passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988, p. 17).

Até então, criança, era impedida de ter uma aprendizagem adequada para sua idade, obtendo apenas uma educação imposta pela sociedade e pela igreja nos moldes dos adultos. No século XV, segundo Ariès (1981), a criança não passava de um adulto em miniatura.

[...]. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais deste. (ARIÈS, 1981, p.156).

A partir do século XVII, segundo Ariès (1981), houve uma mudança dessa formação mais voltada para a religiosidade, com uma educação pela aprendizagem, aproximando a escola e a família, da criança. Deixando de ser vista apenas como um adulto em miniatura, ela passa a ser compreendida como um ser frágil que

precisa receber um tratamento cuidadoso e específico para sua idade. No entanto, “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto” (ARIÈS, 1981, p. 156).

Considerando este momento histórico, a infância até então inexistente, tem seu surgimento com a ascensão da burguesia, nova organização familiar e a revolução industrial. A educação torna-se meta fundamental na preparação dos jovens para o trabalho e desempenho social. Repensam-se os produtos culturais destinados aos alunos principalmente o livro. Ele surge com um destinatário específico, a criança, que passa a ter um lugar na sociedade. Aliado a transmissão de valores da classe dominante, o livro tem a função de moldar o jovem leitor aos anseios capitalistas. As histórias que conquistaram maior sucesso, foram os contos de fadas, com teor pedagógico e manipuladores de ideologias, como esclarece Lajolo (1988):

Os laços entre a literatura e a escola começam desde este ponto: a habilitação da criança para o consumo de obras impressas. Isto aciona um circuito que coloca a literatura, de um lado, como intermediária entre a criança e a sociedade de consumo que se impõe aos poucos; e, de outro, como caudatária da ação da escola, a quem cabe promover e estimular como condição de viabilizar sua própria circulação. (LAJOLO, 1988, p. 18).

No Brasil, a Literatura nasce no final do século XIX. As manifestações literárias coincidem com a abolição, a República e o moderno capitalismo. O crescimento urbano, o advento da imigração e o êxodo rural, originam o consumo de livros escolares de acordo com a campanha de alfabetização do início do século XX.

A escola, é encarregada oficial de veicular os livros de literatura para crianças e jovens. Assim, privilegia temas que desenvolvam o patriotismo, caridade, aplicação nos estudos, constância no trabalho, dedicação a família e a idealização da pobreza. Essa situação se altera a partir revolução de 30. Atua com uma dualidade: uma escola atrasada, para os lugares mais pobres e outra exigente, para as mais ricas.

A ênfase dada à literatura infantil, deve-se grandemente ao seu receptor, que deixa de ser só crianças, para se transformar em público de todas as idades. Representando os conflitos sociais brasileiros, alguns autores aproximam-se do realismo mágico e encontram uma linguagem menos transparente para questionar o real.

A abertura escolar a população, gerou um grande número de leitores em potencial. Fatores externos contribuem para a ênfase de temas voltados para as vozes minoritárias (da mulher, do negro, classes marginalizadas). Recriada, a Literatura, passa a desenhar a política ou o lugar da criança e do jovem na sociedade, tematizando situações do cotidiano e da realidade como ela é, provocando o amadurecimento no indivíduo.

As obras genuinamente brasileiras, começam a ganhar espaço dentro da produção cultural. A partir desse momento, a literatura infantil desponta novos rumos: inicia-se a linha social, adentra à vida real, ao mundo problemático, bem diferente do mundo idealizado de antes. Nesse novo contexto, a criança passa a integrar efetivamente na vida social, cheia de conflitos, problemas e dilemas, uma vez que fazendo parte da sociedade, passou a expor seus conflitos, percebia, sentia, vivenciava este mundo, que as histórias infantis passaram a representar. Sobre este novo contexto, Zilberman (1988) declara:

Têm-se histórias que internalizam, na personagem infantil, as várias crises do mundo social. Essa linha social da narrativa infantil brasileira contemporânea tem desdobramentos importantes, que fazem debruçar-se, por exemplo, sobre a perda da identidade infantil. LAJOLO e ZILBERMAN (1988).

Tais obras passaram a merecer extremo cuidado, desde a qualidade do papel, diagramação e ilustração. O livro torna-se cada vez mais agradável, chamativo, a busca de seus leitores, como aliado, ele ainda conta com a liberdade de expressão, posições sociais e ideologias variadas. O processo de globalização, avanços tecnológicos, a velocidade das informações e a relação com a internet.

Com respeito ao jovem, é acelerado e multiplicado seu campo literário. Com a produção literal de consumo fácil. Tem-se nas camadas média e alta, faixas que ainda não produzem, porém consomem, estimulando a economia.

Qualidade e quantidade coexistem, autores criativos, críticos, garantem a excelência das obras. A situação, porém, não é tranquila para o leitor, que precisa além de se salvar do bombardeio de estilos, precisa conseguir chegar a um bom texto, encontrar seu espaço, para que possa espelhar-se nele e reconhecer seu papel fundamental como leitor e produtor de sentido.

3. A Literatura Infantil no Brasil: Monteiro Lobato e a construção de uma identidade nacional

A literatura infantil brasileira surgiu tempos depois do início da europeia. Com a implantação da Imprensa Régia, em 1808, começaram a ser publicados os primeiros livros para crianças no Brasil, como afirma Zilberman e Lajolo (1986):

[...] a tradição de: As aventuras pasmosas do Barão de Munchausen e, em 1818, a coletânea de José Saturnino contendo uma coleção de histórias morais relativas aos defeitos ordinários às idades tenras e um diálogo sobre geografia, cronologia, história de Portugal e história natural. (LAJOLO; ZILBERMAM, 1986, p.23).

Essas publicações, segundo as autoras, eram esporádicas e insuficientes para caracterizar uma produção literária brasileira, para a infância. Somente após a Proclamação da República é que se iniciou de fato uma literatura infantil brasileira. Quando esta tentava consolidar uma política econômica que fornecia o café, produto básico para exportação, a mão-de-obra escrava começa a ser substituída pela mão-de-obra assalariada.

A modernização no Brasil se deu de cima para baixo sem levar em conta as peculiaridades de uma sociedade que queria abafar a realidade social de um país que abolira a escravidão e cuja economia centrava-se nas mãos de poucos com atividade baseada na monocultura e na exportação de matérias-primas. Influenciado por um momento de valorização, abordou o texto infantil como enunciador de normas e preceitos comportamentais. Somando quatro fases nesse processo de inserção da literatura no Brasil.

A primeira fase compreende o final do século XIX e início do século XX. A preocupação era com a modernização do país. A segunda fase abrange o período de 1920 a 1945, caracterizada como uma época de muitos conflitos, entre eles a situação da educação. O índice de analfabetismo estava muito alto e isso fazia com que o Brasil se caracterizasse como um país atrasado. A terceira fase é marcada pelo período da democracia (décadas de 50 e 60). No campo educacional a reforma de Capanema estava em vigência até que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961. A quarta fase compreende o período de 1970 e 1980,

marcado por grandes transformações na literatura infantil o número de autores e obras aumentou, a linguagem e o ambiente das histórias estava mais próximas do cotidiano e da realidade dos brasileiros. Recuperou-se o folclore oral representado pela abordagem das modinhas infantis, canções de ninar e das brincadeiras de roda. A qualidade estética que reveste as produções destinadas ao público infantil na atualidade permite ao professor a possibilidade de apresentar o mundo mágico da literatura como suporte para as atividades de alfabetização, segundo BECKER (2001 p.35 – 41)

4. A Literatura Infantil como método de humanização da criança: um produto e uma necessidade: da origem da ficção policial à literatura policial para jovens

Até bem pouco tempo, em nosso século, a Literatura Infantil era geralmente considerada pelo adulto um gênero secundário e algo pueril (nivelada ao brinquedo) ou útil (forma de entretenimento). Sua valorização como formadora de consciência no universo cultural das sociedades e como recurso para o crescimento emocional é bem recente.

O livro deixou de ser especificamente utilitário e pedagógico recentemente. Apesar de termos, lá atrás, escritores como Monteiro Lobato, Ziraldo, Ruth Rocha entre outros responsáveis por momentos marcantes da literatura infantil e juvenil brasileira, há apenas uns dez ou 15 anos, estamos vivendo esse outro momento, de considerar o livro infantil como lúdico.

As histórias policiais emprestam ao leitor a noção de que o crime não compensa, porque a saga desenvolvida ao seu redor sempre culminará com o criminoso sendo preso. Este gênero, teve sua origem desde os tempos da publicação de “Os assassinatos da Rua Morgue”, de Edgar Allan Poe, que veio ao público nas páginas do Graham’s Magazine, periódico que circulava na Filadélfia em 1841. O mesmo Poe tornou-se um dos escritores de maior destaque no campo da ficção ao redor do macabro e do mistério, sendo hoje reconhecido como maior nome do romantismo norte-americano.

Os dois maiores criadores em uma sequência posterior à produção de Edgar Allan Poe, Arthur Conan Doyle, com a publicação de “Um estudo em vermelho”, no ano de 1887, apresentaria ao público com o mundialmente conhecido detetive Sherlock

Holmes. Décadas depois, a escritora Agatha Christie daria início ao périplo de aventuras protagonizadas por seu detetive, Hercule Poirot, em publicações policiais tornando sua autora na mais bem-sucedida romancista da literatura mundial em número total de livros vendidos e distribuídos.

No Brasil, segundo registros, o primeiro romance policial escrito e publicado foi O mistério, uma parceria entre Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e Viriato Corrêa. Esta narrativa foi publicada no jornal A Folha em 1920. Jerônimo Monteiro, na década de 30, lança o primeiro detetive brasileiro com mais de uma aventura, o detetive Dick Peter. Suas histórias misturavam mistério e ficção científica. A mineira Lúcia Machado publicou em 1956, pela Editora Cruzeiro, sua obra O Escaravelho do Diabo. Em 1969 Maria Alice cria em sua obra: Quem Matou Pacífico, um detetive rural, Tônico Arzão.

A literatura policial infanto-juvenil apresenta características muito semelhantes à literatura policial do público adulto. Em ambas há um crime, um criminoso, a vítima e o detetive. O que os diferencia, além do público, é o herói. Nos romances policiais para adultos, o detetive é um adulto, enquanto no do público infantil são crianças ou jovens, com idades que se aproximam da do leitor. Para Vera Maria Tietzmann Silva, essa é uma característica importante do gênero policial infanto-juvenil.

Outra característica igualmente importante é que os detetives mirins desvendam o caso e levam vantagem, restando aos adultos o papel de coadjuvantes. O autor desse tipo de literatura passa a mensagem de confiança em si mesmo e fé no futuro (SILVA, 1994.p.14).

Além disso, o detetive mirim, para desvendar um mistério, geralmente se afasta da família, assim como nos antigos contos de fadas. O diferencial é que os vilões não são mais ou ogros ou monstros, por exemplo, mas é um homem mau. As crianças que se interessam por este tipo de narrativa geralmente têm entre 12 e 14 anos, que é compreendido, a criança se identifica com um herói humano e se interessa por histórias de aventuras.

5. *Pântano De Sangue: uma proposta de leitura*

Com o romance policial, a série “Os Karas” promove uma adequação do gênero ao leitor adolescente, como se observa pelos recursos estéticos de construção do texto, assim com jovens protagonistas dotados de grande inteligência, curiosidade e senso de justiça – como detetives capazes de elucidar os crimes revelados na trama.

Os Karas: Miguel, Magrí, Calú, Crânio, Chumbinho, um grupo de amigos que estudam no colégio Elite. Participam de várias aventuras de suspense nas quais desvendam crimes. Já no início do episódio, o querido professor Elias é encontrado morto, e Crânio não se conforma com o fato de ser um simples assalto seguido de morte. Então parte para o Pantanal Mato-grossense, que o professor visitara semanas antes. Lá é recebido pela Tia Matilde, excêntrica senhora que passeia pelo Pantanal com seu velho avião pintado de rosa-choque.

Mais uma vez Pedro Bandeira consegue misturar assunto sério com muita aventura e levar questões importantes a serem discutidas pelos jovens em todo o Brasil, com um diálogo jovial, sem a “chatice adulta”, tão malquerida pelos adolescentes. Dessa vez, os cinco amigos denominados “Os Karas!” – Magri (a única menina da turma), Calu (o ator e mestre em disfarces da turma), Miguel (o líder dos Karas), Crânio (o mais inteligente e também a personagem mais central) e Chumbinho (o novato que entrou para o grupo depois de ter um papel importantíssimo em A Droga da Obediência – começam a investigar o assassinato do professor Elias, que aparentemente foi assaltado e morto praticamente na porta do Colégio Elite, onde os jovens estudam.

Crânio convoca uma reunião dos Karas e afirma que a morte do professor não se tratava simplesmente de um assalto que acabou da pior maneira possível, e que na verdade o professor fora assassinado para silenciá-lo de alguma forma, e que a resposta estava no Pantanal. Por isso os Karas deveriam partir imediatamente e refazer o caminho que o professor Elias percorrera, seguindo os slides das fotos tiradas pelo professor. Todos acham tudo uma loucura, e apesar de sempre confiarem na inteligência de Crânio, Miguel decide que os Karas não devem se envolver, que não existem pistas suficientes. Crânio então parte sozinho para o Pantanal, onde deve se encontrar com sua tia, que mora por lá.

Entretanto os outros membros dos Karas recebem a visita do detetive Andrade, que não traz boas notícias. Um piloto de avião fora encontrado boiando em um rio, à beira da morte, com a jaqueta de Crânio e murmurando as suas últimas palavras em vida,

sendo que uma delas foi o nome de Crânio. Os Karas então partem para uma aventura no Pantanal, no Mato Grosso, junto ao detetive – que está indo por conta própria investigar o caso, para resgatar o amigo.

Pedro Bandeira consegue integrar tantos assuntos sérios em uma narrativa tão atraente para todas as idades, inclusive os jovens. Assim como em “A Droga da Obediência” o autor aborda a questão do tráfico de drogas, só que um pouco mais abertamente. Em *Pântano de Sangue* também são abordados o crime organizado no Pantanal, a extinção dos jacarés por causa de sua valiosa pele e a figura do índio e como eles estão cada vez mais extintos enquanto os brancos massacram sua cultura e memória. Esta narrativa tem um enredo mais pesado do que a primeira obra dos Karas e isso só acrescentou qualidade à história.

5.1 Estrutura Textual da narrativa *Pântano De Sangue*

A narrativa de *Pântano de Sangue* é uma novela, este gênero é uma narração em prosa menor que o romance e maior que o conto. Portanto, é correto afirmar que se trata de um texto situado em posição intermediária entre o romance e o conto.

No Brasil, a novela tem seu lugar garantido na Literatura nacional. Livros como *O alienista*, de Machado de Assis, *O exército de um homem só*, de Moacyr Scliar, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, são exemplos de novelas em língua portuguesa. Há, ainda, outro critério, embora arbitrário, que acredita que as narrativas desenvolvidas em um limiar de cem a duzentas páginas possam ser classificadas como uma novela, observadas as semelhanças entre o conto e o romance.

5.2 A Narrativa Policial

Com relação aos esquemas textuais, Iser (1996) acredita que possibilitam interação entre texto e leitor, dando continuidade à leitura e seu entendimento. No que se refere ao repertório, que de acordo com Iser (1996) diz respeito ao conhecimento prévio que o leitor traz consigo para a leitura, podemos observar que, em *Pântano de Sangue*, esse esquema textual é caracterizado por uma retomada da narrativa

policial anterior. Agora, ao começar sua leitura, o leitor já conhece o estilo de narrativa policial para jovens de Pedro Bandeira, pois leva em consideração sua leitura de *A Droga da Obediência*.

Assim, já espera a presença do grupo de detetives Os Karas, onde cada integrante tem suas qualidades específicas; um detetive adulto, suarento, gordo e desengonçado; e a uma narrativa recheada de ações e mistério, em que os detetives descobrem o crime durante a ação desse e são passíveis de erros e sofrimentos. Mesmo assim, o autor busca surpreender o leitor e quebrar suas expectativas iniciais à medida que se diferencia do livro anterior: a narrativa será conduzida em esquemas de sobreposições entre passado e presente, de forma a quebrar as expectativas do leitor e fazendo com que passado e presente se unam para que um explique o outro e desemboquem ao mesmo ponto em comum, o momento onde se encontram (passado e presente) e passam a ocorrer simultaneamente no momento presente.

Sendo assim, as características descritas funcionam como quebras de expectativas dos leitores, pois estes aguardam por algo e se deparam com o inusitado. Outra característica que funciona como uma quebra de expectativas é o conceito que o autor apresenta de ordem e progresso. Aqui o leitor pode se deparar com um conceito não tanto comum de que não se consegue progresso através da ordem, mas da desordem.

Além de contestar a noção de ordem e progresso, Bandeira também tenta mostrar em sua história que a noção enraizada de que o Pantanal é um verdadeiro paraíso, livre de ameaças e em constante paz reinante, é errônea e descreve através da fala dos personagens, os diversos problemas existentes no local, como a presença do crime organizado.

A grande quantidade de dinheiro e terras nas mãos de poucos fazendeiros, que leva à miséria de muitas pessoas: “Mas se você olhar direito, é capaz de chorar. A estupidez, a miséria e a ganância estão acabando com o Pantanal” (BANDEIRA, 2009b, p.25).

O problema do índio faz parte do grande problema que é a concentração de terras nas mãos de poucos. E o resultado é a miséria da maioria” segundo o autor. A destruição da natureza vegetal e animal:

[...] A derrubada e a queimada das árvores para criar pastagens vão levar o Pantanal à extinção em algumas

décadas. Já não há lugar para pássaros, capivaras, onças e quatis. E, quando os arbustos novos começam a aparecer, mostrando o esforço de recuperação do Pantanal, os biocidas são pulverizados periodicamente para matar esses arbustos e manter 'limpas' as pastagens... o vento leva esses venenos para todos os lados, envenenando e matando animais e vegetação. Aqui, o povo chama esses produtos químicos de 'mata-mato'. Só que isso está matando muito mais do que o povo pode suspeitar... (BANDEIRA, 2009b, p.49).

5.3 Uma leitura de *Pântano De Sangue*, De Pedro Bandeira, segundo a Estética da Recepção

Pântano de Sangue (2009), de Pedro Bandeira, inicia-se já com a morte do professor Elias, de matemática. Todos do grupo dos karas ficam muito tristes. Já aqui se faz um elo de afetividade, pois se este professor mesmo que de matemática, uma matéria não muito querida pelos jovens, causa tristeza, é porque definitivamente seu professor era muito popular entre os alunos por sua simpatia. Crânio acredita que tal morte está vinculada com o pantanal mato-grossense, pois o professor fora torturado e morto na rua e seus pertences não foram roubados. Os horizontes de expectativas do leitor identificam indícios de um crime por um motivo além de um roubo corriqueiro, pelos indícios ditos pelo autor. O menino nota algo estranho ao examinar a maleta do professor: algumas das fotos da viagem que Elias fizera para o pantanal foram roubadas e tiradas da ordem, revelando que algum criminoso, após roubar as fotos, colocara outras no local.

As primeiras pistas são levantadas, através do conhecimento do comportamento organizado da vítima, sendo ele um professor metódico, não teria sua maleta em desordem. Crânio deduz que alguém que poderia ser comprometido por tais fotos, mandou matar o professor. As causas do crime parecem bem possíveis, considerando que o professor é merecedor de grande simpatia, fazer mal a ele seria preciso um motivo sórdido como esconder algo terrível. Crânio não é levado a sério pela turma dos karas ao expor suas suspeitas. Eles consideram que elas não têm sentido. O rapaz decide então ir para o Pantanal sozinho para desvendar o crime. Com essa decisão, o leitor sente-se justificado, já que desacreditado pelos amigos, cabe a ele encontrar maiores justificativas para suas suspeitas e só poderiam ser encontradas percorrendo o trajeto feito antes pelo professor Elias. Já no aeroporto,

a cena que se segue, choca pela brutalidade de se colocar drogas dentro do cadáver de um bebê, o leitor sente o impacto da violência, que mesmo narrada em uma obra literária, não deixa de se fazer possível parte de alguma realidade.

O garoto hospeda-se na casa de sua tia Matilde, uma senhora que além de conhecida por todos, demonstra a sua feminilidade abusando de uma cor preferida que denota delicadeza. Começa a seguir a trilha deixada pelo professor nas fotos. Crânio é sequestrado por contrabandistas de jacarés, neste ponto, já o leitor reconhece que os perigos de um lugar distante e pouco amistoso não seria mesmo seguro para um rapaz com pouca experiência de vida.

Os karas são avisados por Andrade que Crânio sumiu no Pantanal e que apenas sua jaqueta e sua gaitinha foram encontradas. A turma então decide ir ao Pantanal junto com Andrade para descobrirem o paradeiro de Crânio. O leitor reconhece a força da amizade da turma, e entende que as pistas que Crânio precisava para convencer seus amigos, agora já eram suficientes pelo seu desaparecimento. Os karas descobrem como o amigo havia previsto que algo muito além de um crime comum estava acontecendo e que teria proporções muito maiores. Por trás da grande beleza pantaneira, estava o contrabando de pele de jacarés e drogas, o fim das tribos indígenas e suas culturas, além da destruição da natureza.

Um vilão fora de suspeita, um sentimento de culpa por acreditar em sua bondade, pode levar o leitor a justificar pequenas dúvidas sobre o comportamento tão materno e por vezes instigadoras dessa tia. Ela consegue fugir da polícia em seu avião banhado a ouro, porém cai no rio após ficar sem gasolina. Um desfecho emocionante trágico, mas autêntico para um vilão, seu receptor sentiria ao fato, o dever cumprido para livrar a trama da impunidade.

Aspectos da narrativa policial na obra. Os crimes são violentos. Cadáveres, tiros e sangue percorreram toda a trama. Logo no primeiro capítulo, quando o corpo do professor Elias é encontrado, o leitor depara-se com a crueldade dos contrabandistas de drogas, que usam um bebê morto para o transporte de drogas: “– Não, a cocaína não estava nas roupas do bebê, senhor Sobrinho da Tia Matilde. Estava no bebê. O corpo dele estava costurado do pescoço à virilha. Os malditos esvaziaram as entranhas de um pobre cadaverzinho e o encheram com drogas! ” (BANDEIRA, 2009b, p.42). Outro trecho que choca o leitor é quando Crânio descobre o que se esconde dentro do Pantanal, o espetáculo de horror, a pior visão de sua vida:

“(…) Ossos branqueavam ao sol, misturados às carnes putrefatas de centenas de jacarés. O cheiro era insuportável, mas a visão daquela barbaridade era pior. Cada uma das cabeças daqueles animais, que já habitava a terra a terra a milhões de anos antes de o homem aparecer, tinha dois buracos. (...). Em volta da chacina, um sem-número de urubus abatidos a tiros completava o absurdo” (BANDEIRA, 2009, p.64)

Doze corpos pendurados: “Pendurados no alto das árvores, doze corpos, balançavam ao vento” (BANDEIRA, 2009, p. 65). Esse recurso é utilizado pelo autor para chocar o leitor e prendê-lo a trama, característica encontrada em romances policiais.. A expectativa do leitor vai além, traz a ruptura do atendimento inicial das expectativas que seria a morte do professor para encobrir um criminoso descoberto por ele, mas o fato de tamanha violência, surpreendeu o leitor extasiado com tamanha proporção que a violência e a impunidade acontecia por aquele pântano. Sangue que antes indicava a morte do mestre, agora abrange as demais vítimas da trama.

A tentativa de descoberta do vilão por trás dos crimes percorreu toda a trama. O gênero policial caracterizou-se por grande parte da narrativa que procurou desvendar quem era o criminoso. O grupo buscou descobrir quem era o assassino de Elias e sequestrador de crânio, descobriu uma verdadeira gama de crimes. Apenas no fim da narrativa a turma encontra a reposta da identidade do criminoso. Esta é uma característica do gênero policial: apresentar um falso suspeito. Miguel, o líder do karas, é quem descobre que a Tia Matilde era a criminosa. Crânio, o gênio da turma, se sente frustrado por ter acusado a pessoa errada. Crânio falhara por seu envolvimento com a criminosa, e por isso era difícil para ele fazer a revelação, mais uma vez o leitor compreende esse sentimento, pois se justifica pelo parentesco com a vilã.

Os detetives do romance policial e os leitores, geralmente possuem uma certa desconfiança da polícia. Nesta obra, além de desconfiar da polícia, desconfiam dos adultos: “Miguel não era de confiar nos adultos, e muito menos na polícia. Se o crime organizado estava agindo com tanta força no Pantanal, não seria de se esperar que houvesse bandidos infiltrados dentro da própria polícia?” (BANDEIRA, 2009, p.130).

Porém essa desconfiança se desfaz quando se trata do detetive Andrade. Ele auxilia os garotos na descoberta do crime, os leva para o Pantanal e os trata como filhos e amigos: “Miguel e o detetive conheciam um ao outro como se fossem a mesma pessoa. E confiavam um no outro como se fossem um só. Tinham se tornado amigos na luta, na tremenda aventura de A droga da Obediência. ” (BANDEIRA,2009, p.1).

O receptor acolhe este discernimento entre a desconfiança em um personagem e a confiança em outro. Quando se propõe a leitura, alguns combinados são feitos entre leitor e obra, e um deles tende a justificar a escolha do outro. Os karas, são sequestrados e em alguns trechos, subtende-se que Crânio está morto, aumentando ainda mais o mistério: “Miguel falou baixinho, como um desabafo, para Magrí, sentada ao seu lado no avião: - Ele pode estar morto, Magrí. A esta hora, Crânio pode estar morto...” (BANDEIRA,2009, p.8).

Deixando sempre espaços para que o leitor faça sua parte na produção junto ao autor. Sabendo que é possível tomar esta trilha de interpretação, mas por outro lado, não acreditando que siga por ela, uma vez que o leitor reconhece em Crânio, um dos heróis da história e seu conhecimento de mundo o avisa que heróis geralmente não morrem antes de consolidar sua vitória.

6. Considerações Finais

Pedro Bandeira tinha como objetivo, em *Pântano de Sangue*, levar os jovens leitores à reflexão a respeito da destruição do pantanal mato-grossense e da cultura dos índios da região, além da concentração de terras nas mãos dos ricos, tendo como consequência a extrema miséria da maioria dos habitantes do Pantanal. Ele acredita que os jovens são a esperança para um mundo melhor: “minha esperança em um mundo melhor, em um futuro que vocês construirão com suas próprias mãos”. (BANDEIRA, 2009, p.192) O livro apresenta o cenário do pantanal aos jovens, imerso em problemas culturais e econômicos, com as maravilhas e as tragédias.

O senador um importante personagem na obra, como morador e defensor do Pantanal, apresenta a Crânio a realidade do lugar: “- A cocaína é apenas um dos ingredientes do panelão infernal que está sendo cozido por aqui. As drogas, o

contrabando, o desmatamento, a destruição dos índios e o brutal extermínio dos jacarés e de tudo quanto é único no Pantanal misturam-se com uma receita dos demônios. Não sei se vai ser possível encontrar um antídoto para todo esse envenenamento” (BANDEIRA, 2009, p.38).

Robson tipifica os índios pantaneiros que abandonam sua tradição e cultura e adotam os costumes da cidade. Ele trabalha para máfia que mata jacarés, e assim se tornando um assassino do próprio meio, demonstrando não só a corrupção de suas origens como de seu caráter. Além disso, trabalha como guia, e mostra para Crânio o que o abate de jacarés faz ao pantanal. Assim como o Crânio, os leitores se deparam com uma realidade até então desconhecida por muitos: “-Veja, moço novo. A maior riqueza do Pantanal. O “colete” dele vale muito. Mas não valia nada quando o pai do avô do Robson pescava livre nesses rios. (...). O pai do avô de Robson contava que isso aqui estava cheio de jacarés. – E o que eu estou vendo é pouco? – Tinha muito mais, moço novo. (...). Por isso tem tanta piranha...” (BANDEIRA, 2009, p. 60).

Acontecimentos do passado mesclam-se a acontecimentos do presente. Além disso, como é comum nas narrativas de aventura juvenil, os jovens se afastam da família para resolver um caso, o deixa a eles um sentimento de liberdade, de quebra de protocolos e como declara o método recepional, o fantástico antecede o pragmático, mesmo que ele não o realize, o que sente é como o tivesse feito e o torna satisfeito, porém na segurança de sua poltrona.

O gênero policial é um estilo que causa curiosidade ao leitor, faz com que seu horizonte de expectativa, eleja a sua leitura. O atendimento de suas expectativas e a confirmação delas durante a leitura a torna prazerosa, tornando o hábito da leitura cada vez mais próximo do jovem.

A obra possui características que lhe são próprias, como o detetive, o crime, o criminoso e a vítima. O autor deste tipo de literatura leva o leitor a raciocinar sobre a identidade do culpado e os enigmas apresentados. E foi exatamente o que o autor Pedro Bandeira fez, primeiramente conquistou o leitor por atender um enredo de seu interesse, o manteve com as afirmações de suas expectativas e os levou a ruptura pelo fato do enredo superar as suas expectativas devido a extensão da violência e o paralelo entre o fantástico e o real.

Bandeira presenteou os jovens leitores, detetives mirins, destemidos e comprometidos com a justiça. Estes detetives refletem o desejo do autor: ele deseja que os jovens tenham os mesmos valores que os karas, os leitores ideais no sentido de estarem dispostos a desvendar o crime, punir os criminosos e salvar os inocentes, bem como não deixar a morte do tão querido professor tivesse sido em vão, o sentimento de justiça feita.

Todo este aprendizado acontece de uma forma dinâmica e divertida; através do gênero policial, que prende o leitor à trama.

Embora de maneira panorâmica, acreditamos que atingimos o objetivo, pois, de uma forma geral, os apontamentos que fizemos desde a origem até sua ampliação na atualidade, nada mais é do que a representação da saga do leitor no momento da leitura.

Discutimos o leitor e a narrativa na pós-modernidade. O nosso objetivo era o de procurar um caminho que nos ajudasse na análise da novela. Buscamos a viabilização de um aparato teórico-metodológico que pudesse, por meio das estruturas textuais, por exemplo - o leitor implícito e os horizontes de expectativa -, perceber como o próprio texto acaba por induzir a uma possível leitura. Outro fato que nos chamou a atenção foi a proposta de Iser (1996) a respeito das perspectivas do texto narrativo e, nesse plano perspectivíssimo, a sua elaboração sobre a condição variável do *herói* na narrativa moderna.

Realizamos um breve levantamento sobre a vida, a obra e a crítica a Pedro Bandeira. Destacamos alguns fatores que, tradicionalmente, apresentam-se como fomentadores e legitimadores do que se denomina literalidade em uma obra. Para tanto, recorreremos aos estudos de Jauss e Iser, que se preocupam, em grande medida, em verificar os horizontes de expectativas e o efeito que ocorrem no ato da leitura.

Lançamos uma leitura a *Pântano de Sangue* e, nos limites da narrativa, observamos as discussões expostas nos capítulos, como causadora dos efeitos no leitor. Buscamos compreender a obra como um fenômeno literário que representa o sujeito dos tempos modernos. A leitura de *Pântano de Sangue* de Bandeira revelou-nos características que margeiam entre o moderno e o pós-moderno e procuramos sustentá-la como uma obra pós-moderna.

Ao final, respondemos a algumas de nossas próprias indagações do início deste trabalho. Defendemos que a pós-modernidade, de fato, existe e está em nossa sociedade globalizada. Não podemos afirmar que seus efeitos são bons ou ruins, mas, sem dúvida, ela existe.

No entanto, como demonstra a epígrafe, assumimos o risco de afirmar que o horizonte de expectativas já inerente no leitor atua como força motriz para a escolha da leitura literária e que é visível o efeito que ela provoca em seu receptor.

A obra que surge não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, predispõe seu público para recebê-la de uma maneira bastante definida. Ela desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a “meio e fim”, conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão vinculado, ao qual se pode, então – e não antes disso –, colocar a questão acerca da subjetividade da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camadas de leitores. JAUSS (1994, p. 28)

Em meio a essas teorias, não há como negar que a arte, como sempre ocorreu em todas as épocas da história da humanidade, tem retratado esse fato. Existem, sim, obras construídas nos moldes da pós-modernidade, mais especificamente, existem obras de boa qualidade constituídas nesses ditames e trouxemos aqui *Pântano de sangue* de Pedro Bandeira, que além, dos elementos que aqui comentamos, traz muitos outros aspectos que comprovam nossa afirmação e admiração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura: A formação do leitor: alternativas. Metodológicas**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BANDEIRA, **Pedro. Pântano de Sangue**. 4ª Ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BANDEIRA, Pedro. **Entrevista com Pedro Bandeira.**

www.globoeditora.com.br/joaocarlosmarinho/biografia.htm.

<http://bibliotecapedrobandeira.com.br> www.lpm-editores.com.br.

BATISTA, Sidinei Eduardo. ***Um olhar Panorâmico sobre a modernidade e a pós-modernidade, no romance A Santa do Cabaré, de Moacir Japiassu.*** Orientador: Adalberto de Oliveira Souza. 2012. Maringá: UEM/PLE. Dissertação de Mestrado.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. ***Literatura: a formação do leitor (alternativas metodológicas).*** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CANDIDO, Antonio. ***Literatura e sociedade.*** São Paulo: Nacional, 1973.

JAUSS, Hans Robert. A história da literatura como provocação à teoria literária. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. (Série Temas, v.36)

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: _____. A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Seleção, coordenação e prefácio de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. ***Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias.*** 5. Ed. São Paulo: Ática, 1991.

ISER, Wolfgang. ***O ato da leitura: uma teoria do efeito estético, volume I.*** São Paulo: Editora 34, 1996.

ZAPPONE, M. H. Y. ***Estética da Recepção.*** In: Thomas Bonnici; Lúcia Osana Zolin. (Org.). ***Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas.*** 2 ed. MARINGÁ: EDUEM, 2005, v. 1, p. 153-162.

SOBRE O DIREITO NATURAL: uma análise da obra Antígona de Sófocles¹⁰

Jonathan Henrique Vilsinski¹¹

¹⁰ Trabalho apresentado como Projeto de Iniciação Científica da Faculdade Alvorada de Educação e Tecnologia de Maringá

¹¹ Graduando em História na Faculdade Alvorada de Educação e Tecnologia de Maringá

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise sobre a discussão do direito natural em contraponto ao direito positivo a partir da peça *Antígona* de Sófocles. Sob pano de fundo, buscaremos também apresentar o contexto do século IV a.C., uma vez que, nosso aporte teórico-metodológico nos sugere que para uma análise de um documento, em nosso caso, uma peça teatral, é também importante se considerar o contexto histórico de produção dessa obra, bem como a vida e as posições tomadas pelo autor em vida, pois, elas estão diretamente ligadas influenciando às suas produções.

1. Introdução

A concepção de direito natural aparece marcada na história da humanidade desde a formação das primeiras civilizações. Na cultura Oriental os primeiros registros dessa expressão se dá no século VI a.C., com o filósofo chinês Lao-tsé¹³. Porém, fica atestado que somente a cultura ocidental, tanto nas suas

¹² Professor/Orientador no curso de História da Faculdade Alvorada de Educação e Tecnologia de Maringá

¹³ Cf. David Boaz, na obra *O manifesto libertário*, as raízes do pensamento liberal não mais antigas do que comumente costumamos atestar. Diferentemente de uma porcentagem de autores que

matrizes judaico-cristã quanto na grega conseguiram definir com clareza as linhas do direito natural¹⁴. Por uma questão de dimensão do trabalho proposto, analisaremos o direito natural sob o viés do olhar grego, mais especificamente, na temporalidade do século IV a.C., na obra *Antígona* de Sófocles. Ao analisarmos esse contexto histórico temos em mente, assim como o historiador Marc Bloch que a história é a ciência dos homens no tempo, de modo que reflexões sobre o passado pode nos levar à reflexões que estão tão presentes para nós hoje da Contemporaneidade.

Ao retratar o espaço que o governo civil adquiria na vida dos indivíduos do século IV a.C., Sófocles por meio da personagem Antígona, mostrava o atrito latente que existia entre os direitos individuais e o poder legislativo. Ao apresentarmos essas indagações, temos em mente não só o passado, mas também às reflexões do presente que nos levou a olhá-lo de maneira singular e buscar compreender como esses indivíduos de mais de XX séculos anteriores ao nosso lidavam com questões que na sua essência permanecem extremamente atuais.

Quem nos dias de hoje não se viu questionando até que ponto o governo civil pode ou não nos obrigar a realizar determinadas atividades sem ferir nossos direitos individuais; Qual o espaço/função do Estado dentro da organização social; o Estado têm e deve ter poder coercitivo fundamental? Ora, se você por algum momento se pegou refletindo sobre algumas dessas questões, quiçá todas elas, sinta-se instigado assim como nós fomos à leitura e análise da peça *Antígona* que têm como desfecho o confronto entre direito natural e direito positivo. Ao lutar contra o governo civil, no caso a figura de Creonte para que possa fazer as devidas honras ao seu irmão morto em batalha, Antígona se utiliza de uma argumentação de que as leis humanas, embora validadas pelos soberanos não podem em nenhum momento ferir os direitos individuais, ou seja, o direito natural.

De acordo com Leo Strauss (2014) em sua obra *Direito Natural e História*, para entendermos o problema do direito natural, devemos iniciar não pela compreensão 'científica' das coisas políticas, mas pela sua compreensão 'natural'.

atestam o surgimento da corrente liberal a partir do período moderno, com a unificação dos Estados Modernos, Boaz, remete historicamente ao Oriente apontando que filósofos como Lao-tsé, mais conhecido pela publicação de *Tao Te Ching*, já possuíam em sua origem o pensamento que será fundamental para a defesa do liberalismo moderno, a saber, o direito natural. Segundo Lao-tsé, "Sem lei ou compulsão, os homens viveriam em harmonia". Para Boaz, *Tao* antecipa a teoria da ordem espontânea por meio do ensinamento de que a harmonia pode ser atingida mediante a competição e aconselha os líderes a não intervir na vida do povo. (BOAZ, 2010, p. 35)

¹⁴ Para um conhecimento mais detalhado sobre essa questão ler: As raízes do libertarismo. In: O manifesto libertário. David Boaz, 1. ed. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2010.

De acordo com o autor, devemos primeiramente compreendê-lo em sua essência como ele está presente nas nossas ações corriqueiras para depois analisarmos como ele se insere nas discussões políticas, ou mais detidamente, como nós nos apropriamos dessa concepção de direito para defender uma posição dentro do espaço político. Nas palavras de Strauss:

Foi preciso que o direito natural fosse descoberto, e a vida política já existia bem antes dessa descoberta. Isso quer apenas dizer que a vida política, sob todas as suas formas, se confronta inevitavelmente com o problema do direito natural. (STRAUSS, 2014, p. 97)

De acordo com Strauss, é impossível vivermos numa sociedade política sem nos questionarmos inevitavelmente o papel da ação dessa sociedade em relação ao nosso espaço e representação. Ainda segundo Strauss, uma vida política que desconhece a ideia de direito natural ignora necessariamente a possibilidade da ciência política. (2014, p.97).

Destarte, veremos a partir da análise da peça trágica em questão, como esses assuntos foram debatidos pelos antigos, como possibilidade para encaminhamentos de nossas discussões do presente. Pensamos também que a releitura e a apresentação de uma obra consagrada no *hall* dos clássicos da literatura trágica que narra o cotidiano dos gregos do século IV a.C. por si só já seria uma grande contribuição para o olhar historiográfico.

2. Teatro na Grécia

A representação teatral surge na Grécia Antiga a partir dos cultos ao deus Dionísio e no decorrer da história grega, com a ascensão da democracia e das *pólis*, adquire fundamental importância para a criação de uma moral na *pólis*.

A *pólis* grega é organizada em torno de práticas rituais que são, ao mesmo tempo, gestos religiosos, sociais (por exemplo, ritos de passagem da infância para a vida adulta) e políticos. Ela desconhece a separação moderna dos domínios político e

religioso; a divisão de trabalhos especializados ainda estaria longe da setorialização moderna. A arte, em particular a literatura, está firmemente interligada nas práticas políticas, educativas e religiosas. (ROSENFELD,2002,p.08)

Para se compreender a importância do teatro na criação de uma moral na *pólis* grega, é necessário entender alguns fatores importantes como as transformações políticas ocorrida na *pólis* durante os séculos VII e VI a.C., a localização do teatro e a mudança da mentalidade teatral. Segundo Alves (2007), o mundo grego assistiu a um período de declínio da aristocracia ao longo dos séculos VII e VI a.C., alguns líderes aristocratas buscando o apoio popular para se manterem no poder, se tornam grandes mantenedores e financiadores de entretenimento para ganhar o apoio da população, dentre estas formas de entretenimento está o teatro.

O teatro possui local estratégico na *pólis* grega, pois se situa em local privilegiado na *pólis*, próximo a *ágora*¹⁵. Assim;

Ao ser encenada, a peça fazia da própria *pólis* cenário e os personagens, querendo ou não, acabavam contracenando, pelo menos aos olhos do público, com todo o simbolismo político e religioso que estava a sua volta. (ALVES,2007,p.36).

O teatro grego apresenta basicamente, segundo Alves (2007) dois momentos. Em um primeiro momento, o teatro tem como característica “[...] um caráter essencialmente lírico e religioso, configurando – se como um encontro de devotos para cantar louvores a Dionísio [...]” (ALVES,2007,p. 30). Já em um período posterior do teatro, com as tragédias, ele possui uma estrutura um pouco mais complexa, apresentando;

“[...] sofisticados recursos cênicos e dramáticos [...] que por si só pressupõem a interação com outro elemento sem o qual é impossível a materialização da idéia de espetáculo: os espectadores, o público.” (ALVES,2007,p.30).

Na fase inicial do teatro, o homem dionisíaco “desconhece os limites entre *querer e fazer*; sua própria vontade, tornada una com a natureza, impõe-se como força vital imperiosa, incontrolável” (ALVES,2007,p. 29), assim ele não possui

¹⁵ Ágora: Praça Pública nas cidades gregas.(FERREIRA,2001,p.24)

consciência de evitar atitudes desmedidas. Já nesta fase mais posterior, juntamente com a tragédia, o papel do teatro e da tragédia se transforma e no subconsciente do homem da *pólis*, surge então uma necessidade de reflexão sobre suas ações e nas consequências destas.

O drama trágico – e o poeta, obviamente- frequentemente convidava [...] os espectadores a refletirem sobre que ações e valores deveria ser cultivados pelo novo homem que a *pólis* democrática fizera surgir[...] Sem falar daquelas questões hoje denominadas “essenciais”, ou seja, aquelas que dizem respeito à própria condição do homem no mundo e que os gregos, diferentemente dos modernos, não separavam das questões políticas e sociais.”(ALVES,2007,p.37)

Por ser de tamanha simbologia para o cidadão da *pólis*;

“[...] a representação de uma tragédia podia tocar sensivelmente o espírito do público e provocar nos atenienses a viva reflexão sobre muitos acontecimentos e problemas vivenciados no palco que, frise-se, simbolicamente refletiam e influenciavam aspectos da vida cotidiana da *pólis*.” (ALVES, 2007, p.36).

Deste modo, “A tragédia grega reflete sobre a organização social, os modos de governar e de fazer justiça e a possibilidade de conter conflitos e de encarar as contradições fundamentais da existência humana.” (ROSENFELD, 2002,p.09)

3. Sobre o Autor, Sófocles

Sófocles, nasceu por volta de 496 a.C., em Colono, uma pequena cidade nos arredores de Atenas. Sua vida foi marcada por intensa atividade militar e pela sua extrema habilidade teatral, por se tornar juntamente com Ésquilo e Eurípedes, um dos três grandes tragediógrafos gregos do século V a.C. O século V a.C é caracterizado pela expansão territorial Ateniense, o surgimento do processo democrático além de ser conhecido como período de apogeu da cultura helênica no governo de Péricles. Sófocles possuiu grande influencia em Atenas;

[...] ele participava ativamente, escolhido por seus concidadãos, da vida política da cidade: em 443 a.C., exerce a função de tesoureiro das contribuições que outras cidades gregas deviam a Atenas por conta da Liga de Delos; em 441, é

eleito “stratego” na referida expedição contra Samos; e ao fim da vida, em 411, num momento de grande crise para a cidade, ele teria sido um dos dez membros do conselho encarregado de salvá-la.(ALVES,2007,p.48)

Sófocles morre em sua cidade natal, Colono por volta do ano de 406 a.C., mais ou menos com 90 anos de idade. Segundo Alves (2007) Sófocles escreve cerca de 123(cento e vinte e três) obras, e foi o maior ganhador dos concursos trágicos gregos com 24 vitórias, e embora tenha escrito estas 123(cento e vinte e três) obras, nos dias atuais temos conhecimento de apenas 7(sete) sendo elas, *Ajáx*, *Antígona*, *As Traquíneas*, *Édipo Rei*, *Édipo em Colono*, *Eléctra* e *Filoctetes*.

4. A história dos Labdácias.

Para melhor entendimento da obra, se faz necessário compreender a história da maldição que acompanha a família de Antígona, o *guenos*¹⁶ dos Labdácias. Segundo Alves, ela tem início com Laio, filho de Lábdaco (daí surge o nome do *guenos*), que após a morte de seu pai em Tebas, teve que se exilar na cidade de Élide. Lá se apaixonou e raptou o filho do rei, sendo após este fato amaldiçoado pelo rei da cidade. Após este fato, voltou para Tebas onde assumiu o trono de sua cidade natal e casou-se com Jocasta.

Tendo dificuldades para ter filhos Jocasta e Laio, se encontram com o oráculo da cidade que profetiza que se tivessem um filho, este mataria o pai e casaria com a mãe. Após um ano, tiveram um filho, porém com medo da concretização da profecia, entregaram a criança a um pastor e ordenaram que matasse a criança. O pastor, entretanto, levou o menino para Corinto onde um casal de reis adotaram a criança e lhe deram o nome de Édipo. Mais velho Édipo vai ao encontro do oráculo em busca de respostas para saber quem são seus verdadeiros pais, porém somente recebe a mesma profecia que seus pais tiveram, que ele irá matar seu pai e casar com sua mãe.

¹⁶ Pessoas ligadas por laços de sangue. (HAGGSTRON,2007,p.07)

Fugindo de seu destino, ele sai de Corinto e em sua caminhada se depara com a comitiva de seu pai biológico, Laio, que pôs um desentendimento e morto por Édipo. Ao chegar em Tebas, Édipo se depara com uma Esfinge que lhe lança uma charada. Após Édipo resolver a charada e livrar a cidade da Esfinge, ele ganha o trono de Tebas (vago após a morte de Laio) e se casa com Jocasta (viúva de Laio e rainha de Tebas) assim completando a profecia, desta união incestuosa, nascem dois filhos (Polínicos e Etéocles) e duas filhas (Antígona e Ismênia). Após Édipo descobrir a verdade sobre sua história ele se exila de Tebas.

Os irmãos Polínicos e Etéocles então fazem um acordo de revezamento no trono de Tebas, começando por Etéocles. Porém ao terminar a primeira parte do acordo, Etéocles se nega a passar o trono para seu irmão, que sai de Tebas em busca de aliados em Argos (cidade rival de Tebas) e inicia uma guerra buscando o trono de Tebas. No fim da batalha Tebas sai vitoriosa da guerra e os irmãos se tornam fratricidas¹⁷. Creonte, irmão de Jocasta então assume o trono.

5. A Obra:

A tragédia se inicia após Antígona, saber por intermédio de Ismênia (sua irmã), o decreto de Creonte contra seu irmão, Polínicos. Este decreto honrava Etéocles pela sua honrada morte por proteger a nação com ritos fúnebres tradicionais e punia Polínicos por ter levantado armas contra sua nação com a privação do direito a sepultura.

Etéocles, que morreu lutando pela pólis, defendendo-a bravamente com sua lança, será sepultado com ritos fúnebres, tal como outros mortos ilustres, que estão sob a terra, mas quanto ao de seu sangue, Polínicos, digo que esse, ao voltar do exílio, quis incendiar a terra pátria, destruir aos deuses familiares, fartar-se do sangue dos que lhe são próximos e conduzir os nossos para a escravidão. Pois esse, como já foi proclamado na pólis, não receberá sepultura, nem lágrimas. Que seu corpo permaneça exposto, servindo de alimento às aves e aos cães, um horrível espetáculo para os olhos. (SÓFOCLES, 2013, vv.190-210).

¹⁷ Assassino de irmão. (FERREIRA,2001,p.333)

Antígona, não aceitando o novo decreto, executa um plano para enterrar seu irmão conforme os costumes antigos, porém no meio do processo é descoberta e presa. Ela é interrogada por Creonte, o confronta chamando-o de tirano e afirma que não se arrepende do seu ato, pois, agiu de acordo com a tradição, porém pela transgressão da lei ela é condenada por Creonte ao cárcere em uma caverna.

[...] para mim não foi Zeus quem a decretou e nem a Dike, a que vive entre os deuses de baixo, que deu aos homens semelhantes leis. Os teus decretos não podem obrigar um mortal a desobedecer às leis dos deuses, pois, embora não escritas, elas são poderosas e imutáveis. Ninguém sabe quando surgiram, mas foram criadas para todo o sempre e não para o passado ou presente. Não temo o castigo por violar leis cunhadas pelo poder de um homem, mas por desobedecer às leis dos deuses. (SÓFOCLES, 2013, vv.450-460).

“Que honra mais sublime poderia haver para mim do que prestar honras fúnebres ao meu irmão? Todos esses diriam que aprovam o que fiz, se o terror não travasse suas línguas. Mas é privilégio do poder do tirano fazer e dizer tudo o que deseja.” (SÓFOCLES, 2013, vv.500-510).

Hémon, filho de Creonte e noivo de Antígona, vai ao encontro do pai para convencê-lo a voltar atrás com sua decisão, porém se opondo a postura tirânica do pai, afirma que se caso a morte de Antígona se concretizasse mais mortes iriam ocorrer.

“Ela morre, mas com sua morte, outro será destruído”
(SÓFOCLES, 2013, vv.750-755)

Creonte então vai ao encontro de Tirésias o oráculo da cidade em busca de previsões, porém Tirésias adverte a Creonte:

Tuas decisões são as doenças que afeta a pólis, pois nossos altares estão corrompidos pela carne do infeliz filho de Édipo, oferecida às aves e aos cães. Por isso, os deuses ignoram as suplicas que se erguem dos altares, o fogo não queima as oferendas, e as aves, fartas do sangue e da gordura de um ultrajado, não anunciam bons augúrios. Portanto, filho, pense sobre isto: errar é comum entre os homens, mas quando alguém erra se reparar o mal, em vez de permanecer obstinado, não será considerado insensato ou desditado. (SÓFOCLES, 2013, vv.1015-1030)

Por teres lançado sob a terra alguém que estava com vida, mantendo em cima um corpo que pertence aos deuses de baixo, sem oferendas, sem rituais, sem as purificações. Isto que fizeste, não é da tua competência e nem mesmo da alçada

dos deuses celestiais, a quem impuseste, à força, um cadáver. Emboscadas no Hades, as deusas Eríneas preparam a vingança: o mal será punido com o mal. (SÓFOCLES, 2013, vv.1065-1080)

Creonte, inicialmente o acusa Tirésias de ser mercenário, porém temendo o cumprimento da profecia procura reverter suas decisões. Efetua os devidos ritos fúnebres a Polínicos, porém ao chegar à caverna onde Antígona estava confinada, a encontra morta enforcada com Hémon a seus pés. Hémon então atenta contra a vida de seu pai, porém não obtém êxito e acaba cometendo suicídio. Um mensageiro é enviado ao palácio de Creonte e informa a morte de Hémon, após este fato Eurídice, mãe de Hémon e esposa de Creonte também acaba cometendo suicídio. Assim completando o ciclo de acontecimentos trágicos causados pela decisão de Creonte.

6. Direito Natural

Para se compreender o direito natural apresentado na obra Antígona, que se apresenta na figura do direito ao sepultamento, se faz necessário compreender as origens das crenças da vida pós-morte. Segundo Coulanges (2009), as sociedades mais antigas gregas, muito antes do surgimento dos primeiros filósofos, acreditavam que a morte era simplesmente uma mudança de vida. Acreditavam que após a morte, a alma continuava a viver sobre a terra. “Os ritos de sepultamento mostram com clareza que, quando se colocava um corpo no sepulcro, se cria ao mesmo tempo que nele se colocava algo vivo.” (COULANGES,2009,p. 24).

Tamanha era crença de que realmente na sepultura vivia um homem, que;

[...] jamais se deixava de enterrar com ele os objetos de que se supunha tivesse necessidade, roupas, vasos, armas. Derramava-se vinho sobre seu túmulo para matar-lhe a sede; colocavam alimentos para saciar-lhe a fome. Degolavam cavalos e escravos, com a idéia de que esses seres, encerrados com o morto, o serviriam na tumba, como haviam servido durante a vida. (COULANGES,2009,p.25).

Dessa crença primitiva derivou a necessidade da sepultura. Para que a alma fosse fixada nessa morada subterrânea que lhe convinha para que a segunda vida, era preciso que o corpo ao qual ela permanecia presa fosse recoberto de terra. A alma que não tivesse o seu túmulo não tinha residência. Era errante. Em vão aspirava ao repouso, que devia desejar depois das agitações e dos trabalhos desta vida; tinha de errar para sempre, sob a forma de larva ou de fantasma, sem jamais

parar, sem jamais receber oferendas e os alimentos de que precisava. Infeliz, logo se tornava malfazeja. Atormentava os vivos, enviava-lhes doenças, destruía as colheitas, apavorava-os com aparições lúgubres, para avisá-los a dar sepultura ao seu corpo e ela própria. (COULANGES,2009,pág 25-26)

Segundo Coulanges (2009) não era necessário apenas enterrar o morto, mas também cumprir os ritos tradicionais e as fórmulas específicas. O homem antigo temia menos a morte do que a privação da sepultura e dos ritos fúnebres, pois é destes ritos fúnebres que dependiam a felicidade e o descanso eterno. A partir destas crenças, surgem então regras de conduta, que acabam se tornando leis não escritas passadas de geração em geração, se tornando as leis naturais dos homens. No caso de nossa obra *Antígona*, Creonte ao criar uma lei que vai contra a tradição ele atrai para si a ira dos deuses;

Nos dois planos divinos existentes para os gregos, o de cima e o de baixo, o olímpico e o infernal (ou ífero), os novos deuses e os antigos, a lei de Creonte não encontraria respaldo. Sequer os deuses próprios do âmbito da pólis (Zeus, Atena, Apolo etc.) legitimariam a interdição absoluta do sepultamento de Polinices. Tornando inimigo da pólis e de seus templos, ele não poderia, de fato, ser honrado em solo pátrio, mas nada impediria que fosse discretamente enterrado fora dos limites da cidade. O sepultamento é uma exigência dos deuses íferos (Hades, Erínias, Moiras, Parcas, etc.), os deuses antigos da religião familiar grega, diante dos quais até os deuses olímpicos curvavam-se. Não realiza-lo é atrair sobre si e/ou sobre a cidade a fúria de divindades descritas como violentas, terríveis, implacáveis. São essas as divindades que delimitam, como nenhuma outra, os limites da condição humana: o destino(Moira), a morte(Hades) e a punição pelas ações violentas, desmedidas (Erínias ou Fúrias). (ALVES,2007,p.68-69)

[...] hamartia (falta) do rei foi ter invertido a ordem das coisas: negar sepultura a um morto, e enterrar uma viva. As Fúrias, divindades da religião arcaica, já estão ao seu encalço para garantir que a Diké, a Justiça, não seja violada. E o preço a ser pago por Creonte é sofrer, por meio da família - juntamente o âmbito contra o qual o seu edito se ergue -, “os mesmos males”. (ALVES,2007,p.88)

[...] o édito não é endossado por Zeus ou pelos deuses íferos denuncia, a um só tempo, a falta de legitimidade religiosa da “lei”- o que no contexto da pólis, compromete a sua legitimidade política e jurídica – e portanto, a arbitrariedade de Creonte. A única “legitimidade” do edito de Creonte, sugere Antígona,

encontra-se no temor que seu poder é capaz de inspirar. (ALVES,2007,p.70)

Sendo assim, para Antígona, o fato de que a decisão de Creonte é uma decisão de um homem e não de um deus, ela é totalmente invalidada, pois somente têm legitimidade às leis determinadas por deuses.

No contexto da peça, as “leis” não escritas são divinas não porque sejam simplesmente a vontade arbitrária e incompreensível dos deuses. A divindade delas é compartilhada com os homens não apenas por meio da fé, ou da fé misturada com os sentimentos, mas também por meio de seu caráter racional. (ALVES,2007,p.66)

E se;

[...]a razão é igualmente compartilhada por todos, ninguém pode arrogar para si o seu monopólio e, levando-se em conta a falibilidade inerente à condição humana, o diálogo apresenta-se como a forma através da qual o homem exercita essa faculdade e aprimora o seu uso para a tomada de decisões. (ALVES,2007,p.81)

Creonte então, ao utilizar o Estado para decretar uma lei que vai contra a vontade dos deuses, está atraindo para si a fúria destes, e esta fúria irá resultar na morte de sua esposa e filho, como uma espécie de vingança divina pelos seus atos de Creonte.

O final trágico da peça Antígona, com a ruína experimentada por Creonte e a morte da protagonista, convida a pensar que entre a consciência do Estado- expressa através das leis- e a consciência individual- expressão de liberdade humana de realizar escolhas- instala-se uma tensão que, quando enfraquecida ou rompida, ainda mais de forma violenta, desencadeia a dissolução do Estado (muitas vezes, como no caso da peça, apenas o enfraquecimento e a derrocada de seu representante) ou a supressão da liberdade e da vida dos indivíduos-cidadãos. (ALVES,2007,p.100)

7. Conclusão

Para se compreender o pensamento do homem grego da *pólis*, se faz necessário compreender seu contexto histórico e sua produção artística, pois “[...]sem sombra de dúvida, o desenvolvimento cultural e/ ou educacional passa pela poesia, pela tragédia, pela comédia” (Nagel,2006,p.80). No contexto histórico dos séculos IV a.C. e V a.C. se tem o fim da hegemonia política da aristocracia e o

surgimento da democracia, é nesta época que muitos historiadores afirmam que o teatro têm sua “época de ouro”. Com o surgimento desta nova sociedade;

Os novos significados, os novos conhecimentos implicam novas atitudes, novos comportamentos, novos hábitos, novas práticas sociais. Uma consciência avivada mobiliza e se desenvolve na pólis. O poeta, nesse momento, consolida-se e consolida sua missão didática, civilizadora, posto que uma global aprendizagem, induzida pela tragédia, expressa e direciona uma nova prática interessada na melhor realização das possibilidades de vida na coletividade (NAGEL,2006,p.88)

Neste contexto, em que *Antígona* é encenada podemos notar que Sófocles, intencionalmente ou não, parece ter levado em consideração uma lei já existente na Grécia Antiga, como afirma Coulanges;

Nas cidades antigas, a lei atingia os grandes culpados com um castigo considerado terrível, a privação da sepultura. Punia-se assim a própria alma, e lhe infligiam um suplício quase eterno. (COULANGES,2009,p.27).

Assim, a tragédia, não tinha somente a intenção de entreter, mas também de fazer o homem da *pólis* refletir sobre os acontecimentos diários. No caso da obra *Antígona*, Sófocles evidencia o choque entre dois novos pensamentos. O primeiro pautado nas tradições arcaicas gregas, evidencia a necessidade do sepultamento e dos ritos fúnebres seguindo a tradição, e o segundo evidencia o quadro da nova *pólis*, onde as crenças religiosas, antes de domínio soberano, agora dão lugar a novas leis, propostas pelos homens que podem ir contra as antigas tradições.

Toda uma bela polêmica é a partir daí suscitada: de um lado, as famosas “leis escritas” que Creonte defenderia não seriam, a rigor, nem leis e muito menos escritas, mas sim *kerúgmatha*, “decretos”[...]; de outro, *Antígona* não estaria defendendo “leis” divinas, de caráter universal, mas costumes imemoriais, práticas, ritos religiosos[...] e não costumes do âmbito propriamente jurídico, ou seja, costumes de regulação das relações sociais com fins em que preponderem a pacificação ou ordem da sociedade. (ALVES,2007,p.65)

Se *Antígona*, para muitos, encarna a defesa das leis naturais, ou do Direito Natural, a posição de Creonte, em contrapartida, seria a defesa, grosso modo, do que muitos séculos depois chamou-se de leis positivas, ou de Direito Positivo. (ALVES,2007,p.76-77)

Assim, o moderno se confronta com o antigo, as antigas tradições, no contexto do crescimento da democracia, perdem seu valor de leis e do espaço às necessidades da *pólis* e interesse do novo governante. Segundo Alves (2007), o direito do século V a.C ainda é uma instituição muito recente e aparece misturado a moral religiosa porém ao mesmo tempo procurando se ajustar ao novo estilo democrático da *pólis*. Tem-se a separação entre Legal e Moral;

“[...] o moralmente justo nem sempre coincide com o Legalmente justo, e o que é legal é apenas aquilo que emana da vontade daquele, ou daqueles, que tem poder para fazer as leis e para impor a obediência irrestrita a elas.” (ALVES,2007,p.76)

Leis são criadas com o intuito da defesa da cidade;

“[...] que registram inúmeros sacrifícios, incluindo-se neles o de abrir mão da própria vida em favor da pátria, de não respeitar parentes e de não reverenciar os mortos, reduzem a virtude religiosa a uma derivação do direito público.” (NAGEL,2006,p.112).

Antígona é encenada em um período de transição política e de uma nova construção de moral cívica. No caso da obra, o choque entre o direito natural e o direito positivo resultaram em desgraça na vida do governante, assim segundo a visão dos gregos, o direito natural quando posto em conflito com o direito positivo, o direito natural prevalecerá. Na atualidade, muitas das leis positivas, tem como fundamentos as leis naturais, porém ainda existem ocasiões que ambas as leis ainda entram em confronto.

8. Referências:

REINAHARDT, Karl. **Sófocles**. tradução de Oliver Tolle.-Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.

ROSENFELD, Kathrin, H. **Sófocles & Antígona**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2002

NAGEL, Lizia Helena. **Dançando com os textos gregos : a intimidade da literatura com a educação**. Maringá,PR : Eduem,2006.

HART, H. I. A. **O conceito de direito**. pós-escrito organizado por Penelope A. Bulloch e Joseph Raz; tradução de Antônio de Oliveira Sette-Câmara ; revisão da tradução de Marcelo Brandão Cipolla ; revisão técnica Luiz Vergílio Dalla-Rosa. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes,2009. – (Biblioteca jurídica WMF).

COULANGES, Fustel. DENIS, Numa. ***A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições de Grécia e de Roma*** / Fustel de Coulanges; tradução de Roberto Leal Ferreira. – São Paulo : Martin Claret, 2009.

ALVES, Marcelo. ***Antígona e o direito***. 1ª edição (2007), 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2008.

SÓFOCLES. ***Antígona***. tradução Sueli Maria Regino.- São Paulo: Martin Claret, 2014.

BLOCH, Marc. ***Apologia da História: ou O Ofício de Historiador***. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MALHADAS, Daisi. ***Tragédia Grega: O mito em cena***. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Junito de Souza. ***Mitologia Grega***. V.I. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, A,B,H. ***Miniaurélio Século XXI Escolar. O mini dicionário da língua portuguesa***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2001.

HAGGSTRON, André. ***Oráculos gregos: análise da mântica em Édipo Tirano***. História, imagem e narrativas [Internet]. setembro de 2007[10/08/2015]; volume 5. Disponível em: http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/19-oraculos_haggstron.pdf

O DESEQUILÍBRIO EMOCIONAL COMO FATOR DESENCADEADOR DA PSORÍASE

Fabiano Gustavo de Castro

Catiane de Cássia Pupulin

RESUMO

Esta pesquisa busca expor como fatores emocionais desencadeiam ou agravam a psoríase. Para isso, foram analisados alguns conceitos essenciais à compreensão do tema, características gerais da doença, bem como os sintomas e os fatores emocionais diretamente ligados a tal enfermidade. A investigação ocorreu mediante levantamento bibliográfico e exploratório e sob a análise de teorias e exemplos que visaram facilitar a compreensão do desencadeamento da psoríase a partir de fatores emocionais. Por meio de pesquisas explicativas, buscou-se, também, elucidar as

disfunções imunológicas que ocorrem no organismo do portador da psoríase e as possíveis possibilidades de diagnóstico.

Palavras-chave: Psoríase. Fatores Emocionais. Sintomas. Disfunções imunológicas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo expõe uma análise acerca da Psoríase, doença considerada crônica que ocorre devido a uma inflamação da pele. Apesar de atingir pessoas de todas as faixas etárias, de acordo com Chagas e Coutinho (2011) ela apresenta dois picos, um antes dos 30 anos e o outro aos 65 anos. É caracterizada pelo aparecimento de lesões avermelhadas e escamas esbranquiçadas na pele.

A psoríase, doença inflamatória crônica da pele, pode causar desconforto físico e psíquico, implicando uma série de restrições adaptativas. Técnicas para avaliar o impacto que a doença causa no dia-a-dia dos pacientes têm sido objeto de vários estudos. Os resultados dessas publicações demonstram que a psoríase está associada a significativa co-morbidade psicossocial e a prejuízo substancial na qualidade de vida dos psoriásicos. (ARRUDA; MARTINS; MUGNAINI, 2004, p. 521)

A doença existe há muito tempo, desde os primórdios da civilização até os dias atuais. Na idade Média foi confundida com a hanseníase e provocou o isolamento social de vários indivíduos.

De acordo com Gruber, Kastelan e Brajac (2004 Apud BRANDÃO, 2011, p.4), foi principalmente nos últimos 50 anos que ficou nítida, a partir de estudos epidemiológicos, radiológicos, genéticos e imunológicos, uma visível evolução em relação ao entendimento da doença.

Vale ressaltar que o primeiro médico a descrever clinicamente a moléstia foi o inglês Robert Willian no século XIX, que também, segundo Marques (2006), especialista em dermatologia, diferenciou a psoríase da lepra.

No entanto, em meados da década de 90 a psoríase foi considerada multifatorial, ou seja, está diretamente ligada a diversos fatores, dentre eles, imunitários, genéticos e ambientais.

Preliminarmente, convém destacar que os desequilíbrios emocionais estão estritamente ligados ao surgimento e agravamento da doença. Vale citar, além da utilização de determinados medicamentos e as mudanças climáticas, o estresse como fator desencadeador da doença.

Estresse e ansiedade são apontados por muitos doentes como fatores de desencadeamento ou piora do quadro. Condutas autodestrutivas são demonstradas por doentes que manipulam e escoriam suas lesões. A psoríase, por outro lado, pode afetar a motivação, a auto-estima e o estado de ânimo dos doentes com influências no seu desenvolvimento educacional e social, no seu desempenho no trabalho. Pode ser responsável por depressão, inclusive com ideias suicidas. (RAMOS; TALHARI, 2006, p.13)

A psoríase provoca, também, alterações imunológicas no ser humano e, através disso, é disseminada:

A imunopatogênese da psoríase é complexa e envolve alterações do sistema imunológico inato (queratinócitos, células dendríticas - CD, macrófagos, neutrófilos, mastócitos, células endoteliais) e adquirido (linfócitos T). As células do sistema imune inato (SII) ativadas produzem fatores de crescimento, citocinas e quimiocinas, que atuam sobre as células do sistema imune adquirido (SIA) e vice-versa. (SANCHEZ, 2010, p.1)

A proposta que aqui se faz, portanto, é de destrinchar os conceitos, as características, sintomas e demais atributos relevantes à compreensão da doença, sua descoberta e aceitação pela sociedade. Bem como associar o desencadeamento da moléstia ao desequilíbrio emocional, levando em consideração as alterações imunológicas que ocorrem no organismo humano e que dão origem a psoríase.

METODOLOGIA

Para que se atinja os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, de natureza exploratória e explicativa, com abordagem qualitativa.

Vale salientar que a pesquisa bibliográfica exige a intertextualidade, ou seja, é necessário que se tenha vasto conhecimento teórico sobre o assunto:

No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência. (LIMA; MIOTO, 2007, p.3)

Optou-se por uma pesquisa exploratória para que, através da análise de teorias e exemplos, os objetivos da pesquisa fossem alcançados. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória propicia maior familiaridade do pesquisador com o problema através de levantamentos bibliográficos.

Partindo da pesquisa explicativa, as causas e consequências do tema foram evidenciados, já que ela visou:

Identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. (GIL, 2002, p.42)

A partir da abordagem qualitativa o desenvolvimento da pesquisa foi realizado através de descrições, explicações e fornecimento de informações precisas a respeito do tema. Gerhardt e Silveira (2009), defendem que os pesquisadores que se utilizam do método qualitativo procuram esclarecer a razão dos fenômenos por meio do empirismo.

Primeiramente, para que se alcançar os objetivos propostos, foram feitas buscas em artigos, periódicos, bases virtuais de dados e publicações científicas dos últimos 15 anos de temas que envolvam fatores emocionais como desencadeadores da psoríase.

Por fim, foi efetuada a análise dos conteúdos relevantes coletados na investigação e efetuada a confecção do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para proceder à análise do estresse como fator desencadeador da psoríase, a pesquisa tem como aporte teórico Sueli Coelho da Silva Carneiro, Pós doutora em dermatologia pela Universidade de São Paulo, publicou mais de cem artigos em revistas, tendo preferência pelo tema psoríase.

Pode-se citar também como fonte de pesquisa utilizado para a obtenção de resultados acadêmicos, os autores Annelise CosnerFormel, Kênia de Souza Silva, Eliana Aparecida Torrezan da Silva, Ana Paula Rodrigues, Raquel Maria Teixeira, entre outros.

Carneiro (2007) discorre amplamente sobre a psoríase, seu conceito, quadro clínico, histopatologia e também sobre suas formas de tratamento. Pode-se destacar em sua pesquisa que:

O papel dos mastócitos nas doenças inflamatórias ainda não foi totalmente esclarecido. Sua capacidade de produzir, armazenar e liberar diferentes substâncias biologicamente ativas, justifica sua participação nos processos alérgicos, na síntese do colágeno, nas reações imunes, no reparo tecidual, nas neoplasias e na angiogênese. (CARNEIRO, 27, p. 3)

Por ser uma doença inflamatória, a psoríase pode ter ligação direta com a ação dos mastócitos e sua consequente liberação de substâncias no organismo, ou seja, a alergia que promove a psoríase tem grandes chances de ser desencadeada por essas células.

No entanto, determinadas substâncias só são liberadas em nosso organismo quando ocorrem distúrbios fisiológicos, decorrentes ou não de distúrbios psicológicos. De acordo com Cosner et al. (2003):

Diferentes substâncias têm sido estudadas visando a compreender a neurofisiologia que envolve a ansiedade e o estresse. Entre elas as aminas biogênicas, como a noradrenalina, a dopamina e a serotonina; aminoácidos, como o ácido gama-aminobutírico (GABA), a glicina e o glutamato; peptídeos, como o fator de liberação de corticotropina (CRF), o hormônio adrenocorticotrófico (ACTH) e a colecisticina (CCK) e esteróides, como a corticosterona (fluxograma 2). (COSNER, A, F, et al., 23, p. 68)

É importante entender a evolução do estresse, como ele ocorre, as substâncias que o organismo libera no corpo, o conceito, bem como a resposta que o organismo emana ao corpo como resultado de fatores estressores.

O estresse aparece como um fator desencadeador da psoríase e, segundo Silva e Silva (2007):

Segundo especialistas da área, uma das formas do indivíduo expressar insatisfação, mal-estar ou desconforto é por meio da somatização, ou seja, através da liberação de maneira não intencional dessa emoção em um ou mais órgãos do corpo. (SILVA, E, A, T, da; SILVA, K, S, 2007, p. 01)

Sendo assim, o organismo libera substâncias que se refletem na pele, ocasionando doenças na epiderme, tais como a psoríase, a micose, a lepra, entre várias outras.

A psoríase atinge cerca de 2 % da população mundial, havendo regiões com maior incidência, por exemplo, a Finlândia com aproximadamente 2,8 %, e povos com prevalência muito baixa ou inexistente, como os esquimós, mongóis e povos no oeste da África. Nos EUA há mais de sete milhões de pessoas e no Brasil, talvez, mais de três milhões. (RODRIGUES, A, P; TEIXEIRA, R, M, 2009, p. 303)

A psoríase, portanto, pode apresentar-se de muitas formas e em várias intensidades. Os autores em que a pesquisa é pautada, se encarregaram de esclarecer as diversas maneiras de manifestações, esmiuçar considerações e discussões relevantes acerca do tema, bem como explicar a manifestação da moléstia tendo o estresse como desencadeador e agravante de sua manifestação.

1.PSORÍASE: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E SINTOMAS

A psoríase é uma doença inflamatória que, através da hiperplasia epidérmica e da ativação imune inapropriada atinge não só a pele, mas também as articulações. No ano de 1977 a medicina constatou que tais metamorfoses na epiderme eram precedidas por um infiltrado inflamatório mononuclear.

Macrófagos e linfócitos T estão presentes no infiltrado dérmico. A doença, vale frisar, além de ser crônica, ainda está relacionada com a transmissão genética e o estresse. Se caracteriza por:

[...] lesões eritematoescamosas que podem comprometer apenas os joelhos e cotovelos, mas podem também envolver as faces extensoras dos membros, o tronco e o couro cabeludo, comprometendo também as unhas e as articulações. A forma cutânea varia desde a crônica em placas, até a eritrodérmica, passando pela gutata e pustulosa. (CARNEIRO, S,C da S, p. 22)

A psoríase crônica em placas, também conhecida como “psoríase vulgar”, é a mais recorrente. Suas características são placas arredondadas e secas na pele, com coloração escamosa prateada, erupção simétrica e desenvolvimento lento.

Figura 4- Psoríase Crônica em Placas



Fonte: CONCEIÇÃO, da paula; LUCILIUS, caius. Calor incomoda parcela da população com psoríase. Unicamp: Campinas, 2015, p. 1.

O segundo tipo de psoríase a ser citado é o eritrodérmico. Neste caso, considerado menos comum, a doença se alastra por grande parte do corpo e compromete ao menos 75% da pele.

Vale citar um terceiro tipo de psoríase, denominado invertida. Geralmente as lesões se localizam nas dobras do corpo, como por exemplo, nos joelhos e cotovelos.

Figura 2- Psoríase Invertida



Fonte: Descubra os sintomas, causas e tratamentos da psoríase. Disponível em: <http://shinsei.com.br/saude-2/descubra-todos-os-sintomas-causas-e-tratamento-da-psoríase/>.

A psoríase gutata, por sua vez, é marcada por apresentar:

[...] pequenas lesões localizadas, em forma de gotas, associadas a processos infecciosos. Geralmente, aparecem no tronco, braços e coxas (bem próximas aos ombros e quadril) e ocorrem com maior frequência em crianças e adultos jovens. (VARELLA, D, 2011, p.1)

Figura 3- Psoríase Gutata



Fonte:Psoríase vulgar, tipo gutata. Disponível em:<http://www.dermis.net/dermisroot/pt/31653/image.htm>.

Sendo assim, as lesões, apesar de serem associadas a processos infecciosos, apresentarem vermelhidão, serem descamativas e ocorrerem geralmente em placas, não são contagiosas.

No caso da psoríase ungueal, ocorrem manchas amareladas, principalmente na região das mãos, além do aparecimento de depressões puntiformes.

Existem várias formas de acometimento ungueal na psoríase. Algumas delas são decorrentes de alterações na matriz ungueal como depressões cupuliformes e sulco de Beau e outras são relacionadas com alterações no leito ungueal, como manchas em óleo (também conhecidas como manchas salmão) e hemorragias em estilhas. (BATISTA, R, R, et al. 2014, p. 1)

Na psoríase ungueal, tem-se como características gerais e mais comuns o crescimento anormal das unhas, perda da coloração original, escamações e, em casos mais graves, seu esfarelamento. Os dedos das mãos e dos pés também podem ser atingidos por esse tipo de psoríase.

Figura 4 – Psoríase Ungueal



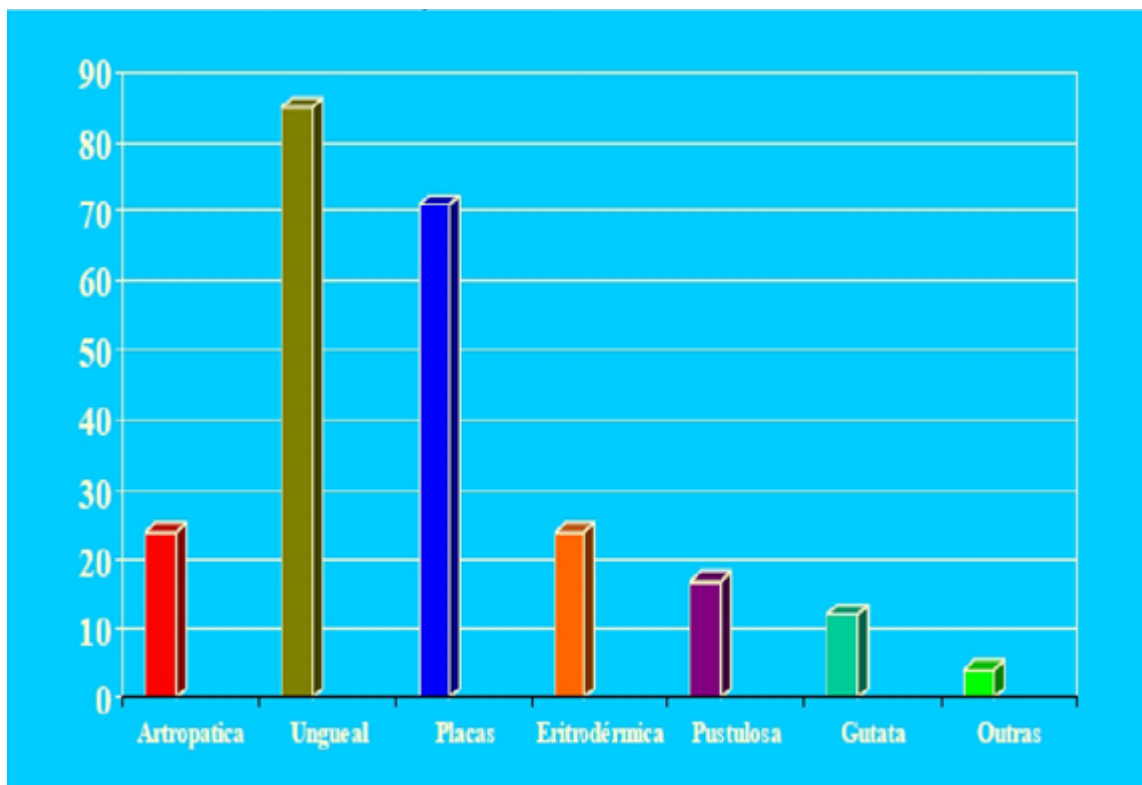
Fonte: Portal da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Disponível em: <http://www.sbd.org.br/doencas/psoríase/>.

O sexto tipo da doença é mais raro, denominado de pustulosa. Nesse caso, podem aparecer lesões pelo corpo todo e a sua manifestação é rápida. Ocorre o aparecimento de bolhas com pus e o afetado pode sofrer coceiras intensas, além de febre alta.

Os outros dois tipos mais importantes da psoríase são a atropática e a palmo-plantar. No primeiro caso, além da descamação da pele, o enfermo apresenta muitas dores nas articulações, este tipo se assemelha à artrite, no entanto, é menos grave, mas pode causar atrofiamento progressivo.

Vale salientar que há vários tipos de artrite psoriática, tais como, assimétrica, simétrica, mutilante, espondilite e interfalangeal distal predominante.

Em seus estudos e análises sobre psoríase, Carneiro (2007) chegou a ao seguintes resultados em relação ao quadro de pessoas acometidas pela doença:



Fonte: – CARNEIRO, S, C, de A. Psoríase:mecanismos de doença e implicações terapêuticas. São Paulo, 2007, p. 80.

2.DISFUNÇÕES IMUNOLÓGICAS E HISTOPATOLOGIA

Durante vários anos, clínicos e estudiosos investigam as alterações ocorridas no organismo que fazem com que a psoríase se desencadeie. Muitos atribuem o surgimento e a evolução da doença à hiperplasia na epiderme, ou seja, ao crescimento do tecido causado pela multiplicação do número de células.

Ao se analisar as modificações ocorridas no indivíduo, nota-se que os queratinócitos são considerados como fatores iniciais da psoríase. Todavia, em meados da década de 70, de acordo com Braun-Falco (1977 apud CARNEIRO 2007), notou-se a presença de infiltrado inflamatório mononuclear pouco antes do aparecimento da psoríase.

Vale frisar que no infiltrado inflamatório foram encontrados em predominância, linfócitos T, células dendríticas e também macrófagos – células encontradas no tecido conjuntivo e responsáveis pela defesa do organismo.

O desenvolvimento da psoríase está diretamente ligado a aspectos histopatológicos.

A epiderme evidencia hiperqueratose, parakeratose, ausência da camada granulosa e acantose regular dos cones com adelgaçamento de sua porção suprapapilar. Esses Achados ocorrem devido às alterações na diferenciação e à grande hiperplasia epidérmica [...] (CARNEIRO, 2007, p.33)

Na derme - localizada sob a epiderme -, há um infiltrado inflamatório mononuclear perivascular superficial que vai até à epiderme e provoca espongiose não acentuada, simultaneamente à hiperplasia, edemas nas papilas da pele e ectasia vascular.

Os neutrófilos ligados às células parakeratóticas ou até mesmo às camadas superiores da epiderme constituem o verdadeiro diagnóstico da psoríase.

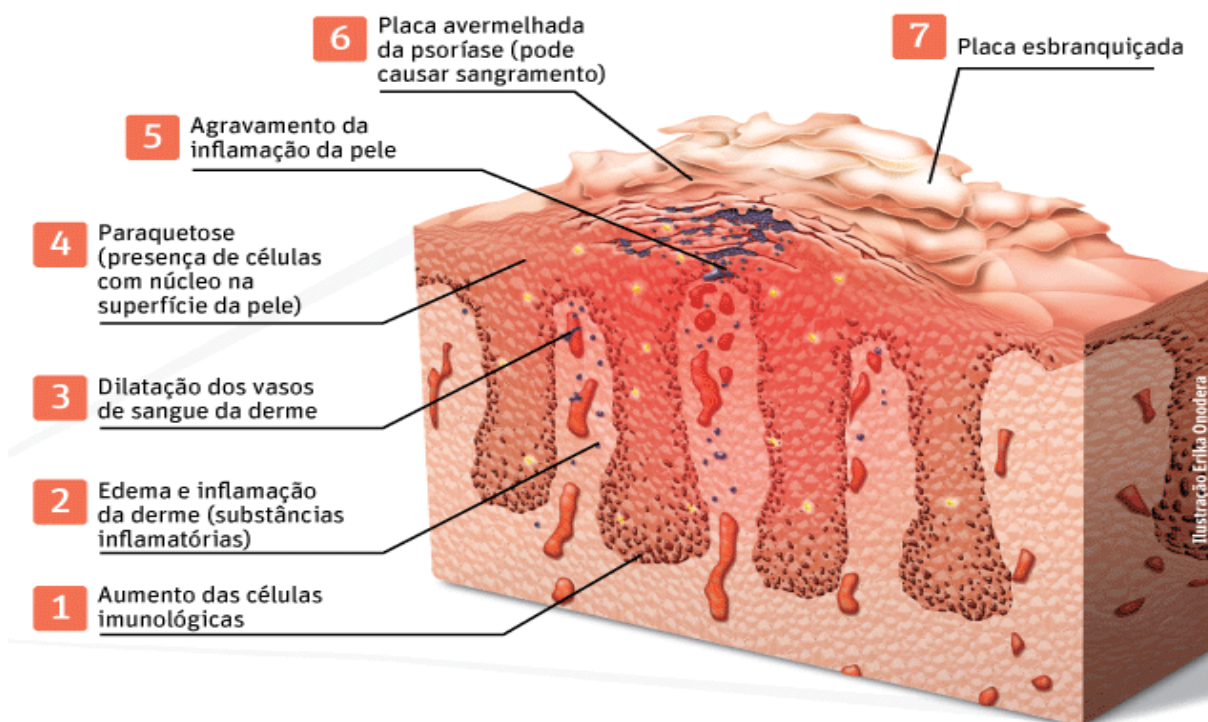
As papilas dérmicas tornam-se alongadas com capilares ectasiados e tortuosos, e um infiltrado inflamatório perivascular superficial, composto principalmente por linfócitos é observado. (CARNEIRO, 2007, p. 33)

Para melhor ilustrar as disfunções imunológicas e imunopatológicas que ocorrem no corpo do psoriático, cabe expor as alterações ocorridas e as fases pelas quais sofrem a pele até que a doença se desenvolva.

Figura5 – Figura ilustrativa e explicativa sobre a psoríase

ENTENDA A DOENÇA

Psoríase atinge cerca de 3 milhões de pessoas no Brasil



O que é?

A psoríase é uma doença inflamatória ligada ao processo imunológico. Pode ser desencadeada em função do ambiente ou por bagagem genética. Tem caráter imunológico e é sistêmica



Como se manifesta?

Em geral, aparece na idade adulta, com lesões avermelhadas na pele que aumentam, coçam e ficam esbranquiçadas. Atinge joelhos, cotovelos, região lombar, unhas e couro cabeludo



Tratamento disponível hoje

Pode ser feito com o uso de medicamentos tópicos (em forma de creme ou pomada), fototerapia, remédios sistêmicos ou biológicos

Novos tratamentos em estudo

> Em estudo de fase 2, um anticorpo monoclonal para pacientes com psoríase moderada e severa provocou melhora em 3/4 dos participantes

> Uma droga oral que reduz a inflamação causadora da psoríase teve, em geral, 33% de resposta num estudo de fase 3

> Pesquisa em ratos mostrou ainda que a toxina botulínica melhora a aparência das lesões

Fonte: VERSOLATO, M. Psoríase terá novas opções de tratamento. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1243417-psoriase-tera-novas-opcoes-de-tratamento.shtml>.

Apesar de existirem inúmeros estudos acerca da psoríase, sabe-se que é uma doença sem cura, não transmissível e infecciosa. As causas do desencadeamento da moléstia também são desconhecidas, no entanto, estudos apontam que fatores

como hereditariedade, baixa imunidade, fatores ambientais, incluindo o estresse, podem ser considerados fatores desencadeantes ou agravantes da enfermidade.

3. ESTRESSE COMO FATOR DESENCADEADOR DA PSORÍASE

Para melhor fundamentar a presente pesquisa e proporcionar aporte teórico suficiente para uma análise satisfatória, vale salientar alguns conceitos básicos a respeito do estresse.

Primeiramente, ele é considerado como um meio termo entre doença e saúde segundo Cosner et al. (2003):

O termo estresse denota o estado gerado pela percepção de estímulos que provocam excitação emocional e, ao perturbarem a homeostasia, disparam um processo de adaptação caracterizado, entre outras alterações, pelo aumento de secreção de adrenalina produzindo diversas manifestações sistêmicas, com distúrbios fisiológico e psicológico. O termo estressor por sua vez define o evento ou estímulo que provoca ou conduz ao estresse. (COSNER, A, F, et al., 23, p. 65)

Assim, o corpo humano responde de diversas maneiras diferentes às situações provocadas pelo estresse, ou seja, as reações resultantes dessas manifestações sistêmicas podem desencadear doenças como a psoríase.

Não é o estresse que causa essas doenças, mas ele propicia o desencadeamento de doenças para as quais a pessoa já tinha predisposição ou, ao reduzir a defesa imunológica, abre espaço para que doenças oportunistas apareçam (LIPP, 1996, p. 17).

Vale frisar que o estado emocional do indivíduo (células nervosas) tem uma ligação muito próxima com as células que dão origem à pele, por este motivo, nota-se a quantidade de doenças emocionais relacionadas a esse fator. Pode-se citar, como exemplo, além da psoríase, a dermatite atópica, a dermatite seborreica, acne vulgar, dermatose e o vitiligo.

[...] por um lado, a psoríase está relacionada à consequência do stress, pois muitos pacientes referem desencadeamento ou piora das lesões a partir de situações estressantes. Por outro lado, a psoríase está frequentemente

vinculada ao desencadeamento de stress emocional pelo constrangimento em relação às próprias lesões da doença. A percepção dos eventos estressantes seria acompanhada pela subjetividade de cada um, caracterizando a vivência como mais ou menos estressora, o que provavelmente pode contribuir para a piora ou melhora da doença, em termos de expectativa. (LIPP, 2003 apud SILVA, E, A, T, da; SILVA, K, S, 2007)

Silva (2007) afirma que o excesso de estresse desgasta o organismo e o deixa suscetível a diversas doenças (surgimentos ou agravamentos). Ainda a esse respeito:

O stress é uma reação com componentes físicos, químicos, mentais e emocionais do organismo, causada pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se confronta com uma situação que possa irritá-la, amedrontá-la, confundí-la ou fazê-la feliz. (LIPP, 2003 apud SILVA, E, A, T, da; SILVA, K, S, 2007, p. 260)

Os pacientes psoriáticos, de acordo com Rodrigues (1977), tem dificuldades em se expressar emocionalmente e a moléstia acaba por ser uma maneira não verbal de expressão.

A psoríase, assim como as outras dermatoses, está associada ao stress no seu desencadeamento ou na piora das lesões. Além disso, na psoríase a própria doença está frequentemente vinculada ao desencadeamento do stress emocional pelo constrangimento das lesões (STEINER, D; PERFEITO, F, L, 2003, p. 112).

A psoríase, além de poder ser desencadeada pelo alto nível de estresse, ainda pode ser intensificada devido ao sofrimento emocional pelo qual o paciente passa, já que o preconceito em relação a doença ainda é muito grande pelo fato de os indivíduos desconhecerem-na.

Diversos fatores têm sido implicados no desencadeamento ou na exacerbação da psoríase, o de estudo neste projeto é o estresse emocional, muitas vezes relacionado pelo doente. Em relação à aparência física da pessoa com psoríase é vista como fator estressante. Dermatologistas e psicólogos concordam quando o assunto do tratamento da psoríase, salientando que, além da intervenção medicamentosa, é a psicoterapia cognitivo-comportamental como estratégia para controle ou melhora da doença (Silva; Silva, 2007, p. 1).

O isolamento social também é um fator determinante na reabilitação do portador da doença, pois aqueles que estão com psoríase costumam se abster de relações sociais para não se submeterem a preconceitos e a sofrimentos maiores.

Todo o estresse psicológico influencia na evolução da doença e na terapia - mais de 60% dos pacientes descrevem o estresse como o desencadeador ou exacerbador da doença - por isso, a intervenção psicológica tem um importante papel no manejo da psoríase, sobretudo quando em paralelo ao tratamento farmacológico produzindo uma significativa melhora na severidade da doença (GRIFFITHS, 2007,p. 18).

Sendo assim, além de tratamentos medicamentosos, é essencial tratamento terapêutico para que se obtenha eficácia no tratamento, uma vez que a doença não é estritamente fisiológica, mas também psicológica.

4. DIAGNÓSTICO

A psoríase pode ser confundida com várias outras doenças de pele, por esse motivo, deve ser avaliada cuidadosamente para que se tenha um diagnóstico preciso.

O diagnóstico da psoríase é simples e de acordo com Sabbag (2006) pode ser realizado apenas pelo histórico do paciente, no entanto, se preciso for, a biópsia é realizada como uma forma de ratificação.

Tradicionalmente, a severidade da psoríase é mensurada usando vários score para os sintomas. O sistema de pontuação (score) mais usado na psoríase é o Índice de Área e Severidade da Psoríase (PASI - Psoriasis Area and Severity Index), no qual o corpo é dividido em 4 regiões: cabeça e pescoço, tronco, extremidades superiores e inferiores. Componentes individuais desse sistema de score, especialmente eritema, infiltração e descamação são usados para os cálculos da pontuação dos sintomas (RIE; GOEDKOOP; BOS, 2004; SABBAG, 2006 apud RODRIGUES, A, P; TEIXEIRA, R, M, 2009, p. 308).

Devem ser observadas, também, para a obtenção de um diagnóstico diferencial da psoríase, as bordas externas do ferimento com halo esbranquiçado e

escamas prateadas, bem como a presença de características inflamatórias ou a apresentação de sangue após a realização de raspagem do local.

Cada tipo de psoríase, de acordo com suas características, pode assemelhar-se a diferentes patologias. A psoríase ungueal, por exemplo, pode ser confundida com micoses (onicomicoses), mas o exame micológico direto e a cultura para fungos podem encaminhar para um diagnóstico correto. (RODRIGUES, A, P; TEIXEIRA, R, M, 2009, p. 307)

A psoríase deve ser diagnosticada com bastante cautela, pois é confundida com diversas outras doenças de pele, como por exemplo, as dermatites seborreicas e de contato e as micoses.

5. TRATAMENTO

O tratamento direcionado ao indivíduo psoriático depende de vários fatores, da gravidade da doença, da extensão com que se propagou, da idade e do sexo, das condições gerais de vida do paciente e o mais importante, de seu comprometimento com o tratamento. É de extrema importância considerar a qualidade de vida do paciente para que se escolha a melhor maneira de tratamento, ou seja, deve-se individualiza-lo.

É importante deixar claro que a psoríase não tem cura, no entanto, é possível minimizar as lesões e melhorar significativamente a qualidade de vida dos enfermos. Há uma grande quantidade de tratamentos para a psoríase, que variam de acordo com cada modalidade e área afetada pela doença.

De acordo com Rodrigues e Teixeira (2009) as terapias são feitas para atuarem em diferentes pontos específicos da doença e realizarem diversas atividades, tais como, a supressão da ativação das células T, bem como a modulação da proliferação dessas mesmas células e o controle da migração e sua adesão, o bloqueio da estimulação dos receptores das células T, etc.

Outra maneira simples e recomendada pela Sociedade Brasileira de Dermatologia como forma de tratamento da psoríase, é o uso constante de cremes hidratantes para a pele, já que a doença é descamativa.

Nos casos menos graves de psoríase costuma-se indicar como forma de tratamento os corticoides tópicos, semelhantes às vitaminas 3D, antralina, tazarotene, etc. Por outro lado, quando se trata de casos mais severos, usa-se a quimioterapia e tratamentos com imunossupressores como forma terapêutica.

A psoríase não se trata somente de uma doença biológica, é também uma doença psicológica, pois seus efeitos podem surtir isolamento social, depressão, já que a ainda é desconhecida e mal aceita pela sociedade.

Todo o estresse psicológico influencia na evolução da doença e na terapia - mais de 60% dos pacientes descrevem o estresse como o desencadeador ou exacerbador da doença - por isso, a intervenção psicológica tem um importante papel no manejo da psoríase, sobretudo quando em paralelo ao tratamento farmacológico produzindo uma significativa melhora na severidade da doença (LANGLEY; KRUEGER; GRIFFITHS, 2007, p. 18).

A Sociedade Brasileira de Dermatologia apresenta alguns critérios para que portadores de psoríase sejam hospitalizados:

Quadro 2–Critérios para hospitalização de pacientes com psoríase

Quadro 1: Critérios para hospitalização de pacientes com psoríase (modificado de Bohm e Voorhees, 1984)

- Tratamento disponível ou realizado exclusivamente em ambiente hospitalar;
- Doença extensa, com mais de 25% da superfície corporal afetada, sem controle após 4 semanas de tratamento ambulatorial ou doença menos extensa associada a um ou mais dos seguintes:
 - Doença grave nas mãos, pés, genitais e flexuras;
 - Mobilidade comprometida por doença articular;
 - Doença concomitante que requeira hospitalização;
 - Complicações da (s) terapêutica (s) para psoríase;
 - Doença com alto impacto social, emocional ou físico;
 - Doença grave, com mais de 50% da superfície corporal afetada com ou sem as complicações listadas anteriormente;
- Exacerbação ou crise aguda de psoríase:
 - Psoríase pustulosa generalizada;
 - Psoríase eritrodérmica;
 - Psoríase aguda eruptiva com aumento de duas vezes na superfície corporal afetada no período de um mês.

Fonte: Consenso Brasileiro de Psoríase 2012. Guias de avaliação e tratamento. Sociedade Brasileira de Dermatologia. 2009, 2ªed, Rio de Janeiro, p. 158.

Aliar tratamentos convencionais específicos medicamentosos à tratamentos psicológicos, de acordo com diversos estudiosos e pesquisas de campo, auxiliam, significativamente, na melhora do quadro do tratamento dos pacientes portadores de psoríase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psoríase é uma doença crônica e inflamatória que atinge cerca de 2% da população mundial e que ainda não é muito conhecida pelos indivíduos e por este motivo ainda gera muita discriminação.

Pode afetar pessoas de todos os sexos e idades e apresenta dois picos, um antes dos 30 e outro aos 65 anos de idade. A patogênese da psoríase ainda não está totalmente esclarecida, no entanto, sabe-se até agora que a doença é causada por uma anormalidade na interação entre queratinócitos e células T ativadas.

Vale salientar que todas as ações existentes no corpo que são mediadas por células podem causar reações contrárias ao próprio corpo com resultados crônicos inflamatórios. Sendo assim, é o índice descontrolado de ativação celular do sistema imune que desencadeia a psoríase.

Além de fatores imunológicos, a psoríase pode ser desencadeada por fatores emocionais, ou seja, psicológicos, como por exemplo, o estresse. Várias doenças de pele são oriundas de fatores emocionais e a psoríase, por sua vez, deve ser tratada não somente por medicamentos, mas também através de terapias.

O estresse, portanto, não é a causa da psoríase, mas sim o motivo de seu desencadeamento ou agravamento, já que o indivíduo afetado já tinha pré-disposição à doença.

Existem algumas maneiras de diagnóstico, na mais simples ocorre a observação das características e a análise do histórico do paciente, bem como a realização de análises clínicas. Há, também, a possibilidade da efetivação da biópsia para sua confirmação. Pode ser realizado o diagnóstico diferencial, utilizado para a

obtenção do resultado do tipo específico de psoríase para saber qual a forma mais adequada de tratamento.

A psoríase não tem cura e pode comprometer grande parte da pele, por isso, os indivíduos portadores da doença tem dificuldades em se relacionar socialmente, já que há preconceito pelo fato de as lesões serem visivelmente perturbadoras. A maioria, pela falta de informação a respeito do assunto, pensa que a doença é contagiosa e acaba excluindo o portador do convívio.

Em casos simples o tratamento com quimioterapia resolve, todavia, em casos mais graves, há necessidade de combinar diferentes substâncias químicas e aumentar a duração do tratamento para obter um resultado melhor.

Contudo, há muito a ser pesquisado em relação a psoríase - suas causas, diagnósticos e tratamentos - para que se possa aperfeiçoar as terapias já existentes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos psoriáticos e chegar, futuramente, a cura da doença.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, L; MARTINS, G. A; MUGNAINI, A. S. B. **Validação de questionários de avaliação da qualidade de vida em pacientes de psoríase.** Anais Brasileiros de *Dermatologia* – ABD, Rio de Janeiro, p. 521, set./out. 2004.

BATISTA, R, R; et al. **Acometimento ungueal como única manifestação da psoríase e seu tratamento.** V. 71, Rio de Janeiro, 2014, p. 24-26

BRANDÃO, E. S. **Psoríase: dos primórdios aos dias atuais**, São Paulo, p. 30. Disponível em: <<http://anggulo.com.br/psoriase/2011/pdf/8.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

CARNEIRO, S, C da S. **Psoríase: mecanismos de doenças e implicações terapêuticas.** São Paulo, 2007, p. 213.

CHAGAS, R. C. G. S. M; COUTINHO, R.B.G.A. **Metotrexato na Psoríase.** Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistasauade/revistasauadeV2N1_2011/pdf/004_Metotrexato_na_Psoriase.pdf>. Acesso em 05 mar. 2015.

CONCEIÇÃO, P, da; LUCILIUS, C. **Calor incomoda parcela da população com os oríase.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.hc.unicamp.br/?q=node/299>>. Acesso em: 07 set. 2015.

COSNER, A, F; MARGIS, R; PICON, P; SILVEIRA, R, O. **Relação entre estressores, estresse e ansiedade.** Rio Grande do Sul, 2003, p. 65-74.

LANGLEY, R. G. B.; KRUEGER, G. G.; GRIFFITHS, C. E. M. **Psoriasis: epidemiology, clinical feature, and quality of life.** Ann Rheum Dis. n. 64, Suppl II, p.18– 23. Disponível em: <http://ard.bmj.com/cgi/content/full/64/suppl_2/ii18>. Acesso em 23 out. 2015.

LIPP, M, E, N. **Stress: conceitos básicos.** In: Lipp MEN, organizadora. Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco. Campinas (SP), Papirus, 1996. p.17-31.

MARQUES, S. A. Conselho Brasileiro de Psoríase e Guias de Tratamento, Brasil, p. 15-19. Disponível em: <<http://www.solapso.org/archivos/consbra.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2015.

RAMOS, A. M. C. **Conselho Brasileiro de Psoríase e Guias de Tratamento, Brasil, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.solapso.org/archivos/consbra.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2015.**

RODRIGUES, A, P; TEIXEIRA, R, M. **Desvendando a psoríase.** Santa Catarina, 2009, p. 303-309. Disponível em: <<http://www.vponline.com.br/downloads/artigo1724.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

RODRIGUES, R. S. **Contribuições de técnicas de exame psicológico com crianças asmáticas e familiares.** Dissertação de mestrado não-publicada, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

SABBAG, C. Y. **A Pele Emocional – Controlando a Psoríase.** São Paulo: Iglu Editora LTDA, 2006, p. 176.

SANCHEZ, A. P. G. **Imunopatogênese da Psoríase.** Anais Brasileiros de *Dermatologia* – ABD, São Paulo, p. 747, 14 abr. 2010.

SILVA, E, A, T da; SILVA, K, S. **Revista Psico-USF.** Psoríase e sua relação com aspectos psicológicos, stress e eventos da vida. São Paulo, 2007, p. 257-266. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n2/v24n2a12.pdf>> Acesso em: 15 out. 2015.

STEINER, D; PERFEIRTO, F. L. **A relação entre stress e doenças dermatológicas**. In M. E. N. Lipp, (Org.), Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress: teoria e aplicação

Clínica, p, 111-114, São Paulo: Casa do Psicólogo.

VARELLA, D. **Psoríase**._____, 2011, p.1. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/letras/p/psoriase/>. Acesso em: 02 set. 2015.

ENTREVISTAS COM CRIANÇAS: DESAFIOS

Márcia Fátima da Silva Giacomelli ¹⁸

RESUMO:

O presente trabalho irá primeiramente discorrer em seu primeiro item a respeito da memória humana, levando o leitor a entender como funciona, quais os tipos que existem de memória, bem como o armazenamento das informações. Após, trataremos a respeito da memória infantil e como ela pode ser prejudicada quando é necessário coletar informações para que se possa reconhecer, identificar e até mesmo concluir ações onde ocorreram determinados fatos. Será feita toda essa abordagem para que possamos adentrar no testemunho infantil e entender como ele se processa e o que pode ser feito pelos atores judiciais para coletar um testemunho de qualidade e com redução de danos, aplicando técnicas de entrevista cognitiva. Dessa forma, após desenvolvermos esse item, apresentaremos como alguns países aplicam as diferentes técnicas da entrevista cognitiva em crianças e adolescentes para evitar a revitimização. Faremos também uma abordagem da técnica de entrevista recomendada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) do nosso país. O método aplicado para o desenvolvimento do artigo foi o hipotético-dedutivo.

¹⁸ Juíza Leiga no TJ/PR. Licenciatura em História pela UEM – Universidade Estadual de Maringá e Bacharel em Direito pela Unicesumar – Centro Universitário de Maringá. Especialista em Fundamentos da Educação, Neurociência e Direito Civil e Processo Civil. Mestranda em Direitos da Personalidade pela Unicesumar – Centro Universitário de Maringá. Docente do curso de Graduação de Direito da Faculdade Alvorada em Maringá - PR.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças, Entrevistas, Redução de danos, Técnicas.

ABSTRACT: This presenting work will, firstly, treat in its first item about human memory, leading the reader to understand how it works, which kind of memories exist, as well as the storage of information. Later, we will talk about the children's memory and how it can be impaired when it is necessary to collect information so it can recognize, identify and even imply action where such facts has happened. This approach will be done so we can enter children's testimony and understand how it works and what can be done by the judicial actors to collect a quality testimony and with damage's reduction, applying techniques of cognitive interview. In this way, after we develop this item, we will show how some countries apply this different cognitive interview techniques in children and teenagers to avoid revictimization. We will also do an approach of the interview technique recommended by CNJ (Conselho Nacional de Justiça) of our country. The methodology used to develop this article was the hypothetical- deductive.

KEYWORDS: Children, Interview, Damage's reduction, Techniques.

INTRODUÇÃO

O tema entrevista com crianças é de grande relevância para o nosso sistema jurídico, pois é necessário que existam técnicas de entrevistas forenses que possam ser desenvolvidas a fim de reduzir danos, quando for necessário coletar informações de eventos que atinjam crianças e adolescentes, além da certeza de uma qualidade nas declarações dessas vítimas.

Além de que, é sabido que crianças e adolescentes ainda nessa fase de crescimento, encontram-se em desenvolvimento psíquico, emocional e físico, o que nos leva a compreender a importância de uma entrevista com qualidade afim de proteger essas pessoas vulneráveis.

Dessa forma, o presente artigo, irá abordar em primeiro momento as questões relacionadas a memória e mais em específico a memória infantil.

Abordaremos a forma como ela se apresenta, bem como a criança pode ser influenciada quando inquirida, ou seja, sugestionada, a fim de lembrar o evento danoso.

Procuraremos mostrar, quais são as técnicas aplicadas para as entrevistas forenses em diferentes países, onde se procura evitar entrevistas com perguntas fechadas e sugestivas a fim de evitar o direcionamento na inquirição.

E por fim, trataremos da entrevista infantil no Brasil, como ela surgiu e qual recomendação dada pelo Conselho Nacional de Justiça quando se trata de inquirição de crianças e adolescentes.

1 MEMÓRIA

Memória termo de origem etmológica no latim e tem como significado a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se às lembranças, reminiscências.

A memória, desenvolvida por um órgão de grande importância do nosso corpo, o cérebro. Ele tem a função de controlar a temperatura corpórea, a pressão arterial, a frequência cardíaca e a respiração. Além de controlar nossos movimentos físicos ao andarmos, falarmos, ficarmos em pé ou sentarmos. Nos deixa pensar, sonhar, raciocinar e sentir emoções.

Faculdade cognitiva, a memória é extremamente importante porque ela forma a base para a aprendizagem.

Segundo Cardoso:

A memória envolve um complexo mecanismo que abrange o arquivo e a recuperação de experiências, portanto, está intimamente associada à aprendizagem, que é a habilidade de mudarmos o nosso comportamento através das experiências que foram armazenadas na memória; em outras palavras, a aprendizagem é a aquisição de novos conhecimentos e a memória é a retenção daqueles conhecimentos aprendidos. (CARDOSO, 2015).

Ainda, a memória é definida segundo Izquierdo como:

Aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só “grava” aquilo que foi *aprendido*. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só *lembramos* aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido.[...] O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico. (IZQUIERDO, 2011, p. 11)

Dessa forma, podemos verificar que a aprendizagem e a memória são a sustentação para todo o nosso conhecimento, habilidade e planejamento.

1.1 Tipos de memória

O que aprendemos e lembramos não são processadas sempre pelo mesmo mecanismo neural. Existem diferentes categorias de memória.

A memória, é dividida em memória sensorial, memória a curto prazo e memória a longo prazo.

Essa divisão, que é umas das mais antigas divisões existentes, tem seu modelo de multi-armazenamento proposto por Atkinson e Shiffrin (CARNEIRO, 2015).

Segundo este modelo, de acordo com Carneiro:

Cada tipo de memória representa um determinado armazenamento existente num estágio específico do processamento da informação. A informação é recebida, em primeiro lugar, no armazenamento sensorial, onde é mantida durante poucos segundos ou frações de segundo após o desaparecimento do estímulo. Seguidamente passa para o armazenamento a curto prazo, o qual retém apenas uma determinada quantidade de informação durante menos de 1 minuto. Depois de passar pelo armazenamento a curto prazo a informação ou é esquecida ou, se for processada, por exemplo, através da recapitulação, pode passar para o armazenamento a longo prazo, onde pode permanecer indefinidamente nesse compartimento de capacidade ilimitada. (CARNEIRO, 2015).

A memória a curto prazo é aquela que dura minutos ou horas e serve para proporcionar a continuidade do nosso sentido do presente (CARDOSO, 2015).

A memória a longo prazo não é um sistema unitário, no entanto, ela de forma organizada, consegue lidar com a enorme quantidade de informação que pode possuir os indivíduos (CARDOSO, 2015).

A primeira distinção dentro da memória a longo prazo, foi proposta por Tulving (1972) e incluiu dois sistemas, a memória semântica e a memória episódica (CARNEIRO, 2015).

A memória semântica, de acordo com Carneiro “representa o armazenamento do conhecimento geral acerca do mundo, relacionado com o significado das palavras e conceitos” (CARNEIRO, 2015).

Enquanto que a memória episódica “refere-se ao armazenamento de acontecimentos pessoais ocorridos num lugar e num tempo particulares” (CARNEIRO, 2015).

Ainda, “é a capacidade de situar fatos e eventos no tempo e de se lhes fazer livremente referência. É a utilizada para evocar experiências pessoais” (WILSON apud ÁVILA, 2013, p. 88).

A fim de abarcar os conhecimento das memórias semântica e episódica, proposto por Tulving, foi proposto por estudiosos o conceito de memória declarativa que é definida como uma memória que pode ser acedida conscientemente e que corresponde ao "saber que". (CARNEIRO, 2015).

Ainda, pode ser definido como memória declarativa “aquelas que registram fatos, eventos ou conhecimentos, pois nós, seres humanos, podemos declarar que existimos e podemos relatar como as adquirimos” (IZQUIERDO, 2011, p. 22).

Também, conforme Carvalho e Hennemann:

Armazena e evoca informação de fatos e de dados levados ao nosso conhecimento através dos sentidos e de processos internos do cérebro, como associação de dados, dedução e criação de ideias. Esse tipo de memória é levado ao nível consciente através de proposições verbais, imagens, sons etc.(CARVALHO e HENNEMANN, 2015)

E temos ainda, a memória, não declarativa, que se difere da declarativa, é aquela, que “não precisa ser verbalizada (declarada). É a memória para procedimentos e habilidades” (CARDOSO, 2015).

Assim, para concluirmos, em rápida explicação, pois não é nosso objetivo esgotarmos aqui o conceito e explicação acerca da memória. A memória possui três etapas necessárias para poder estar em pleno funcionamento, de acordo com estudos de Ivan Izquierdo: habilidade de adquirir, armazenar e evocar informações (ÁVILA, 2013, p. 93).

1.2 Memória infantil

Como já mencionado a memória possui uma importante papel no funcionamento social, emocional e cognitivo. Formando a base de nossos sentimentos, nosso sentimento de identidade, influencia nas nossas reações emocionais, no nosso aprender.

A memória é essencial para o nosso desenvolvimento emocional e cognitivo.

Estudar o desenvolvimento da memória, no caso a declarativa, que faz parte da memória a longo prazo, e as áreas do cérebro que a apoiam ainda é um desafio.

E um dos grandes desafios que enfrentam os pesquisadores, segundo Bauer, está em como medir de forma confiável a memória declarativa em crianças pré-verbais e como vincular o comportamento ao desenvolvimento do cérebro (BAUER, 2015).

O cérebro até o seu ápice do desenvolvimento, estará em transformação, sendo que:

Nem todas as partes do cérebro desenvolvem-se ao mesmo tempo, o que é particularmente verdadeiro para as áreas do cérebro envolvidas na memória declarativa. As células que compõem grande parte do hipocampo – uma estrutura cerebral no lobo temporal medial, necessária para a formação de memórias declarativas – são formadas no final do período pré-natal. No entanto, as células situadas no giro dentado do hipocampo – uma área que associa a estrutura com regiões corticais do cérebro – aparentemente só estarão maduras por volta de 12 a 15 meses de idade. Outra área do cérebro envolvida nas funções de memória é o córtex pré-frontal. A densidade das sinapses nessa área aumenta drasticamente aos 8 meses de idade, atingindo seu máximo entre 15 e 24 meses. Mudanças continuam a ocorrer após esse período, estendendo-se pela adolescência. Assim sendo, vemos mudanças drásticas nas áreas do cérebro envolvidas com a memória ao longo dos dois primeiros anos de vida. (SHAFFER, SERESS, HUTTENLOCHER, BENES Apud BAUER, 2015)

A memória autobiográfica, que segundo Stein é aquela “que permite situar um acontecimento dentro de uma história, uma narrativa, que poderá permanecer memorável” (STEIN apud WELTER e FEIX, 2010, p. 161), é marcada no final do segundo ano de vida, a linguagem, assim, é reconhecida na capacidade de maior retenção de informação autobiográfica e não propriamente como fator propulsor da formação do sistema de memória.

Sendo assim “embora um bebê de 2 (dois) anos seja capaz de formar memórias, estas não se tornam parte de sua memória autobiográfica, até a o desenvolvimento do self cognitivo, quando uma criança é capaz de reconhecer que aquilo que aconteceu (episódico), “aconteceu comigo” (WELTER e FEIX, 2010, p. 161).

E, segundo Stein, são capazes de organizar as memórias dos acontecimentos em memórias de fatos pessoalmente vivenciados, apenas as crianças (STEIN apud WELTER e FEIX, 2010, p. 162).

Todavia, conforme esclarece Howe,

embora a formação do self cognitivo delimite a idade mínima a partir da qual uma criança é capaz de evidenciar memória autobiográfica, isso não garante que as memórias estarão disponíveis posteriormente, visto que há uma “series de fatores relacionados a memória, assim como cognitivos, neurobiológicos e afetivos irão mediar a manutenção e a recuperação dessa memórias” (HOWE apud WELTER e FEIX, 2010, p. 162).

E, “com o avanço da idade, a criança vai desenvolvendo a habilidade de extrair o significado geral das experiências e, conseqüentemente, aprimorando a memória de essência, sendo esta mais duradoura” (WELTER e FEIX, 2010, p. 162)

Estudos apontam que

Ao final do primeiro ano de vida, as estruturas do lobo temporal medial estão funcionalmente maduras, e há aumentos na densidade das sinapses no córtex pré-frontal, o que corresponde a melhorias na capacidade de lembrança em bebês ao final do primeiro ano de vida. Outros progressos relativos à confiabilidade da lembrança ocorrem ao longo do segundo ano de vida, correspondendo aos aumentos contínuos na formação de sinapses tanto no córtex pré-frontal (BAUER, 2015).

Assim, em breves palavras é possível perceber que a memória infantil em razão do cérebro ainda não estar em completo desenvolvimento, pode guardar algumas informações, porém é possível ocorrer falhas no seu armazenamento, ou seja, podem não se manter disponíveis e a sua confiabilidade não pode ser considerada 100% (cem por cento).

1.3 Memória infantil em situações de estres

Tem sido por pesquisadores objeto de estudo a memória infantil em casos estressantes.

Foram usados duas metodologias a fim de estudar as situações estressantes que passam crianças. Os estudos naturalísticos e experimentais.

Os estudos naturalísticos, tem como objetivo estudar *in loco* os efeitos da emoção na memória, onde o sujeito vivencia uma situação traumática, por exemplo: desastres naturais, eventos violentos (WELTER e FEIX, 2010, p. 162)

Os estudos experimentais se utilizam de instrumentos e situações emocionais análogas a situações traumáticas, temos como exemplo: vídeos, histórias e encenações (WELTER e FEIX, 2010, p. 162).

Os estudos naturalísticos, tem mostrados que as pessoas recordam mais informações de eventos emocionais, já os estudos experimentais tem mostrado que o incremento da memória para eventos emocionais pode ocorrer às custas da perda da qualidade das recordações, que se tornam mais imprecisas.

Foram realizados estudos para então verificar que tipos de estres que mais atingiam as crianças, de forma a se recordar mais ou não dos eventos sofridos.

Segundo WELTER e FEIX (2010, p. 163), foi realizado por um estudioso uma pesquisa onde este entrevistou crianças que sofreram um sequestro em ônibus escolar.

A conclusão a que chegou este pesquisador, foi que mesmo decorridos 5 anos, essas crianças foram capazes de lembrar-se de forma clara, tanto informações genéricas como de detalhes particulares a respeito do evento que sofreram (WELTER e FEIX, 2010, p. 163).

Esses resultados sugerem que crianças que passam por uma situação emocional forte, ou uma situação de violência, tenham uma melhora na sua memória, apresentem melhores recordações àquelas situações onde o evento vivenciado foi de forma mais neutra, mais tranquila (WELTER e FEIX, 2010, p. 163).

Ainda, foi segundo WELTER e FEIX, realizado estudos em crianças na faixa etária entre 3 a 4 anos que haviam sofrido, em graus variados, o impacto da destruição causada pelo furacão Andrew em 1992, na Florida, e seis anos após o

ocorrido, essas crianças foram capazes de recordar com detalhes o fato vivenciado (WELTER e FEIX, 2010, p. 163).

Dessa forma, concluíram os pesquisadores que “altos níveis de estresse estão associados a altos índices de recordação, especialmente para os aspectos centrais da experiência” (WELTER e FEIX, 2010, p. 164).

O mesmo ocorre com crianças vítimas de abuso sexual, ou seja, conseguem ter uma memória mais vívida, recordam-se com mais facilidade detalhes do evento sofrido.

Todavia, pesquisadores, concluíram que “essa qualidade de memória é prejudicada pelo tempo transcorrido entre a ocorrência do evento e a entrevista investigativa. Quanto mais demora há de realizar a entrevista com crianças, maior a perda de informações relevantes sobre o evento é observada” (LAMB, STERNBERG e ESPLIN apud WELTER e FEIX, 2010, p. 164).

Ainda, tais pesquisadores esclarecem que muitas vezes os detalhes do abuso sexual não são tão bem explanados ou até mesmo esclarecidos, não em razão da memória, mas sim em razão do emocional e social. Pois acreditam que muitas vezes a criança deixa de relatar detalhes importantes por sentir medo ou até mesmo vergonha ou culpa daquela violência, agressão sofrida (GHETTI apud WELTER e FEIX, 2010, p. 164).

Segundo WELTER e FEIX “Crianças são capazes de recordar eventos passados mesmo quando se tratam de eventos emocionalmente negativos, ainda que os detalhes não possam ser mantidos na memória” (WELTER, FEIX, 2010, p. 166).

1.4 Fatos que podem prejudicar a memória infantil

Quando há a necessidade de realizar entrevistas com crianças que sofreram eventos estressantes, como abuso sexual, por exemplo, é possível identificar que existem fatores que podem prejudicar a sua memória.

Dentre esses fatores, podemos encontrar o fenômeno da sugestibilidade infantil, que é um dos fatores de maior relevância, em termos do testemunho infantil.

Sugestibilidade “consiste na tendência de um indivíduo em incorporar informações distorcidas, oriundas de fontes externas, à suas recordações pessoais,

sendo que essas informações podem ser apresentadas de forma intencional ou acidental” (SCHACTER apud ,WELTER, FEIX 2010, p. 167).

É influenciado esse fenômeno, basicamente por duas categorias: os fatores relacionados às características das próprias crianças (cognitivas), bem como ao contexto da entrevista.

No que concerne os fatores cognitivos, esses se referem aos fatores desenvolvimentais, ou seja, “características comuns encontradas em crianças da mesma idade” (WELTER, FEIX, 2010, p. 168). Crianças em idade pré-escolar são mais suscetíveis a influências externa, aceitando sugestão de uma falsa informação, o que pode conseqüentemente, levá-la a distorcer o seu relato. No entanto, importante ressaltar, que o fato de crianças pequenas serem mais vulneráveis aos efeitos da sugestão, isso quer dizer que elas não possam recordar de forma correta eventos que passaram ou que vão aceitar todas as sugestões falsas que receberam (WELTER e FEIX, 2010, p. 169).

Nesta senda, segundo Welter e Feix (2010, p. 169), associa-se a especial vulnerabilidade das crianças pequenas aos efeitos da sugestibilidade a três distintos aspectos:

1. crianças pequenas têm dificuldades em tarefas de recordação livre quando são solicitadas a lembrarem um evento, sem qualquer estímulo ou pista;
2. crianças pequenas são deferentes, tendendo a respeitar e se submeter às vontades dos adultos;
3. as crianças possuem dificuldades em identificar a fonte da informação recordada, se foi algo que elas viram ou que ouviram alguém dizer, por exemplo.

Em que pese ao primeiro fator, importante mencionar que crianças, em especial entre 02 e 05 anos, não são acostumadas a fornecer relatos completos sobre eventos vivenciados. Dessa forma, quando lhes é solicitado a realizar, normalmente, costumam centralizar-se nos elementos principais, relatando de forma breve e resumida.

Já em relação ao segundo aspecto, pressupõem as crianças desde pequenas que adultos sabem mais do que elas, ou seja, possuem maior conhecimento que elas, motivo pelo qual podem tornar-se altamente sugestíveis

quando alguma questão lhe é imposta. Neste caso, é necessário que se tenha maior cautela ao formular uma questão a uma criança, especialmente nas fases pré e pós processual, pois a visão de um adulto sobre o fato pode facilmente ser transmitida a este.

Pode ainda a sugestão ocorrer, quando o entrevistador aumenta o status de desigualdade em relação à criança. Como exemplo, podemos citar quando uma criança permanece em uma sala de audiências, em ambiente forense, sentada em uma cadeira posicionada de forma isolada, na presença do juiz, representante do Ministério Público, advogado de defesa, réu e demais presentes no ato, aumentando a sensação de inferioridade, bem como o estresse do indivíduo.

No terceiro ponto, podemos citar a questão das falsas memórias, que são “recordações que, na verdade, nunca ocorreram” (ÁVILA, 2013, p. 104), e assim podem prejudicar a entrevista realizada.

Nesta senda, podemos perceber que existem diversos fatores que podem influenciar na entrevista de uma criança. Assim, é necessário muita cautela ao realizá-la, o que envolve técnicas adequadas e com equipe preparada para realizar a sua condução de forma correta, para assim, evitar um má qualidade no depoimento, além de evitar ou ao menos minimizar a vitimização secundária.

2 TESTEMUNHO INFANTIL

Ao se tomar o depoimento de uma testemunha ou vítima, este pode ser entendido como um teste de memória. Dessa forma, para que esse se realize com qualidade é necessário que se tenha técnicas adequadas para que não ocorra pelo indivíduo o acréscimo de novas informações às lembranças, isto é, falsas memórias.

Assim, o papel daquele que irá conduzir a entrevista investigativa é de suma importância, pois terá como principal objetivo a busca de informações precisas que estão armazenadas na memória do entrevistado, pois a postura do entrevistador pode influenciar, e muito, no comportamento da testemunha, podendo inclusive levá-la a distorcer o seu depoimento (FEIX, PERGHER, 2010, P. 209).

Segundo estudos realizados por Memon (2007), segundo Feix e Pergher, foram detectadas dez falhas mais comuns que ocorrem nas entrevistas forenses, são elas:

1. Não explicar o propósito da entrevista
2. Não explicar as regras básicas da sistemática da entrevista
3. Não estabelecer o rapport
4. Não solicitar o relato livre
5. Basear-se em perguntas fechadas e não fazer perguntas abertas
6. Fazer perguntas sugestivas/confirmatórias
7. Não acompanhar o que a testemunha recém disse
8. Não permitir pausas
9. Interromper a testemunha quando ela está falando
10. Não fazer o fechamento da entrevista

Tendo em vista a minimização de erros em entrevistas, como os apontados acima, têm sido desenvolvidos muitas técnicas com o fim único de obter informações mais verossímeis possíveis.

Assim, será discorrido a partir de agora algumas das técnicas usadas em diferentes países a fim de obter entrevistas da uma forma mais fidedignas, com o objetivo principal de alcançar uma verdade aproximada.

2.1 Entrevista cognitiva

A entrevista cognitiva, surgiu nos Estados Unidos em 1984, por solicitação de policiais e operadores do Direito com o objetivo “de atingir uma maior credibilidade e fidedignidade dos testemunhos, observando-se um contexto de entrevista adequado as condições emocionais e desenvolvimentais da testemunha” (STEIN, PERGHER, FEIX, 2009, P.24).

Baseia-se a entrevista cognitiva em duas grandes áreas da Psicologia: Psicologia Social e Psicologia Cognitiva. Na psicologia social, “integram os conhecimentos das relações humanas, particularmente o modo de se comunicar efetivamente com uma testemunha” (FEIX, PERGHER, 2010, p. 210).

Quanto a psicologia cognitiva, “somam-se os saberes que os psicólogos adquiriram sobre a maneira como nos lembramos das coisas, ou seja, como nossa memória funciona” (FEIX, PERGHER, 2010, p. 210).

A entrevista é uma técnica dividida em cinco etapas, e além de lidar com a falhas da memória da testemunha, também procura trabalhar com possíveis distorções das lembranças do entrevistado.

Por essa razão, a entrevista deve ser registrada em vídeo, caso isso não seja possível, deve ser ao menos audiogravado, para que qualquer profissional que esteja envolvido com a investigação possa ter acesso direto às informações realizadas no depoimento.

O ambiente onde será realizado a entrevista deve ser adequado e preparado. Neste ambiente, segundo Stein e Pinto deverá ser selecionada “uma sala simples com total privacidade, sem objetos decorativos, cadeiras dispostas lado a lado, sem mesa entre entrevistador e testemunha, além de equipamento de gravação de áudio e vídeo” (STEIN, PINTO 2015 p. 03).

2.1.1 Etapas da entrevista cognitiva

Como já mencionado anteriormente, a entrevista cognitiva (EC), é organizada em cinco etapas.

A primeira etapa concerne de acordo com Stein e Pinto na:

construção do rapport, onde visa estabelecer um ambiente e as condições favoráveis para que o entrevistado fique à vontade e motivado para realizar o seu relato, além de serem explicados os objetivos e as regras básicas do funcionamento da entrevista (STEIN, PINTO, 2015, p.03).

O entrevistador nessa etapa terá como fim buscar um ambiente psicologicamente favorável, onde a testemunha deverá se sentir a vontade para relatar em detalhes o evento sofrido.

Segundo Stein, uma boa forma de alcançar este objetivo e fazer algumas perguntas que possam ser respondidas positivamente ou criar um estado de humor positivo, onde por exemplo, poderia ser perguntado quais as pessoas que o entrevistado mais gosta, se tem animal de estimação (STEIN, PERGHER, FEIX, 2009, p. 28)

Quanto a segunda etapa da EC esta é denominada “*recriação do contexto*”, nessa fase o objetivo é fornecer todas as pistas possível à memória da testemunha.

O entrevistador, pode de acordo com Stein, Pergher, Feix, iniciar com a seguinte pergunta:

“Vou pedir que você se esforce o máximo que puder para me contar o que você conseguir se lembrar. Pense o tempo que for

necessário... por que lembrar exige esforço” “Estamos aqui hoje para conversar sobre a [agressão que você sofreu, pois eu quero entender o que aconteceu.” (STEIN, PERGHER, FEIX, 2009, p. 30)

Devem as instruções ser dadas ao entrevistado pelo entrevistador de forma lenta e pausada, pois “isso se torna importante, porque o processo de reconstruir as circunstâncias do evento demanda grande empenho cognitivo por parte da testemunha” (FEIX, PERGHER, 2010, p. 217).

A terceira etapa, *recordação livre*, é quando o indivíduo, após ter mentalmente recriado o contexto da situação, realiza o seu relato livremente, sem interrupções. Mesmo que o entrevistado faça pausas, não deve receber perguntas. O entrevistador acompanha atentamente o relato, faz suas anotações e reserva as perguntas para a próxima etapa (FEIX, PERGHER, 2010, p. 218).

Ao terminar o relato livre, inicia-se a fase do questionamento, onde o entrevistador fará perguntas baseadas em informações que o entrevistado trouxe em seu relato livre, com o intuito de buscar mais informações, esclarecendo eventuais dúvidas. Essa é a quarta etapa da entrevista, chamada de questionamento (STEIN, PINTO, 2015, p. 4).

Por fim, a quinta e última etapa, onde inclui “a síntese dos dados levantados, bem como o fechamento da entrevista” (FEIX, PERGHER, 2010, p. 222).

E ao final da síntese realizada pelo entrevistador, onde é conferido pelo entrevistado se o entendimento daquele que entrevistou está correto, se realizar-se-á então a retomada o *rapport*, onde o entrevistador agradece a testemunha pela sua disponibilidade e empenho.

Muitas pesquisas já foram realizadas utilizando a EC, os achados apontam para um aumento na quantidade e na qualidade das informações fornecidas pelas testemunhas (FISHER & SCHREIBER, 2007; MCCAULEY & FISHER, 1995; MILNE, CLARE & BULL, 1999; VERKAMPT & GINET, apud STEIN, PINTO, 2015, p. 4).

2.2 Protocolo NICHD

O Protocolo NICHD desenvolvido no *National Institute of Child Health and Human Development*.

Esse protocolo foi construído com base nos pressupostos da Entrevista Cognitiva (Fischer & Geiselman, 1992), “atendendo recomendações de boas práticas indicadas para as entrevistas forenses com questões padronizadas a serem seguidas pelo entrevistador, além do treino que auxilia a criança na diferenciação entre verdade e mentira” (HACKBARTH, WILLIAMS E LOPES, 2015, p.3).

Tem esse protocolo o objetivo de

potenciar a obtenção de informações relevantes do ponto de vista forense, a partir da entrevista de testemunhas vulneráveis como, por exemplo, crianças, adultos com limitações cognitivas, jovens ofensores. O protocolo pretende amplificar a capacidade de evocação mnésica e a capacidade narrativa do entrevistado e reduzir a interferência do entrevistador nos conteúdos do relato, nomeadamente através da eliminação de questões sugestivas. (PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p. 3).

Destaca ainda que

a importância da preparação da entrevista, desde a análise das informações preexistentes até à preparação do local onde esta vai ocorrer. Recomenda-se que o local da entrevista não tenha elementos distratores (e.g. brinquedos) para que a criança se foque e mantenha na tarefa narrativa, evitando também a presença de elementos que facilitem o desvio da sua atenção perante temas que possam ser problemáticos ou perturbadores, ou quando não está motivada para a realização da entrevista. (PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p. 3).

Esse protocolo de NICHD, deve ser constituído de perguntas abertas, utilizando-se dos relatos das crianças, evitando o uso de perguntas sugestivas, fazendo assim, com que diminua a contaminação dos relatos. O protocolo é composto por duas partes distintas, “a parte pré-substantiva e a parte substantiva. A parte pré-substantiva é subdividida nas seguintes etapas: etapa introdutória; construção do vínculo; e treino para a memória episódica”. (HACKBARTH, WILLIAMS E LOPES, 2015, p.5).

De acordo com Hackbarth, Williams e Lopes, a parte substantiva da entrevista do protocolo de NICHD, apresenta na maior parte da entrevista, questões abertas. Especialmente no que tange a relatos de crianças que sofreram abuso sexual. Tem como objetivo esclarecer pontos que foram relatados pela criança. “O

protocolo apresenta perguntas diretas e de múltipla escolha, a serem utilizadas de acordo com a necessidade do entrevistador e o relato da criança. A entrevista é finalizada com um tópico neutro” (HACKBARTH, WILLIAMS E LOPES, 2015, p.5).

Nesta técnica de entrevista, deverá o entrevistador reforçar que a criança é a sua única fonte de informação sobre o fato ocorrido, tendo em vista que ele não esteve presente e somente ela poderá descrever o que realmente ocorreu no dia do evento. ((PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p.6)

De acordo com o Protocolo de NICHD, conforme expõe Peixoto, Ribeiro e Alberto

só quando todas as questões abertas possíveis forem realizadas é que o entrevistador poderá utilizar questões mais diretas (questões que utilizam essencialmente as expressões “quando”, “como”, “onde”, “o quê”, “quem”). As questões diretas podem ser importantes na identificação de informações nucleares que ainda não foram fornecidas na narrativa livre. Mesmo assim, após a utilização de uma questão direta (e.g. “como é que ele se chama? Chama-se Zé”) deveremos imediatamente utilizar uma questão aberta (e.g. “conta-me tudo sobre o Zé”). (Peixoto, Ribeiro e Alberto, p.2013, p. 13)

O Protocolo de Entrevista Forense do NICHD tem sido identificado na literatura como o exemplo máximo do “estado da arte” em matéria de entrevista forense (BRAINERD & REYNA, 2005; SAYWITZ, LYON, & GOODMAN, 2011 APUD PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p.13).

2.3 NCAC Entrevista Forense E Entrevista Forense Estendida Do Ncac (da Organização Não Governamental Americana National Children’s Advocacy Center)

A maioria dos protocolos de entrevista forense com crianças considera apenas uma entrevista. Todavia, esse modelo Extended Forensic Evaluation [avaliação forense extensa], também chamado de protocolo National Child Advocacy Center [protocolo NCAC] (Carnes, Wilson, & Nelson-Gardell, 1999; Connell, no prelo b), “foi desenvolvido para casos de abuso sexual de crianças nos quais há evidência do abuso, mas a criança não consegue prestar informações suficientes na primeira entrevista para que o processo tenha continuidade” (GOODMAN, G.S; OGLE, C.M, TROXEL, N. 2008, p. 24)

“Neste modelo, um terapeuta conduz as entrevistas subseqüentes com a criança. Apesar de esta abordagem geralmente incluir cinco sessões semanais, o número e a duração delas é determinado pelo terapeuta de acordo com o caso. Espera-se que, pelo fato de o procedimento ser conduzido por um terapeuta, as entrevistas subseqüentes sejam menos estressantes para a criança, conquanto existam poucas pesquisas sobre essa abordagem específica. Estudos recentes indicam que as entrevistas subseqüentes ajudam a coletar mais informação e a manter a memória viva” (GOODMAN, G.S; OGLE, C.M, TROXEL, N. 2008, p. 24).

3 TESTEMUNHO INFANTIL – TÉCNICAS DE ENTREVISTAS REALIZADAS EM VÁRIOS PAÍSES DO MUNDO

Dependendo do país a prática da entrevista é denominada de forma diferente. No Brasil, está prática é denominada “depoimento especial” ou “inquirição especial” de crianças e adolescentes em processos judiciais. Já, em número significativo de países, tal prática é chamada de “testemunho” ou “declaração testemunhal” (SANTOS, GONÇALVES, 2008, p. 33).

Pesquisas realizadas pela Childhood Brasil e lançadas em uma cartografia intitulada “Depoimento sem dano – culturas e práticas não revitimizantes” mapearam o número de 25 países que realizam práticas alternativas de tomada de depoimento: África, América (do Norte, do Sul, Central e Caribe), Ásia, Europa e Oceania.

Dessa forma, é possível observarmos que muitos países tem se preocupado com a forma de tomarem o depoimentos de vítimas e/ou testemunhas para que não venham ainda mais levar o depoente a situações vexatórias e revitimizadoras.

Neste diapasão, será de forma breve, discorrido de que forma algumas países realizam a entrevistas de vítimas de abuso sexual.

3.1 Portugal

Em Portugal, a competência para testemunhar é particularmente relevante quando a criança é vítima de um crime contra a sua autodeterminação e liberdade sexual (PEIXTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p. 02).

Conforme reza o artigo 131º do Código Penal Português, “3 – Tratando-se de depoimento de menor de 18 anos em crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, pode ter lugar perícia sobre a personalidade”.

Esta perícia que concerne no diploma citado, não tem como finalidade a obtenção do relato da criança sobre o abuso, nem pretende julgar a sua credibilidade. Sobre o que quer dizer tal 'perícia de personalidade', um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal de 23/10/2008 afirma que

as perícias para avaliar a credibilidade de qualquer pessoa que deva testemunhar apenas têm por finalidade conhecer a aptidão psíquica e características psicológicas e de personalidade de quem irá prestar testemunho relevante para o Tribunal determinar em que medida (aptidões e características) podem influenciar o seu depoimento. Ou seja, o que está em causa é a credibilidade da testemunha e não a credibilidade da versão que esta apresenta dos fatos" (PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p. 182).

O papel da criança como testemunha, tem se observado nas 'declarações para memória futura', art. 274 do Código Penal Português.

Declarações para memória futura

Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode proceder, durante a instrução, à inquirição de testemunhas, à tomada de declarações do assistente, das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a acareações, nos termos e com as finalidades referidas no artigo 271.º (art. 274 Código Penal Português).

Este tratamento particular da testemunha 'menor de idade' está igualmente presente na Lei de Proteção de Testemunhas (Lei nº93/99 de 14 de julho), que

adverte para a prestação de apoio psicológico quando necessário, a familiarização com o espaço e os procedimentos da diligência, e a tomada de declarações 'o mais brevemente possível após a ocorrência', no sentido de 'garantir a espontaneidade e a sinceridade das respostas'(PEIXOTO, RIBEIRO E ALBERTO, 2013, p. 183).

O depoimento realizado de acordo com a legislação penal portuguesa, não é diferente daquele previsto para a tomada de depoimentos de adultos, desconsiderando dessa forma, a situação peculiar da criança.

De acordo com Dias

o sistema judicial terá de simplificar o depoimento do abuso por parte da criança, não a obrigando a repetir a diferentes intervenientes o/os episódio(s) de abuso e prevendo a audição por espelhos unidireccionais, para permitir o contraditório, sem “cara a cara” com o arguido. O art.º 271º do C.P.P. impõe a tomada de declarações para memória futura e estas declarações costumam ser gravadas por vídeo-conferência, conforme estipula a Lei de Protecção de Testemunhas. A vantagem da gravação reside no facto de esta permitir o registo das emoções da criança, das suas hesitações, medos e choros, durante o testemunho, impossíveis de registar na linguagem escrita. No entanto, esta norma não impede que, no decorrer do processo, a criança preste o seu depoimento mais do que uma vez, inclusive em audiência de julgamento, para averiguação da verdade, no caso de o juiz ter dúvidas. O depoimento das crianças, vítimas de crimes sexuais, deve ser tomado no mais curto espaço de tempo, sob pena de distorção da informação. (DIAS, 2002, p. 23).

3.2 Argentina

Conforme dispõe o Código Processual Penal argentino, este modificado em 2004, os casos onde ocorrerem maus tratos a menores de 16 anos de idade

serão entrevistados apenas por psicólogo especializado em crianças e adolescentes, designado pelo tribunal que ordena a medida, não podendo, em caso nenhum, ser interrogado de forma direta pelo dito tribunal ou pelas partes, e que a entrevista poderá ser acompanhada de fora do recinto, por vidro espelhado, microfone ou vídeo (CEZAR apud FÁVERO, 2010, p. 187).

3.2 África do Sul

A legislação na África do Sul prevê desde 1997,

a designação de um intermediário para ouvir crianças que depõem em processo criminal relativo a abuso sexual, com objetivos de reduzir o trauma e o abuso secundário experimentado pela criança-testemunha e preservar direitos do acusado quanto a inquirição da vítima (FÁVERO, 2010, p. 189).

É trabalho realizado, segundo Fávaro, na maioria das vezes é realizado por assistente social, que tem como função, traduzir as perguntas feitas pelo juiz e

demais partes que integram a audiência. Os depoimentos acontecem por meio de circuito interno de televisão (FÁVARO, 2010, p. 189).

3.3 França

Na França, quando ocorre violência contra criança e/ou adolescentes com denúncias ou notificações

a criança é ouvida pela Brigade des mineurs (polícia de menores), formada por policiais que tem como função apurar os problemas relacionados à proteção à infância e adolescência, incluindo violências, abusos sexuais. Essa polícia recebe formação especializada para o cargo e existe em todos os municípios. A legislação obriga a que os depoimentos das crianças sejam filmados, desde que haja autorização delas e de seus pais. Em seguida, uma das audições gravadas em fitas de vídeos vai para o Ministério Público, para envio ao juiz, e a outra fica com a polícia. A audiência pode ser realizada em hospitais, com a presença de médicos e psicólogos, mas sua condução deve ser feita pelos policiais, sem intervenção dos outros profissionais (FÁVERO, 2010, p. 188).

O profissional da psicologia nesses casos, não atua como agente na fase de apuração. Tem como papel fundamental realizar o acompanhamento desse infante, enquanto psicoterapeuta, perito designado, atuando na medida educativa (IUCKSCH apud FÁVERO, 2010, p. 188).

3.4 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, os serviços que investigam o abuso sexual, reúnem-se em vários órgãos, e em um único espaço, e com profissionais especializados realizam entrevistas com as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e também suas famílias.

A entrevista é acompanhada por policiais treinados, através de sistema de CCTV e também por outros agentes com conhecimento no caso. Esse modo que realizam a entrevista, é entendido como uma forma onde todos tomarão conhecimento do ocorrido, o que facilitara para uma decisão conjunta e mais adequada (PELISOLI, DOBKE, DELL'AGLIO, 2014, p. 28).

3.5 Brasil

O abuso sexual, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo é um crime muito grave, principalmente quando as vítimas são crianças e adolescentes.

Esse crime viola um dos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, o princípio da dignidade da pessoa humana. Cabe então a família, a sociedade e ao poder público como um todo, assegurar que tal princípio tenha de fato efetividade, garantindo à toda criança e adolescente o direito de um desenvolvimento sadio, sem violência.

No entanto, quando ocorre a violação desse princípio, com a criança e/ou adolescente sofrendo abuso sexual, pode no Brasil ocorrer a intervenção judicial, no qual é regida pela legislação brasileira, onde essa intervenção deve ser realizada pelo promotor de justiça ou pelo representante legal da vítima.

A criança nesses casos, tem o direito de ser ouvida em todos os processos que faz parte, ou seja, que discutem casos que são do seu interesse.

Em razão disso, deve ser dado a oportunidade da sua oitiva, e é nesse momento, o da oitiva de uma criança vítima de abuso sexual, que o Brasil vem percebendo a necessidade de obter um depoimento de forma especial, ou seja, um depoimento que possa ferir na forma mais amena possível, ou nem ferir, essa criança e/ou adolescente que passou por esse evento, tendo em vista que ainda se encontra em desenvolvimento.

Essa preocupação com o depoimento de crianças e adolescentes, fez surgir no Brasil o projeto “Depoimento sem dano”, no ano de 2003, por Daltoé Cezar, no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS, onde o autor “propunha retirar as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual do ambiente formal da sala de audiências e transferi-las para uma sala especialmente projetada, com recursos audiovisuais (DALTOÉ CEZAR, apud PELISOLI, DOBKE, DELL’AGLIO, 2014, p. 32).

O projeto desenvolvido, hoje batizado como “depoimento especial” ou entrevista especial”, acabou-se transformando em uma recomendação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a Resolução de nº 33.

Essa Recomendação de nº 33, o CNJ, determina que sejam aplicadas formas diferenciadas das oitivas comuns no judiciário a oitiva das vítimas de abuso

sexual infantil, a fim de evitar a vitimização secundária dessa criança/adolescentes, são elas:

I – a implantação de sistema de depoimento vídeo gravado para as crianças e os adolescentes, o qual deverá ser realizado em ambiente separado da sala de audiências, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática;

a) os sistemas de vídeo gravação deverão preferencialmente ser assegurados com a instalação de equipamentos eletrônicos, tela de imagem, painel remoto de controle, mesa de gravação em CD e DVD para registro de áudio e imagem, cabeamento, controle manual para zoom, ar-condicionado para manutenção dos equipamentos eletrônicos e apoio técnico qualificado para uso dos equipamentos tecnológicos instalados nas salas de audiência e de depoimento especial;

b) o ambiente deverá ser adequado ao depoimento da criança e do adolescente assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento.

II – os participantes de escuta judicial deverão ser especificamente capacitados para o emprego da técnica do depoimento especial, usando os princípios básicos da entrevista cognitiva.

III – o acolhimento deve contemplar o esclarecimento à criança ou adolescente a respeito do motivo e efeito de sua participação no depoimento especial, com ênfase à sua condição de sujeito em desenvolvimento e do conseqüente direito de proteção, preferencialmente com o emprego de cartilha previamente preparada para esta finalidade.

IV – os serviços técnicos do sistema de justiça devem estar aptos a promover o apoio, orientação e encaminhamento de assistência à saúde física e emocional da vítima ou testemunha e seus familiares, quando necessários, durante e após o procedimento judicial.

V – devem ser tomadas medidas de controle de tramitação processual que promovam a garantia do princípio da atualidade, garantindo a diminuição do tempo entre o conhecimento do fato investigado e a audiência de depoimento especial.

Além dessas orientações, segundo Cézar (2014, p. 262) estão mais algumas:

I – Registro rigoroso da entrevista.

II – Documentação visual dos gestos e das expressões faciais que acompanham os enunciados verbais da criança.

III – Registro visual e verbal que pode ser revisto muito tempo depois por outros profissionais.

IV – Redução do número de entrevistas por parte dos outros profissionais.

V – Forma de capacitação contínua para os entrevistadores.

VI – Ajuda efetiva para conseguir uma aceitação do acontecido por parte do ofensor.

VII – Instrumento de ajuda ao familiar não ofensor ou ao ofensor, facilitando a compreensão do que aconteceu e do que não aconteceu.

VIII – Ausência da criança em discussões porventura ocorrentes na sala de audiências.

IX – Prevenção do encontro entre a criança e o potencial abusador nos corredores do foro.

X – Prevenção de perguntas inapropriadas à criança.

Assim, podemos verificar, que o Brasil, como alguns países do mundo, procura também minimizar a oitiva da criança vítima de abuso sexual, procurando desenvolver e aplicar técnicas de entrevista investigativa que possam amenizar ou ao menos dirimir a tomada do depoimento de ser que ainda encontra-se em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Com o presente artigo se pretendeu mostrar ao leitor que a criança e/ou adolescente abusada sexualmente, necessita de uma atenção diferenciada no seu tratamento junto ao poder judiciário, pois é necessário levar em conta as condições da memória dessa vítima que nem sempre armazena os fatos como ocorreram, bem como, as questões fisiológicas, o momento de estresse vivido, o medo, a angústia, que podem influenciar quando forem ouvidas junto aos órgãos públicos.

Também não podemos deixar de citar, que há também o problema da sugestibilidade, uma vez, que sofre, como comentado, influências externas no seu relato, não podendo deixar de comentar, que existe a possibilidade da criação de falsas memórias.

Assim, podemos verificar que existem várias causas que podem influenciar no depoimento de vítimas vulneráveis, no entanto, é possível criar formas a fim de reduzir essas influências.

Razão disso, muitos países do mundo, vem desenvolvendo técnicas de entrevista investigativa com um único fim específico, redução de danos, para defender os interesses da criança e do adolescente.

Muitas dessas técnicas utilizadas, procuram evitar que ocorra a sugestionabilidade, procurando viabilizar o relato livre, evitando repetições e permitindo com que a criança se sinta a vontade para relatar o evento sofrido.

Contudo, seria muito hipócrita da nossa parte, acreditar que todas essas formas evitariam uma eventual revitimização, no entanto, acredita-se que podem reduzir eventuais danos, evitando que a vítima venha novamente a passar por mais constrangimento, medo, vergonha, angústia, daquela já transcorrida.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Falsas memórias e sistema penal: a prova testemunhal em xeque*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BAUER, Patricia J. *Memória e desenvolvimento inicial do cérebro*. Disponível em: <<http://www.encyclopedia-crianca.com/cerebro/segundo-especialistas/memoria-e-desenvolvimento-inicial-do-cerebro>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

CARDOSO, Silvia Helena. *Memória o que é e como melhorá-la*. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n01/memo/memoria.htm>>. Acesso em: 28 nov.2015.

CARNEIRO, Maria Paula. *Desenvolvimento da memória na criança: o que muda com a idade?* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9722008000100007>. Acesso em 05 nov. 2015.

CARVALHO, Sheila, HENNEMAN Ana Lucia. *Memória e Aprendizagem*. Disponível em: <<http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012/09/memoria-e-aprendizagem.html>>. Acesso em 25 nov. 2015

CEZAR, José Antônio Daltoé. *A atenção à criança e ao adolescente no judiciário: práticas tradicionais em cotejo com práticas não revitimizantes* (depoimento pessoal). IN: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista Gonçalves, VASCONCELOS, Gorete (coord.). *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: EdUCB, 2014.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 33, de 25 de novembro de 2010. Dispõe Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 25 nov.

2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1194>> Acesso em: 13 set. 2015.

DIAS, C. S. *Uma pergunta ao sistema penal: e os direitos das crianças vítimas de crimes sexuais?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11413/1/Tese%20Completa%20Final.pdf>>. Acesso em 29 nov 2015.

FÁVERO, T. Eunice. *Depoimento sem dano, proteção integral e serviço social: Refletindo sobre (Im)propriedade da exposição da criança e do adolescente e uso de interprete*. POTTER, Luciane. Violência, Vitimização e Políticas de Redução de Danos. IN: POTTER, Luciane, Cezar Roberto Bitencourt, (org.). Depoimento sem dano: por uma política criminal de redução de danos. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2010, p. 177 – 209.

FEIX, L.F.; PERGHER, G. K. *Memórias em julgamento: Técnicas de entrevista para minimizar as falsas memórias*. In: STEIN, L. M. et al. Falsas Memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 209-227.

GOODMAN, Gail S (et. al). *Crianças vítimas no sistema judiciário: como garantir a precisão do testemunho e evitar a revitimização*. IN: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista Gonçalves. (coord.). Depoimento Sem Medo (?). Culturas e Práticas Não-Revitimizantes. Uma Cartografia das Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. São Paulo – SP: Childhood Brasil (Instituto WCF–Brasil), 2008, p. 21-32.

HACKBARTH C.; WILLIAMS L. C. de Albuquerque; LOPES, N. R. L. *Avaliação de capacitação para utilização do Protocolo NICHHD em duas cidades brasileiras*. Revista de Psicologia Universidade do Chile, 2015, p. 1-18.

HACKBARTH, C., WILLIAMS, L. C. A. Y LOPES, N. R. L. (2015). *Avaliação de capacitação para utilização do Protocolo NICHHD em duas cidades brasileiras*. Revista de Psicología, 24(1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.36916>

IZQUIERDO, Ivan. Memória. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n04/opiniaio/izquierdo.htm>>. Acesso: 15 nov. 2015.

_____. *Memória*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

PELISOLI, C., DOBKE, V., DELL'AGLIO, D. D. *Depoimento Especial: Para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual*. Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2014, Vol. 22, nº 1, 25-38

PEIXOTO, C. Eduardo, RIBEIRO, Catarina, ALBERTO, Isabel, *O Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD: contributo na obtenção do testemunho da criança no contexto português*. Revista do Ministério Público 134 : Abril : Junho 2013, p. 1 a 39.

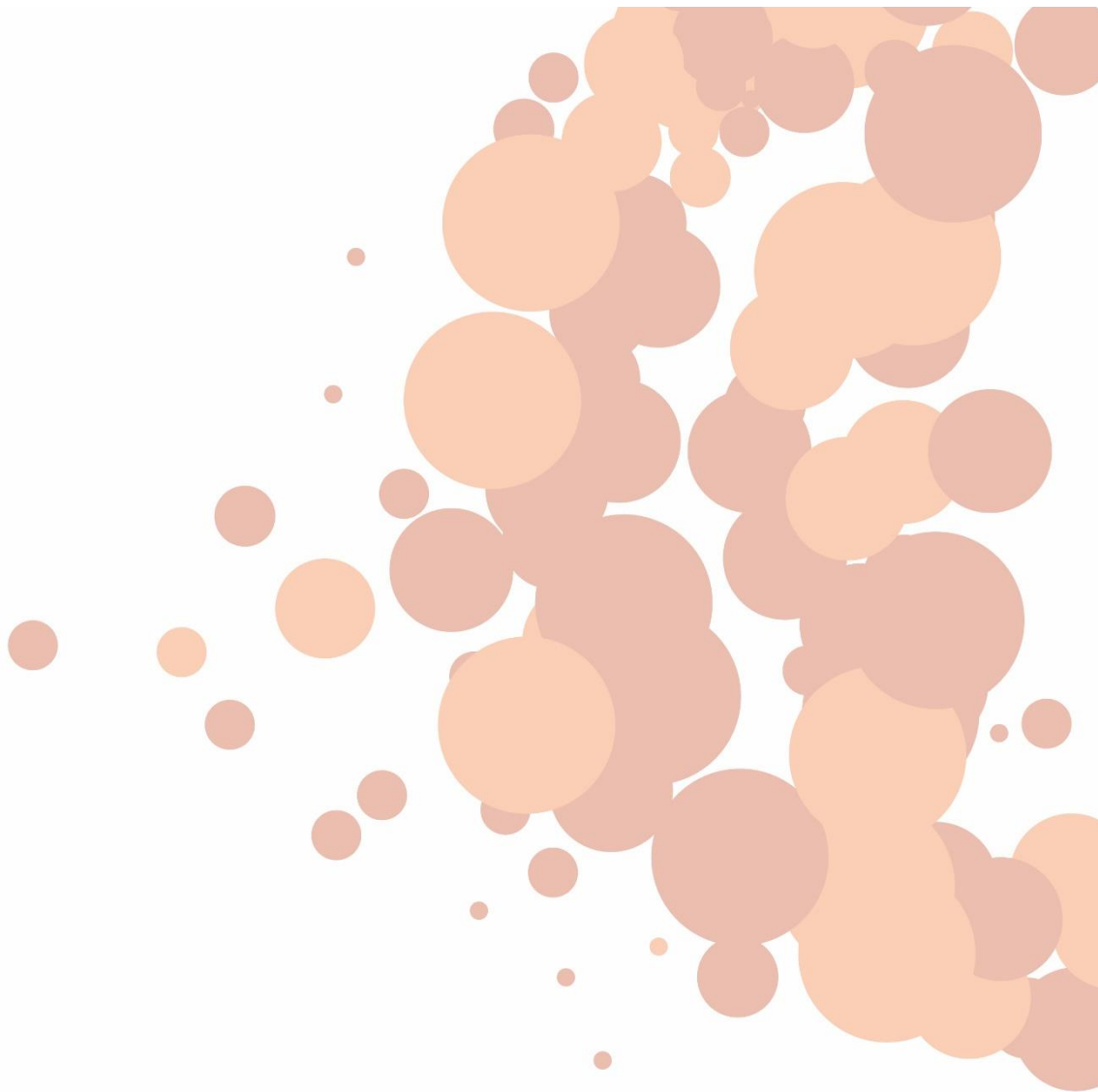
PINTO, L. H.; Stein, L.M. *As bases teóricas da técnica da recriação do contexto na entrevista cognitiva*. Avances en Psicología Latinoamericana / Bogotá (Colombia) / Vol. 33(2) / pp. 285-301 / 2015 / ISSN e2145-4515.

POTTER, Luciane. *Violência, Vitimização e Políticas de Redução de Danos*. IN: POTTER, Luciane, Cezar Roberto Bitencourt, (org.). *Depoimento sem dano: por uma política criminal de redução de danos*. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2010
Revista do Ministério Público 134,Abril: Junho 2013, p. 149-187.

STEIN, Lilian Milnitsky et al. *Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WELTER, C. L. W.; LOURENÇO, A.P. S.; ULLRICH, L. B.; STEIN, L. M.; PINHO, M. S. *Considerações sobre o depoimento criança/adolescente vítima de violência sexual*. Criança e Adolescente [recurso eletrônico]: *Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público – RS*. Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência (org.). Dados eletrônicos. vol. 1, n. 1 (jul./set. 2010). Porto Alegre: PGJ, 2010-Disponível em:
<http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/revista_digital_ed_03.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

WELTER, W. L. C.; FEIX, F.F. *Falsas Memórias, sugestionabilidade e testemunho infantil*. In: STEIN, L. M. et al. *Falsas Memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 157-185.



REVISTA
CIENTÍFICA
SMG